

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

TOBIAS VILHENA DE MORAES

**PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA E
AÇÃO EDUCATIVA NAS MISSÕES**

Prof. Dr. Arno Alvarez Kern

Orientador

Porto Alegre
2014

TOBIAS VILHENA DE MORAES

**PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA E AÇÃO EDUCATIVA
NAS MISSÕES**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Arno Alvarez Kern

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Oliveira Bruno

Porto Alegre

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M827p Moraes, Tobias Vilhena de
 Preservação arqueológica e ação educativa nas Missões / Tobias
 Vilhena de Moraes. – Porto Alegre, 2014.
 000 f. : il.

 Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e
 Ciências Humanas, PUCRS.
 Orientador: Prof. Dr. Arno Alvarez Kern.
 Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Oliveira Bruno.

 1. Arqueologia - Rio Grande do Sul. 2. Missões - Rio Grande
 do Sul - Arqueologia. 3. Guaranis - Arqueologia. 4. Patrimônio
 Arqueológico - Brasil. I. Kern, Arno Alvarez. II. Bruno, Maria
 Cristina Oliveira. III. Título.

CDD 918.16503

**Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297**

TOBIAS VILHENA DE MORAES

**PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA E AÇÃO EDUCATIVA
NAS MISSÕES**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado pela Banca Examinadora em _____ / _____ / 2014.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Arno Kern – PUCRS

Professor Dr. Klaus Hilbert – PUCRS

Professor Dr. Arthur Henrique F. Barcelos – FURG

Professora Dr^a. Gislene Monticelli – PUCRS

Prof. Dr. Luiz Antonio Bolcato Custódio - UniRitter/
Secretário Municipal de Cultura de Porto Alegre

Para meu pai, Rodolpho, por ter me ensinado a olhar para o Céu. Para minha mãe, Maria Cecília por ter me ensinado a olhar para a Terra.

AGRADECIMENTOS

Seria incorrer na quebra de um elementar dever de gratidão deixar de declinar os nomes dos professores, instituições, amigos e familiares que contribuíram para a realização desta Tese de Doutorado.

Aos meus pais, Rodolpho e Maria Cecília, por apoiarem desde sempre os meus sonhos.

Aos meus irmãos (Lucas, Letícia, Talita, Matias, Jerusa e Sarah), cunhados (Nereu, Márcia e Rodrigo) e sobrinhos (Eliseu, Arthur, Monica, Natan, Gabriela, Pedro, Thiago, Ana Júlia e Luquinhas), por aguentarem os papos (longos!) sobre Arqueologia, arqueólogos e temas afins; mesmo quando fora de suas áreas de formação ou sendo ainda estudantes do ensino fundamental.

Ao Prof. Dr. Arno Alvarez Kern, profissional sempre atuante no campo da História e Arqueologia, que me acompanhou com paciência e zelo durante toda a pesquisa.

Agradeço ainda aos professores Klaus Hilbert, Gislene Monticelli, Maria Cristina Bruno e Luiz Antonio Bolcato Custódio, que em diversos momentos apontaram problemas na minha pesquisa. Sem suas dúvidas e críticas a pesquisa não dobraria a esquina.

À Prof^a. Dr^a. Maria Conceição Lopes e toda equipe do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra (Portugal), por terem me recebido durante oito meses e aberto – literalmente- todas as portas dos laboratórios, gabinetes e bibliotecas. Sem sua ajuda e abertura para o diálogo a pesquisa não teria sido possível.

Ao *National Park Service* (NPS), por ter oportunizado visita de estudos, no ano de 2012, ao Parque Histórico Nacional de New Bedford. Além dos laços profissionais, deixei lá amigos para toda a vida: Jennifer Nesersian, Michelle Spink, Jan da Silva, Emily Prigot e Frank Barrows. Linda Bennett, sediada em Washington, me ajudou com toda a papelada e me deu dicas valiosas para sobrevivência nos Estados Unidos.

Naquela cidade americana fui recebido de forma extremamente hospitaleira por Alfred Saulniers e esposa. Varamos a noite conversando sobre a vida dos quakers e dos caçadores de baleia no século XIX.

Em Coimbra, a minha estadia não teria sido possível sem a ajuda de diversos amigos portugueses que foram verdadeiros anjos-da-guarda: Paula Melo, Ana Melo, Ilya Semionoff, Franciso Libano Monteiro Faure e Ana Faure.

Em Mértola, Susana Gómez e Cláudio Torres reservaram parte de seu movimentado cotidiano para me orientar e guiar na história das práticas de gestão desenvolvidas naquela cidade.

Da transcrição, encarregou-se com primazia Angela Latorraca. Helena Pinto, querida professora, me ajudou na tradução para o inglês.

Colegas de trabalho foram fundamentais não só para a tese, como nas conversas na hora do café e bolacha: Beatriz Muniz Freire, Daniel Beck, Valéria Amaral, Candice Ballester, Andrea Pitaluga Pinto e Ivan P. de Paris Fontanari.

Outros colegas foram fundamentais em diversos momentos de minha pesquisa: Lúcio Menezes, Vera Thaddeu, Arthur Barcellos e Nami Amenomori.

Não posso deixar de agradecer também...

Aos colegas e professores do Departamento de Pós-Graduação em História da PUC-RS, pelas críticas e colaborações recebidas ao longo destes anos.

Às funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação em História da PUC-RS (Carla Carvalho e Henriët Ilges), pelo acompanhamento eficiente em todos os assuntos relacionados ao universo burocrático acadêmico.

À CAPES, pelo auxílio financeiro recebido durante a pesquisa no Brasil e no exterior.

Sem dúvida, disse Austerlitz após um instante, a relação entre espaço e tempo, tal como percebemos ao viajar, tem até hoje algo de ilusionista e ilusório, razão pela qual sempre que voltamos de viagem nunca sabemos com certeza se de fato estivemos fora.

(Austerlitz, W. G. Sebald, 2008).

RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar pela primeira vez a trajetória de ideias e conceitos de Preservação Arqueológica nos remanescentes de cultura material nas Missões Jesuítico-guaranis localizadas no território brasileiro. A partir dos resultados de diversas escavações, observando a construção histórica de normativas legais e técnicas, se analisará como contínuos programas de gestão do patrimônio arqueológico ao longo dos anos contribuíram para consolidar um novo enfoque do patrimônio arqueológico nacional. Ao final, observaremos como a gestão do patrimônio arqueológico construiu uma crescente interface com outra área importante do campo da preservação do patrimônio cultural: a educação. Esta é uma perspectiva ampla, mas que reconhece a complexidade do ser humano em suas diferentes formas de conhecer e agir e que considera a Ciência Arqueológica e a Educação interlocutoras ativas no desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre o passado.

Palavras-chave: Patrimônio Arqueológico Brasileiro, Preservação Arqueológica, Arqueologia Jesuítico-Guarani.

ABSTRACT

This research aims to mainly analyze for the real first time the trajectory of ideas and concepts for the Archaeological Preservation of the material culture remainings in the Jesuit-Guarani Missions located in the Brazilian territory. From the results obtained through several excavations, noting the historical construction of legal and technical regulations, it will be analyzed how continuous management programs of the archaeological heritage over the years contributed to consolidate a new approach of the national archaeological heritage. Finally, we look at how the management of archaeological heritage has built a growing interface with another important area of the field of cultural heritage preservation: education. This is a broad perspective, but recognizes the complexity of human beings in their different ways of knowing and acting and which considers Archaeological Science and Education active interlocutors in the development of a critical reflection of the past.

Keywords: Brazilian Archaeological Heritage, Archaeological Preservation and Jesuitic-Guarany Archaeology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Sul da América Meridional elaborado por Arnoldus Montanus ...	62
Figura 2 - Ruínas de São Miguel Arcanjo.....	63
Figura 3 - Ilustração de Demersay das ruínas de São Miguel em 1846.....	64
Figura 4 - Ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo no início do século XX.....	64
Figura 5 - Visitante em frente às ruínas de São Miguel Arcanjo.....	65
Figura 6 - Turistas visitando as ruínas de São Miguel Arcanjo no início do século XX .	66
Figura 7 - Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões no início do século XX	67
Figura 8 - Consolidação das da torre de São Miguel das Missões-RS	69
Figura 9 - Consolidação da torre da Igreja de São Miguel Arcanjo	70
Figura 10 - Museu das Missões no vértice da praça original	72
Figura 11 - Museu das Missões projetado por Lucio Costa	72
Figura 12 - Ruínas de São Miguel Arcanjo.....	76
Figura 13 - Escavações em São Nicolau.....	78
Figura 14 - Fragmentos cerâmicos.....	79
Figura 15 - Tigela metálica	80
Figura 16 - Material vítreo	81
Figura 17 - Fragmentos humanos de crânio e dente.....	82
Figura 18 - Lápide com inscrições.....	82
Figura 19 - Escavações em São Nicolau.....	83
Figura 20 - Arqueologia Histórica Missioneira em São João Batista	89
Figura 21 - Arqueologia Histórica Missioneira em São Lourenço.....	90
Figura 22 - Consolidação de muro em São Lourenço Mártir	92
Figura 23 - Consolidação de muro em São Lourenço Mártir	92
Figura 24 - Escavação arqueológica em São João Batista	93
Figura 25 - Perfil estratigráfico da escavação arqueológica em São João Batista ...	93
Figura 26 - Perfil estratigráfico da escavação arqueológica em São João Batista ...	94
Figura 27 - Fonte Missioneira no momento da descoberta	95
Figura 28 - Fonte Missioneira recuperada.....	96
Figura 29 - Parque da Fonte Missioneira e Sítio Arqueológico	96
Figura 30 - Escavações na Fonte Missioneira.....	97
Figura 31 - Sondagens geomagnéticas.....	98

Figura 32 - Localização da escavação	99
Figura 33 - Piso de casa de índio	100
Figura 34 - Frente de Moeda datada de 1824	101
Figura 35 - Verso da Moeda datada de 1824	102
Figura 36 - Frente (cara) de Moeda datada de 1869.....	102
Figura 37 - Verso (coroa) de Moeda datada de 1869.....	103
Figura 38 - Facas e cravo.....	103
Figura 39 - Cravo	104
Figura 40 - Cravos e placa	104
Figura 41 - Fragmento de cachimbo	105
Figura 42 - Cerâmicas Pintadas	105
Figura 43 - Cerâmicas roletadas e torneadas	106
Figura 44 - Decorações plásticas	106
Figura 45 - Sílex trabalhado	107
Figura 46 - Boleadeira	107
Figura 47 - Sítio Arqueológico de São Lourenço-RS.....	109
Figura 48 - Visita guiada durante o Programa Arqueologia Histórica Missioneira..	116
Figura 49 - Capa do Livro Os Primeiros Habitantes do Rio Grande do Sul.....	117
Figura 50 - Simulação de atividade de campo em São João Batista	119
Figura 51 - Simulação de atividade de campo em São João Batista	120
Figura 52 - Escolares simulam reconstrução de material arqueológico	120
Figura 53 - Sítio-escola em São Miguel das Missões.....	121
Figura 54 - Ação educativa São Miguel das Missões.....	121
Figura 55 - Encarte do Projeto Fonte Missioneira	122
Figura 56 - Cartilha do Projeto Fonte Missioneira	123
Figura 57 - Ação Educativa na Fonte Missioneira	123
Figura 58 - Palestra realizada com funcionários do IPHAN	124
Figura 59 - Palestra realizada com funcionários do IPHAN	124
Figura 60 - Cartaz do IBC sobre Educação Patrimonial.....	127
Figura 61 - Ação educativa São Miguel das Missões.....	127
Figura 62 - Passarela no Sítio Arqueológico de São Nicolau, RS	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Material arqueológico coletado nas escavações	100
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses

BID – Banco Internacional para Desenvolvimento

CAM – Campo Arqueológico de Mértola

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDRO – Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras

CNA – Centro Nacional de Arqueologia

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CIDOC – Comitê Internacional para Documentação

E.T. IPHAN/RS – Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nas Missões

FIDENE-RS – Fundação de Integração Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado

IAP – Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos

ICCROM – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos bens Culturais

ICOM – Conselho Internacional para Museus

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

MARS – Museu Antropológico do Rio Grande do Sul

MARSUL – Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul

MASJ – Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

MINC – Ministério da Cultura

NBWNHP – *New Bedford Whaling National Historical Park*

NPS – *National Park Service*

NEPGEA – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geologia Arqueológica

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PAL – *The Public Archaeological Laboratory*

PIV – Programa Integrado de Valorização

PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SEI – Sítio Escola Internacional/Missões

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

WMF – *World Monuments Fund*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	26
2.1 A PRESERVAÇÃO E O RESTAURO NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO E DISCURSO	26
2.1.1 Os primeiros passos no Mundo Clássico	26
2.1.2 A atuação religiosa no contexto medieval	27
2.1.3 A caminho de uma definição	31
2.1.4 A cultura nacional e suas bases materiais	33
2.1.5 O século de Ruskin e Viollet-Le-Duc	35
2.1.6 O início de uma relação: arqueologia e restauro	37
2.1.7 O século XX e a consolidação do campo	41
3 A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO RIO GRANDE DO SUL ..	57
3.1 AS RUÍNAS DAS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS	61
3.2 PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NAS MISSÕES: CONSTRUINDO UM CONCEITO NA PRÁTICA.....	67
3.2.1 As primeiras ações no Estado	67
3.2.2 A Arqueologia entra em cena	73
3.2.1 Arqueologia Histórica Missioneira.....	87
3.2.2 Arqueologia como gestão do patrimônio cultural.....	90
4 AÇÕES EDUCATIVAS E O ENGAJAMENTO PÓLÍTICO CULTURAL	112
4.1 AÇÕES EDUCATIVAS E ARQUEOLOGIA NAS MISSÕES	115
4.2 MÉRTOLA VILA MUSEU.....	129
5 PAUSA PARA O DIÁLOGO.....	132
6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	138
6.1 SUGESTÕES PARA O FUTURO LOGO ALI	140

REFERÊNCIAS	142
ANEXO A - Planta do Sítio Arqueológico	155
ANEXO B - Entrevistas.....	156
ANEXO C - Escavações em São Miguel	216

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a interface entre Ciência Arqueológica e a Educação nas Missões Jesuítico-Guaranis, localizadas no sul do Brasil.

A intenção deste estudo é, primeiramente, colaborar para a elaboração de ações técnicas de longa-duração, destinadas a aprimorar a relação entre comunidades vivas e patrimônio cultural, existente nos municípios. Em um segundo momento, ajudar no desenvolvimento de futuras ações educativas, centradas no patrimônio arqueológico, que possam estimular a capacidade de análise, de criatividade e de autonomia dos diversos indivíduos que, cotidianamente, visitam e interagem com os bens arqueológicos.

Trata-se de perspectiva ampla, mas que reconhece a complexidade do ser humano, em suas diferentes formas de conhecer e agir, e que considera a Arqueologia e a Educação como áreas parceiras no desenvolvimento científico. Neste trabalho, busca-se, sobretudo, a consolidação de uma arqueologia engajada que, no âmbito nacional, ainda tenta ser reconhecida como um instrumento cotidiano de gestão do patrimônio cultural.

Fato novo nos estudos missionários que, até este momento, tiveram suas principais pesquisas no território nacional analisadas de forma fragmentada, sem levar em conta a trajetória do campo da Preservação Arqueológica e, conseqüentemente, sem compará-la com outras realidades internacionais.

A proposta desta tese surgiu da compreensão de que um dos principais desafios do pesquisador arqueólogo contemporâneo é superar a visão difundida em relação a sua área, como mera técnica de resgate do passado – vinculada, na maior parte do tempo, a escavações breves - e transformá-la em uma ciência partícipe e contínua nas ações de identificação, proteção e valoração do patrimônio cultural brasileiro (BUENO, 2003; FUNARI, 1995; KERN, 1995; MCDAVID, 2004; MERRIMAN, 2004; SHACKEL, 2004).

Vista ainda por muitos profissionais de outras áreas como uma mera ferramenta de pesquisa, a Arqueologia pode ajudar na construção de um

humanismo contemporâneo, colaborando na formação de recursos humanos de alta significação).

Apesar disso, nos dias atuais, há casos em que o distanciamento da comunidade e a falta de compromisso profissional dos cientistas com as comunidades pesquisadas constituem grandes entraves (FUNARI, 1995; KERN, 1995; MCDAVID, 2004; SHACKEL, 2004).

Esse problema é enfrentado não só na região missioneira, mas por toda a Arqueologia nacional e, nos últimos anos, emergiu como elemento de discussão em Congressos e Seminários, a partir de uma preocupação constante com “[...] as consequências sociais, políticas e culturais do trabalho de Arqueologia” (BARRETO, 2008, p. 48).

Ao longo dos últimos anos, a Arqueologia Brasileira e a Ciência mundial como um todo passaram por profundas mudanças, em sua estrutura funcional e científica. Desde a interlocução com outras áreas do saber até a internacionalização dos contatos entre profissionais, cada vez mais, a Arqueologia busca um diálogo com o seu próprio mundo contemporâneo. Neste caminho, temos o exemplo da significativa queda de muros que, anteriormente, impediam o contato com outras áreas do conhecimento e instituições (dentro e fora do país). Isto vem “[...] provocando uma circulação direta e mais rápida das informações, renovando as discussões teórico-metodológicas” (KERN, 2002, p. 123).

Neste novo contexto de circulação do conhecimento, o atual profissional-arqueólogo deve ultrapassar limites até agora impostos e aproximar-se de outras disciplinas, que atuam (ou podem vir a atuar) no desenvolvimento de projetos contínuos de gestão integrada (KERN, 1998). Logo, este novo enfoque privilegia a integração entre diferentes profissionais em uma perspectiva multidisciplinar.

Ao mesmo tempo em que o papel do cientista arqueólogo se modificou, o campo do próprio patrimônio cultural se ampliou, demandando novos olhares sobre as práticas de gestão há muito consolidadas.

Nesse sentido, o desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio cultural passa a estar associado ao uso qualificado dos bens e referência patrimoniais, permitindo o desenvolvimento local sustentável. De acordo com

Hugues de Varine (2002), apenas com a participação ativa e criativa das comunidades locais este desenvolvimento será possível. Desta forma, as ações educativas continuadas ganham destaque, podendo contribuir efetivamente para:

[...] liberar a capacidade criativa do indivíduo e dar-lhe condições de ocupar um lugar como ator cultural, social e econômico de forma integral, em sua comunidade e em seu território. Isso corresponde exatamente à noção de 'conscientização' de Paulo Freire (VARINE, 2002, p. 288).

A partir desta premissa solidária, o cidadão pode atuar como agente ativo, não passível de ser manipulado por algum programa de gerenciamento tecnocratas, ou sujeito às mudanças político-partidárias. Vale ressaltar que a eficácia desses programas se baseia, frequentemente, na combinação conjuntural e temporária da vontade política e da disponibilidade de recursos financeiros e humanos.

Essa linha de raciocínio é complementada por Kern (2002), ao propor que a sociedade busca no conjunto de seu passado uma forma de inteligibilidade que não está apenas interessada unicamente no passado. Ela tenta igualmente compreender as vicissitudes e os dramas pelos quais passamos nas últimas décadas do tempo presente. O profissional arqueólogo, por mais que deseje, não conseguirá escapar dessa lógica, já que a sua própria ciência é socialmente construída e determinada (BUENO; MACHADO, 2003).

No campo da Arqueologia, é possível perceber que os profissionais, cada vez mais, observam que as comunidades têm uma noção de pertencimento de seu próprio passado e querem participar, efetivamente, dos processos de tomada de decisões para, desta forma, conseguir trazer a sua própria ideia de valorização patrimonial.

A mudança de perspectiva na Arqueologia é recente, assim como a compreensão de que, em um mesmo lugar, podem existir muitas histórias, que resultem em narrativas diferentes, produzidas pelos diversos grupos sociais. Só nos últimos anos, a necessidade de preservação e valorização dessas histórias começou a ser considerada pelo profissional arqueólogo.

Para facilitar o entendimento do tema, foram buscadas informações sobre a trajetória de ideias e dos personagens que marcaram o desenvolvimento do conceito

de preservação arqueológica em nosso país. Assim, uma pesquisa *histórica* do pensamento arqueológico brasileiro teve início.

Essa tarefa foi empreendida, especificamente, em relação aos principais elementos teóricos do discurso investigativo produzidos antes e durante os projetos de arqueologia missioneiros. Igualmente, esteve vinculada aos métodos e práticas que norteavam as atividades de preservação dos remanescentes de cultura material, em quatro Sítios Arqueológicos: São Nicolau, São Lourenço Mártir, São João Batista e São Miguel Arcanjo.

Tratou-se de um verdadeiro exercício de decifração, que permitiu reconhecer o panorama teórico-metodológico e sociopolítico, no qual pesquisadores, temas e discussões estavam inseridos.

A proposição envolveu, também, uma análise do que mudou e do que permaneceu na abordagem arqueológica, bem como das transformações evidenciadas em termos de legislação e institucionalização dessa área do conhecimento, durante a segunda metade do século XX (BUENO; MACHADO, 2003).

Por fim, considerando o enfoque cada vez mais presente da Educação nas discussões sobre o patrimônio cultural em nosso país buscou-se observar como esta relação se desenvolveu nas Missões.

Desde a última década, trabalhos relacionando a Arqueologia à Educação ganham, cada vez mais, destaque na academia, sendo, muitas vezes, incorporados a programas públicos de gestão do patrimônio.

Como exemplo da importância desses estudos na atualidade, tanto nos Estados Unidos (em diversos parques controlados pelo *National Park Service*), como na Grã-Bretanha (por exemplo, no Museu de Londres) são desenvolvidos rotineiramente projetos que têm como proposta recuperar a memória de escavações arqueológicas anteriores e definir métodos eficientes de curadoria, sem deixar de lado atividades práticas de ação educativa (oficinas, sítios-escolas, etc.).

Seguindo esta mesma trajetória, diversos estudos conduzidos em Portugal e nos Estados Unidos tomaram como premissa principal o levantamento das práticas de gerenciamento do patrimônio arqueológico. Algumas dessas localidades,

inclusive, estão registradas como Patrimônio Mundial pela UNESCO, a exemplo dos sítios estudados nesta pesquisa.

Juntas, essas pesquisas consolidaram um verdadeiro arcabouço informativo, que permitiu que as autoridades responsáveis pela proteção e valoração do patrimônio cultural naquele país agissem de forma rápida e eficiente, quando um sítio arqueológico estivesse ameaçado. Os estudos foram também responsáveis pela criação de múltiplas ações de extroversão.

Logo, no decorrer das próximas páginas serão definidos critérios específicos de interpretação da documentação relacionada às escavações arqueológicas que ocorreram nas Missões e propor ações futuras para os programas de gestão local.

Neste sentido, irá apresentar inicialmente uma breve reflexão sobre o percurso teórico trilhado e como foi consolidado o corpo documental de que dá sustentação à minha pesquisa. Os limites impostos também devem ser apresentados, pois eles servirão como ponto de partida para trabalhos futuros.

Considerando os problemas a serem discutidos e resolvidos ao longo da pesquisa, foi necessário um levantamento exaustivo de todas as ações científicas e governamentais, relacionadas principalmente à Arqueologia, implantadas pelos diferentes órgãos públicos e privados nos quase cem anos de atuação do governo federal estadual nas Missões Jesuítico-Guaranis.

Por isso, desde o primeiro ano de pesquisa (2010) e desenvolvimento do projeto dentro do Programa de Pós-Graduação da PUC/RS, teve como principal preocupação compreender como se deu a construção do campo do restauro arquitetônico e da Arqueologia através da História.

Para tanto, recorreu às fontes históricas e a uma verdadeira análise historiográfica que permitisse uma melhor compreensão sobre as principais discussões teóricas entre arquitetos e arqueólogos no campo do patrimônio.

Estes debates, como veremos, tornaram-se mais frequentes nos últimos 100 anos, e ocorreram simultaneamente com várias inovações técnico-científicas que foram aprimorando e dando mais segurança para as avaliações dos especialistas.

Em nosso país, a Arqueologia começa a ganhar projeção primeiramente dentro de museus durante o século XIX e na academia no século XX. Logo, buscou-

se considerar no processo investigativo desta tese as diversas fontes bibliográficas impressas produzidas acerca da formação e institucionalização da pesquisa arqueológica e do restauro em nosso país e com mais detalhe, no Estado do Rio Grande do Sul (FERREIRA, 2010).

Concomitantemente era observada uma análise sincrônica e diacrônica de fontes documentais com o objetivo principal de compreender como foram tratados localmente, nas Missões, os conceitos de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Preservação Arqueológica e Restauro.

Relatórios de arqueologia, relatórios de planejamento urbano, estudos de restauro em edificações, mapas históricos e fontes secundárias (fotos, etc.) foram as principais fontes utilizadas.

Parte destas fontes documentais encontra-se atualmente digitalizada na biblioteca do IPHAN-RS e pôde ser facilmente localizada. Quando não identificadas, foram consultados arquivos originais sobre as primeiras atividades de restauro que estão disponíveis atualmente no Arquivo Noronha Santos-RJ.

Os relatórios de arqueologia estão concentrados no IPHAN-RS e na PUC-RS; instituições parceiras em vários projetos missionários nos últimos 40 anos. No decorrer da pesquisa, por exemplo, foram analisados os registros de escavação e material coletado por La Salvia durante suas escavações em São Nicolau.

As análises dos relatórios de campo levaram em conta os objetivos primários dos projetos que seriam executados. Esta forma de trabalho procurava avaliar criticamente o sucesso das escavações com relação aos seus objetivos iniciais e assim compreender eventuais alterações de percurso e método pelo arqueólogo responsável. A avaliação também levou em conta as contribuições concretas dos projetos para a compreensão da história das Missões.

Este mesmo sistema foi aplicado quando da avaliação das coleções arqueológicas estudadas. A qualidade e a robustez da documentação material coletada em campo, assim como o volume, condição atual e critérios de amostragem também foram considerados.

Cinco instituições concentram, atualmente, a guarda legal dos bens arqueológicos escavados: Instituto Anchietao de Pesquisas/UNISINOS,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL) e no Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nas Missões (E.T. IPHAN/RS). As duas últimas foram objeto de levantamento exaustivo, o que permitiu reconhecer parcialmente, em quantidade e qualidade, o material armazenado.

No MARSUL e no E.T. Missões estão guardados atualmente parte dos acervos coletados nos últimos trinta (30) anos. Mais especificamente na primeira instituição existe o material dos trabalhos de Fernando La Salvia do fim dos anos 70, enquanto na segunda temos o material de escavações realizadas a partir da década de 90 do século passado.

Este estudo foi possível a partir de diversas ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que nos últimos cinco anos, têm buscado obter dados confiáveis sobre a quantidade de material arqueológico dos sítios que administra para uma futura reserva técnica a ser construída nas Missões.

Todas as informações adquiridas destas fontes foram valiosas na presente tese ao permitir uma maior compreensão da dinâmica histórica da Ciência Arqueológica e do Restauro em um contexto local, assim como permitiram uma reflexão profunda sobre a atuação de diversas instituições de pesquisa e órgãos de preservação que desenvolvem projetos nas ruínas da região missioneira.

As informações levantadas ajudaram ainda a traçar um panorama da trajetória da gestão do patrimônio arqueológico missioneiro, pois nestes locais estão guardados o material coletado em diversas pesquisas realizadas nos últimos 30 anos. Os dados também permitem estimar a quantidade de acervo existente até este momento.

Todo este exercício de investigação permitiu uma reunião de dados robusta, capaz de fornecer um quadro de referência sobre o percurso histórico de formação do pensamento arqueológico brasileiro em uma escala local.

Restava por definir apenas as técnicas de análise mais adequadas para interpretação de uma realidade local.

Assim, no ano de 2012, foram realizadas duas viagens de estudo internacionais que permitiram comparar a realidade da gestão do patrimônio arqueológico brasileiro com aquelas de dois diversos países.

A primeira, no mês de abril, promovida pelo *National Park Service* (NPS), permitiu conhecer a realidade do programa de gestão norte-americana do patrimônio arqueológico.

Depois, na segunda metade daquele ano, com a obtenção de uma bolsa sanduíche da CAPES, foi realizado um estágio de estudos na Universidade de Coimbra, em Portugal.

A partir do programa de gerenciamento arqueológico desenvolvido pela Universidade de Coimbra (Portugal) e de outras Instituições portuguesas buscou-se conhecer as ações postas em práticas naquele país para lidar com o vasto acervo arqueológico continuamente descoberto em seus projetos acadêmicos.

Nesta etapa da pesquisa foi analisado o histórico de pesquisa de Portugal: a construção do aparato jurídico-legal de salvaguarda do patrimônio português e as teorias que permeiam os discursos dos arqueólogos daquele país mereceram atenção especial.

Primeiramente, para realizar esta atividade, foi necessário pesquisar a consolidação do conceito de patrimônio no mundo português. Depois levantar e mapear os diferentes tipos de sítios existentes estudados pela equipe portuguesa, assim como identificar os locais de guarda de material arqueológico, tendo em vista que cada conjunto de sítio arqueológico (pré-histórico e histórico) identificado remete a medidas específicas de gestão e curadoria.

Em um segundo momento, partiu-se para uma análise das práticas de educação patrimonial executadas em Portugal, mas agora, tomando como estudo de caso os trabalhos desenvolvidos no Campo Arqueológico de Mértola (CAM).

Nesta pequena vila portuguesa, localizada no Alentejo, desde 1978 ocorre uma investigação científica multidisciplinar no âmbito das ciências sociais e humanas. Somado a um interesse direto pela História e Arqueologia desta região, os diversos grupos de trabalho têm se dedicado a diversos campos das ciências humanas como História, patrimônio arquitetônico, arte e museologia.

Este centro de pesquisa - que faz parte do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto - conseguiu fomentar, ao longo dos anos, o levantamento, análise e pesquisa do patrimônio e propor sua conservação e salvaguarda, cooperando assim com entidades públicas e privadas em ações científicas ou de promoção cultural e social.

Por sua vez, como veremos adiante, naquele local, as diversas ações de salvaguarda e as práticas educativas adotadas, em vários momentos, foram fundamentais para o estabelecimento de um sistema de parceria contínua com os diversos agentes públicos e moradores.

O estudo de caso lusitano permitiu, por fim, estabelecer um estudo comparativo com as práticas adotadas em nosso país. Para tanto, além da consulta de farta bibliografia existente (cadernos de campo, relatórios de pesquisas e cartilhas desenvolvidas), realizei entrevistas com alguns dos responsáveis pela execução dos projetos em Coimbra e Mértola. O objetivo: ter acesso às reflexões pessoais que muitas vezes escapam dos textos científicos.

Cabe destacar que o método aplicado buscou estabelecer uma interface entre prática arqueológica e ação educativa. Obviamente que ele não poderá perder de vista que os casos analisados não estão isolados e afastados de práticas situadas temporalmente e inseridas em um determinado contexto regional. Ou seja, as práticas relacionadas ao patrimônio cultural são sempre influenciadas, de diversas formas e em diferentes intensidades, por práticas que podem – e devem, ser sempre situadas historicamente.

Tanto o caso português a ser contrastado, como o caso missioneiro –objeto final desta pesquisa- devem ser observados à luz de suas particularidades socioculturais; europeia e latino-americana. Apresentar e tornar explícito as diferenças encontradas, por meio de avaliação bem fundamentada, servirá como comparação daquelas ações executadas em nosso país; mais especificamente nas Missões (BUENO; MACHADO, 2003; CARVALHO, 2009; PALMA, 2012).

Análise que, na atualidade, impõe-se como um dos grandes desafios dos programas de curadoria de acervo em nosso país, uma vez que apenas um entendimento adequado poderá fornecer ferramentas adequadas para o

aprimoramento de nossos programas de gestão e de nossas atividades de extroversão.

De forma concreta, daremos início à análise a partir de uma reflexão histórica sobre a construção do conceito de preservação arqueológica. Conceito que, como será facilmente perceptível, foi erguido sobre as práticas de restauro empregadas principalmente no Mundo Ocidental.

Enfoque esse que perdurará até a segunda metade do século XIX, quando outras vozes nacionais passam a reivindicar a si como exemplos e modelos a serem observados.

Mais ainda até a segunda metade do século XIX, arquitetos eram os detentores do conhecimento técnico e teórico sobre este campo. Fato que muda consideravelmente com a industrialização crescente e novas descobertas advindas da exploração científica. Novas áreas do conhecimento também querem opinar sobre as melhores técnicas de trabalho durante obras de restauro; dentre elas a Arqueologia.

O autor, primeiro arqueólogo concursado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Rio Grande do Sul, e há mais de sete anos cooperando com os trabalhos de preservação nas Missões espera que este texto seja mais um contributo nas ações de pesquisa e gestão do patrimônio cultural brasileiro.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1 A PRESERVAÇÃO E O RESTAURO NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO E DISCURSO

2.1.1 Os primeiros passos no Mundo Clássico

A tentativa de proteger edificações data da Antiguidade. No período Republicano¹, a preocupação com a conservação e proteção de monumentos que tinham um caráter comemorativo de triunfo das armas romanas (*monumenta victoriae*) era objeto de discussão.

Posteriormente, no Império², a proteção de obras públicas foi ratificada. Ocorreram, por exemplo, protestos de cidadãos quando uma estátua de Lisipo³, foi transferida para outro palácio. Posteriormente, Tibério⁴ devolveu a obra para seu lugar de origem. Tal fato evidencia a evolução do conceito de patrimônio cultural, que passou da mera proteção da cidade e do monumento, como um *monumenta victoriae*, para a necessidade de proteção de certo valor intrínseco.

No século V, o Imperador romano Júlio Maiorano⁵ promulgou um edital, manifestando o seu descontentamento com a destruição e o saque de prédios antigos. Como solução, ele passou os edifícios antigos para a tutela do Estado e estabeleceu penas corporais e multas para aqueles que descumprissem a lei.

O mesmo Imperador estendeu o conceito de monumento para edifícios que não possuíam funções religiosas ou celebrativas. Ele ressaltou, ainda, que esses edifícios possuíam um valor histórico que mesclava valor estético (“as belezas da cidade eterna”) e valor histórico (“de nosso grande passado”).

¹ Período que durou de 509 a.C. até 27 a.C.

² Forma de governo autocrática que se caracterizou por grandes unidades territoriais e durou no ocidente de 27 a.C até 456 d.C.

³ Escultor do período clássico grego do século IV a.C.

⁴ Nascido em 42 a.C, governou de 14 d.C. à 37 d.C. Ganhou destaque na história por ser o Imperador Romano descrito na Bíblia como o governante do período da crucificação de Jesus Cristo.

⁵ Nascido em 420 d.C, governou de 457 até sua morte em batalha no ano de 461 d.C.

2.1.2 A atuação religiosa no contexto medieval

Durante a Idade Média, vários fatores levaram a uma crescente perda do interesse pelos edifícios antigos como a mutabilidade política, as condições socioeconômicas (MONTES, 1998).

Mesmo assim, ainda era possível identificar tanto nos proto-humanistas⁶ como naqueles do fim da Antiguidade e da Idade Média interesse e entusiasmo pelos monumentos antigos. Embora estes últimos costumassem cristianizar a antiguidade.

Dois clérigos medievais se enquadravam neste perfil. Benedictus, cômego de São Pedro, que por volta de 1155 publica um guia dedicado aos monumentos pagãos de Roma, e o jurista inglês Magister Gregorius⁷, que relata ter admirado no Quirinal⁸ uma Vênus feita com “uma perícia tão maravilhosa e inexplicável, que ela parecia se ruborizar com a própria nudez (MONTES, 1998; CHOAY, 2001 e 2013).

Neste período os monumentos antigos passam por um processo de reutilização. Um dos melhores exemplos disso foi o palácio imperial de Treves na Itália, transformado, no século IX, em uma catedral. Móveis e objetos antigos também eram reutilizados de forma global, combinada ou não com reformas.

Muitos monumentos não foram apenas reciclados, mas cortados em pedaços para serem encaixados em construções novas de forma a decorá-las e embelezá-las (CHOAY, 2001). Esta ação gera até hoje confusão, quando um especialista procura identificar o que é original e o que é material de reutilização.

Roma e outras cidades europeias serviam como a principal fonte de fragmentos antigos. Carlos Magno⁹ utilizou mármores e colunas italianas de Ravena e Roma em nas construções francesas de Aix-la-Chapelle e em Saint-Riquier na França. A abadia de Montecassino na Itália foi construída com colunas, capitéis e bases encontrados em Roma. Das cidades de Nîmes e Arles também foram

⁶ O humanismo foi um conjunto de ideias que observou o ser humano como o elemento principal em suas reflexões filosóficas. Desenvolveu-se desde a antiguidade clássica (Grécia e Roma) até o século XIX. Teve seu apogeu durante os séculos XIV e XVII no período denominado Renascimento.

⁷ Texto escrito por este autor – que carecemos de maiores detalhes – no meio do século XII d.C.

⁸ O Palácio de Quirinal está localizado em uma colina homônima de Roma.

⁹ Nascido em 742 d.C. reinou entre 768 e 814 d.C. tendo sido o responsável pela consolidação do Império Carolíngio, incorporando parte da Europa Ocidental e Central.

retiradas colunas e esculturas para a catedral de Saint-Germain d'Auxerre e para a igreja de Saint-Germain-des-Prés¹⁰ (CHOAY, 2001 e 2013).

Este espírito pode ser identificado no relato do abade Suger (1081-1151)¹¹ sobre a ampliação de Saint-Denis:

Onde vou encontrar colunas de mármore ou semelhantes ao mármore? Eu pensava nisso, refletia, procurava nas regiões mais diversas e mais distantes e nada encontrava. Ao meu espírito ansioso só ocorria uma solução: ir a Roma; no palácio de Diocleciano, com efeito, e nas outras termas, sempre admiramos colunas de mármore; fazê-las vir por uma rota segura pelo mar Mediterrâneo, depois pelo mar da Inglaterra, e dali pelo curso sinuoso do Sena, obtê-los assim a grande custo de nossos amigos e mesmo de nossos inimigos, os sarracenos, junto aos quais seria preciso passar – tal era a solução que, durante muitos anos e depois de tantas buscas vãs, considerávamos com angústia (SUGER, 1867 *apud* CHOAY, 2001, p. 41).

Um renovado interesse pelo mundo e o homem clássico retornou com o Renascimento¹². Poetas, intelectuais, arquitetos, filósofos, escritores voltaram a sua atenção para o mundo das artes na Antiguidade. A relação se estabeleceu por meio do estudo dos remanescentes, dos monumentos, das pinturas e das estatuárias gregas e romanas.

Entre as décadas de 1420 e 1430 o diálogo entre artistas e humanistas cresceu consideravelmente. Os artistas trazem um novo enfoque sobre os trabalhos dos humanistas. Estes últimos destacam a necessidade de se conhecer a riqueza do mundo greco-romano e sua perspectiva histórica. Assim a visão das formas e a acuidade no trabalho dos artistas (arquitetos e escultores) adquire grande profundidade, uma vez que estes ainda se encontravam presentes.

A partir dessa época, ressurgiu a necessidade de proteger os monumentos antigos da destruição. Em 1425, o papa Martinho V estabeleceu como sacrilégio a

¹⁰ A Igreja localiza-se em um grande complexo monástico fundado durante a Idade Média.

¹¹ Religioso de Saint-Denis teve grande influência nas cortes medievais de Luís VI e Luís VII.

¹² Termo utilizado para identificar movimento da história que durou entre os anos de XIV e XVIII e que marcou uma reaproximação com o humanismo do período clássico e várias mudanças na área de artes, filosofia e ciências. Movimento hoje caracterizado como pan-europeu, de larga duração e que influenciou e tomou como inspiração elementos culturais e filosóficos do Leste do continente e de outras regiões do planeta na época (BURKE, 2008 e 2010).

demolição de edifícios públicos. Eugênio IV (que pontificou entre 1431 e 1447) mandou retirar construções adicionadas posteriormente ao Panteão¹³.

Assim era descrita a Roma da época:

Há uma abundância quase infinita de edifícios, às vezes esplêndidos, de palácios, de residências, de túmulos e de ornamentos diversos, mas completamente em ruínas. É uma vergonha e uma abominação ver os pórfiros e os mármorees arrancados de seus antigos edifícios e transformados em cal. A situação presente é bem triste, e a beleza de Roma está sendo destruída¹⁴. (MÜNTZ, 1878 *apud* CHOAY, 2001, p. 52-53).

Flavio Biondo¹⁵ confirmava este quadro de destruição:

Ao lado do Capitólio e diante do Fórum fica o pórtico de um templo da Concórdia que, quando vim pela primeira vez a Roma, vi quase inteiro, faltando-lhe apenas os revestimentos de mármorees. Depois, os romanos reduziram-no totalmente a cal e demoliram esse pórtico, deitando-lhe por terra suas colunas¹⁶ (MÜNTZ, 1878 *apud* CHOAY, 2001, p. 53).

Nesta época, o interesse dos arquitetos, pelas obras da Antiguidade, não visava à conservação dos edifícios antigos, utilizados como modelos para reprodução. Tal fato levou, por exemplo, à utilização de mármore do Coliseu para construir a Catedral de São Pedro. Mais tarde, foram usados materiais da antiga Basílica, para a construção da nova São Pedro. Muitos edifícios que não eram reutilizados viraram, literalmente, ‘pedreiras’, para a retirada de material de construção.

Ao mesmo tempo, razões práticas de economia, o saber literário e a sensibilidade eram alguns dos fatores que levavam ao interesse na preservação dos remanescentes antigos. No primeiro caso, principalmente com a expansão do cristianismo, podemos destacar a atitude de alguns religiosos em defesa de edificações antigas.

¹³ Templo romano, também conhecido como Panteão de Agripa, foi construído em 27 a.C. durante o consulado de Marco Vipsânio Agripa. Foi destruído por um incêndio em 80 d.C, tendo sido reconstruído em 125 d.C. durante o reinado do Imperador Adriano.

¹⁴ Citado por E. Müntz, *Les Arts à la cour des papes pendant le XV et le XVI siècle*. Paris, 1878, I. De Martin V à Pie II (1417-1464).

¹⁵ Humanista, historiador e enciclopedista nascido na cidade italiana de Forti viveu entre os anos de 1388 e 1463.

¹⁶ *Ibidem*.

Agora cabia aos papas a tarefa da preservação e o novo olhar sobre a conservação dos monumentos antigos. A partir de Papa Gregório I¹⁷, o Grande, a conservação passa a ser uma atividade moderna com o objetivo de restaurar e proteger os edifícios antigos, frequentemente atacados por agressões ou alvo de técnicas mutilantes.

Por sua vez, o interesse cultural relacionado às letras e ao saber clássico ajudou a formar uma legião de abades humanistas que iriam ganhar destaque durante o período medieval. Por fim, a sensibilidade advinda da observação do refinamento, da maestria dos artistas, assim como da riqueza de materiais atraíram numerosos defensores dos monumentos antigos.

Bulas pontificas são elaboradas para reger as atividades de restauro. Como bom exemplo, temos a bula *Cum alman nosran urbem* que em 1462, quando o papa Pio II afirmava que pretendia “empenhar-se com a atenção mais vigilante... para a manutenção e preservação” de vários edifícios religiosos como basílicas, igrejas e lugares santos da cidade (CHOAY, 2001 e 2013).

Ao mesmo tempo, o papa destacava que concordava com “aqueles [seus] predecessores que se levantaram expressamente contra a demolição e a depredação dos edifícios antigos”. Contra aqueles que agiam de forma equivocada com relação aos monumentos. Foram afixadas penas pecuniárias e o “peso da autoridade apostólica”, que abarcava dentre outras punições excomunhão e multas (MÜNTZ, 1878 *apud* CHOAY, 2001, p. 54).

Agentes incumbidos de vigiar danos ao patrimônio ganharam autoridade para “prender [os contraventores], confiscar seus animais, seus instrumentos e outros bens [...], forçá-los a pagar multas”. Apenas o papa poderia anular estas medidas, sendo oficializada através de uma bula, ou breve apostólico (MÜNTZ, 1878 *apud* CHOAY, 2001, p. 55).

Somada às medidas preventivas, os sumos pontífices desenvolveram várias medidas de ordem prática como remoção de entulho e restauro de antiguidades. Este é o caso de Pio II¹⁸, que mandou substituir o Coliseu¹⁹ por Carrara como centro

¹⁷ Nascido em Roma no ano de 540 d.C, seu pontificado durou de 590 até sua morte em 604 d.C.

¹⁸ Nascido em Siena, Itália, em 1405, pontificou entre os anos de 1458 até sua morte em 1464.

¹⁹ Anfiteatro romano construído durante o governo de Vespasiano entre os anos de 68 e 79 d.C.

de exploração de mármore. Já Paulo II²⁰ restaura o *Forum romanum*, o Coliseu e a coluna de Trajano, enquanto Sisto IV²¹ solicita o restauro do templo de Vesta e desobstrução do arco de Tito²².

No século XVI, este movimento para recuperação da Antiguidade Clássica continua a orientar o interesse dos estudiosos. Se a exegese dos textos orientava as discussões historiográficas, cada vez mais se abre mais espaço para a observação visual e tátil dos vestígios como inscrições, moedas, elementos escultóricos e arquitetônicos e restos de povoações antigas.

2.1.3 A caminho de uma definição

Aquelas ações de restauro marcam o início do desenvolvimento da área de preservação do patrimônio e continuaram a ser praticadas durante o Renascimento Tardio e o Barroco (séculos XVII e XVIII). O próprio senso de antiguidade dos letrados da Europa não parava de se alargar, estendendo seus limites para além de Roma e chegando à Grécia, Egito e Ásia Menor.

O conjunto das ruínas romanas e gregas encontradas em outros locais fora do território italiano passaram a ser consideradas. Um médico lionês observou, por exemplo, em sua viagem para a Anatólia que mesmo a França “pode nos fornecer belas peças, tanto quanto à Grécia e a Itália. Às vezes negligenciamos o que temos, para correr atrás de curiosidades estrangeiras que não têm mais valor que as nossas” (SPON; WHEELER, 1679, *apud* CHOAY, 2001, p. 61).

Surgem diversos colecionadores interessados em representar o trabalho dos humanistas na valorização das antiguidades. Este foi o caso de D. Afonso, filho do primeiro Duque de Bragança, em Portugal no século XV, que possuía uma coleção de antiguidades formada por lápides e antiguidades romanas adquiridas em suas viagens no Alentejo.

Mas se os humanistas valorizavam os monumentos e vestígios do passado como testemunhos de autores gregos e romanos, os antiquários davam um valor

²⁰ Nascido em Veneza, Itália, em 1417, pontificou entre os anos de 1464 até sua morte em 1471.

²¹ Nascido em Savona, Itália, em 1414, pontificou entre os anos de 1471 até sua morte em 1484.

²² Arco triunfal romano, erigido em celebração à conquista de Jerusalém pelo Imperador Tito Flávio em 67 d.C.

especial a outros bens de cultura material. Para eles, os objetos davam informações precisas e praticamente inequívocas sobre os usos e costumes do passado.

Um autor como o frade beneditino Monfaucon²³, por exemplo, em sua obra sobre a antiguidade destaca que os mármore e os bronzes nos informariam bem mais sobre os funerais que os autores antigos com sua escrita. Ao mesmo tempo, afirmava que os conhecimentos que obtemos dos monumentos são bem mais seguros que aquilo que o que podemos aprender com os livros (MONFACON, 1719).

Uma grande rede de eruditos se formou por toda a Europa. Unidos pela paixão pela Antiguidade e antiguidades vinham das mais diferentes origens (burguesia ou alta aristocracia), condição (religiosos, leigos), profissões (homens de letras, cientistas, artistas) e riquezas. Comunidade que não tinha limites, nem fronteiras bem definidas (CHOAY, 2001).

Os antiquários foram responsáveis pela a elaboração de um significativo conjunto de informações detalhadas de antiguidades. Um verdadeiro corpus documental foi sendo construído a partir dos mais variados objetos como moedas, selos e vasos.

Uma ampla e dinâmica rede de intercâmbio se estabeleceu por toda a Europa. A troca de informações era intensa e as informações divulgadas, comentadas e contrastadas. A descrição de cores, formas e figuras contêm um contexto rico em informação. A terminologia típica de cada campo se expande, assim como a compreensão de espaço-tempo, que passa a ter que dar conta de antiguidades vindas de sítios recém-descobertos como Paestum²⁴, Herculano²⁵ (1713) e Pompéia²⁶ (1748). Por fim, o olhar dos próprios viajantes não fica

²³ Bernard de Montfaucon, nascido no ano de 1665 e falecido em 1741, foi um teólogo e antiquário francês. Seus estudos contribuíram para a elaboração do Neoclassicismo, movimento cultural que reavivou e renovou o interesse pela Antiguidade Clássica.

²⁴ Cidade romana, da Magna Grécia localizada no sul da Itália e fundada no século VII a.C. Faz parte hoje do Parque Nacional do Cilento e do Vale do Diano, tendo sido inscrita como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1998.

²⁵ Antiga cidade romana, localizada na província de Nápoles. Destruída em 79 d.C. durante a erupção do vulcão Vesúvio. Faz parte hoje da Área Arqueológica de Pompéia, Herculano e Torre Annunziata, tendo sido inscrita como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1997.

²⁶ Antiga cidade romana, localizada na província de Nápoles. Destruída em 79 d.C. durante a erupção do vulcão Vesúvio. Faz parte hoje da Área Arqueológica de Pompéia, Herculano e Torre Annunziata, tendo sido inscrita como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1997.

circunscrito à Antiguidade Clássica mas também culturas e religiões até então ignoradas como a muçulmana (CHOAY, 2001).

2.1.4 A cultura nacional e suas bases materiais

Até o século XVIII, parte dos Estados, na Europa era monárquica e religiosa, com a identificação baseada nas casas reais. As pessoas deviam fidelidade ao rei, mandatário supremo que era legitimado pela Igreja Católica. Ao mesmo tempo, na Inglaterra, a monarquia e o absolutismo, marcavam o terreno, com forte influência da igreja anglicana.

Neste mundo o patrimônio era privado e aristocrático, sendo formado, sobretudo, por coleções de antiguidades. Mas no fim do século XVIII transformações sociais e políticas conduziram a um novo enfoque sobre o conceito de patrimônio.

A Revolução Francesa foi o mais claro sinal desta mudança. Ao acabar com a monarquia e propor a igualdade, o novo governo republicano precisava criar novos laços que unissem os cidadãos por meio de valores e costumes comuns.

O primeiro passo foi a difusão da língua nacional; o francês, até então restrito às elites. O segundo, o conhecimento sobre uma suposta origem comum: os gauleses. Depois, foi criada uma comissão incumbida de fiscalizar e preservar os monumentos nacionais.

A partir desta invenção de uma cultura nacional assumida por cidadãos tornou-se necessário em toda a Europa descobrir também a raiz material que a sustentasse. O âmbito privado do patrimônio perdia espaço em nome do povo, “como destinatário eminente e, ao mesmo tempo, o derradeiro responsável por essa herança” (POULOT, 2009, p. 26).

Em Portugal este fenômeno já era perceptível no início daquele século. Mais precisamente a partir do Real Decreto, de 14 de Agosto de 1712, surge o que pode ser considerado o primeiro esboço do conceito de patrimônio nacional:

[...] procurando examinar por si, e pelos académicos, os monumentos antigos, que havia, e se podião descobrir no Reyno, dos Romanos, Godos e Arabios, se achava que muitos, que poderão existir nos Edifícios, Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, Chapas, medalhas e Moedas, e outros artefactos, por incúria, e ignorância do vulgo se tinham consumido,

perdendo-se por modo *hum meyo muy* próprio, e adequado, para verificar muitas noticias da venerável antiguidade [...] e que seria *muy* conveniente à luz da verdade, e conhecimento dos séculos passados, que no que restava de semelhantes memorias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este damno, em que pôde ser muito interessada a gloria da nação Portuguesa [...] (FABIÃO, 1989, p. 17).

Ao mesmo tempo, em que vincula a proteção ao interesse da Nação, o decreto reconhecia a importância dos vestígios materiais e estipulava que:

[...] nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrua em todo, nem em parte qualquer edifício, que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado, e na mesma sorte as estatuas, mármore, e Cippos em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros Fenices, Gregos, Romanos, Goticos, Arabicos, ou laminas, ou Chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres, como outro sim Medalhas, ou Moedas, que mostrarem ser daqueles tempos, nem dos inferiores até ao reinado do Senhor Rey D. Sebastião, nem encubrão, ou ocultem algũa das sobreditas [...] (FABIÃO, 1989, p. 17).

Até essa época, em todo mundo, ocorriam escavações apenas quando um príncipe mecenas financiava um projeto, com o objetivo de enriquecer suas coleções de estatuária clássica. Isto é, não havia critério técnico-arqueológico algum durante os trabalhos.

Somente com a entrada em cena de Johann Joachim Winckelmann²⁷ que esse panorama começou a se transformar. Nascido na Prússia, esse pesquisador foi um reconhecido especialista em arquitetura da Antiguidade e teórico do movimento neoclássico. Marcou o campo das ciências humanas por suas pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e categorização de estilo no campo das Artes. É considerado hoje o fundador da História da Arte e um dos fundadores da Arqueologia como disciplina moderna.

Em 1755, publicou *Reflexões sobre a Imitação das Obras Gregas na Pintura e Escultura*, obra que teve grande êxito internacional. Em 1764, com a sua obra "*História da arte antiga*", periodizou os estilos escultóricos gregos e romanos, assim como descreveu minuciosamente várias obras.

Até aquela época, a História da Arte era entendida apenas por meio de fontes escritas. Neste sentido, o olhar especializado e criterioso de Winckelmann trouxe

²⁷ Historiador da arte e arqueólogo, nascido no ano de 1717 em Trieste e falecido em 1768.

grandes contribuições. Com ele, os monumentos do passado passaram de uma função estética à categoria de fontes de informação, ou seja, a História da Arte começou a ser entendida também a partir da descrição minuciosa cultura material. A Arqueologia começava a ganhar um corpo teórico e metodológico (TRIGGER, 2004; CHOAY, 2001).

Com Winckelmann as preocupações éticas e políticas assumem uma importância considerável para a arqueologia. O gosto pela arte começa a ser equiparado ao conhecimento dos métodos utilizados nas escavações. Visitantes ocasionais passam a condenar a gestão de sítios arqueológicos (RAMAGE, 1992).

2.1.5 O século de Ruskin e Viollet-Le-Duc

Além do crescente interesse advindo de escavações arqueológicas (como as de Herculano e Pompéia mencionadas anteriormente), o século XVIII foi cenário da tomada de consciência de um patrimônio artístico que deveria ser protegido.

Todas as ações tomadas por governantes e religiosos somadas fizeram com que os monumentos arquitetônicos fossem objeto de trabalhos de restauração e preservação. Além disso, são aspectos que permitiram o surgimento dos primeiros trabalhos, que estabeleceriam o conceito moderno da disciplina (MONTES, 1998).

Essa nova discussão foi pouco a pouco ganhando corpo e no século XIX, com a entrada em cena de novos atores, principalmente da França e da Inglaterra, surgem pela primeira vez códigos de conduta para preservação.

Parte desse contexto se deve a movimentos artísticos que abarcaram principalmente a área de literatura e arquitetura. Principalmente a partir da dialética romântica da restauração, que oporia duas correntes de preservação.

Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) pode ser considerado um dos fundadores da concepção de restauro na Modernidade. Sua formação se insere no período de crescimento das instituições francesas preocupadas com os monumentos históricos. Isso porque, durante a Revolução Francesa, várias obras de arte (estátuas, edifícios etc.) foram destruídas ou mutiladas.

Seu nome, contudo, foi vinculado, a um conceito de restauração, considerado exagerado e anti-histórico e seus críticos utilizam passagens de suas obras, para atacá-lo: “Restaurar um edifício, não é preservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido em um momento dado” (VIOLLET-LE-DUC, 1967, p. 14).

No entanto, em muitos aspectos Viollet-le-Duc foi um precursor. Em vários momentos, o autor destaca a necessidade de estudos criteriosos, antes de qualquer intervenção. Estudos que deveriam levar em consideração uma acurada interpretação histórica do monumento (visto que muitos tiveram o seu processo de construção interrompido ou passaram por modificações importantes). Ela preconizou a necessidade da formação de dossiês completos sobre o monumento que se restauraria e, também, a necessidade do uso de técnicas de mais apuradas como o registro fotográfico.

Talvez a crítica mais correta contra le-Duc se deve à necessidade que este apontou para a busca da unidade estilística do edifício, fato que levou à perda do valor de algumas construções. Mesmo assim, ele argumentou:

Se se trata de restaurar tanto as partes primitivas como as partes modificadas, é necessário não tomar em conta essas últimas e estabelecer a unidade de estilo... ou reproduzir exatamente o todo com modificações posteriores?... A adoção absoluta de um dos dois partidos pode representar perigos e é necessário... não aceitar qualquer dos dois princípios de uma maneira absoluta, mas agir de acordo com as circunstâncias particulares... Se poderá ver que princípios nessa matéria podem conduzir ao absurdo (VIOLLET-LE-DUC, 1967, p. 22-23).

Mais do que le-Duc, seus seguidores partiram em busca dessa unidade estilística²⁸, fato duramente criticado pelos restauradores modernos. Ao mesmo tempo em que se desenvolviam as teorias de le-Duc, surgiram teorias identificadas como o seu oposto: o Restauromântico.

O romantismo era um movimento artístico e filosófico que tinha como um dos seus motes a luta contra a ordem e a disciplina excessivas do Iluminismo. Baseava parte de seu discurso na nostalgia da perda dos valores tradicionais. Neste sentido,

²⁸ O restauro estilístico baseava-se, sobretudo, em um processo que tomava a unidade formal e estilística das edificações como o objetivo primordial de criar um modelo idealizado em uma determinada “pureza” de estilo.

por exemplo, artistas pintavam ruínas antigas para despertar a sensibilidade, ideais utópicos e desejos de escapismo.

O representante dessa corrente é John Ruskin²⁹, escritor e crítico de arte, altamente influenciado pela visão do Romantismo inglês (que teve como ícones os escritores Lord Byron³⁰, Mary Shelley³¹ etc.)³², que se deleitava com o passado e se revestia de mistério e emoção (MOLINA, 1998). Assim, ele se expressou, em uma de suas obras:

Não falemos, pois, de restauração. É uma mentira do princípio ao fim. A restauração pode chegar a ser uma necessidade, concordo. Encarem a necessidade e aceitem-na, destruam o edifício, arrojem suas pedras ao lugar mais afastado, façam delas lastro ou argamassa, mas façam honradamente, não o substituam por uma mentira [...] (RUSKIN, 1963, p. 199-200).

Vários de seus críticos referiram-se a essa visão como favorável à ruína dos edifícios, agnóstica e propícia à decadência. Ruskin, entretanto, não era contra preservar monumentos antigos: “Cuidem de um edifício antigo com ansiosa solicitude [...], liguem-no com ferro onde se afrouxa, sustentem-no com madeira onde se incline [...], é preferível uma muleta à perda de um membro” (RUSKIN, 1963, p. 182-201). Sua reação era, na realidade, contra a restauração grosseira e excessiva que estava sendo posta em prática, em vários pontos da Europa.

2.1.6 O início de uma relação: arqueologia e restauro

Somaram-se a Ruskin outros críticos. Dentre eles, destaque para Camilo Boito, que instituiu o Restauro Moderno. Dentre outros pontos, ele afirmou que as intervenções deveriam ser realizadas com um caráter diverso do monumento, de modo a não enganar o olhar do observador. Como documento da história do homem, os monumentos deveriam resguardar todas as informações sobre sua vida:

²⁹ Escritor inglês nascido em 1819 e falecido em 1900. Ficou muito conhecido por seus trabalhos de arquitetura e de crítico de arte.

³⁰ Escritor britânico nascido em 1788 e falecido em 1824. Um dos maiores personagens do Romantismo, deixou entre suas maiores obras o livro *Don Juan*.

³¹ Escritora londrina, nascida em 1797 e falecida em 1851. Conhecida principalmente pela sua novela gótica *Frankenstein*.

³² Lord Byron assim demonstrava seu amor, ou melhor, pessimismo romântico pelo antigo no Poema *The Age of Bronze*: “The “good old times” — all times, when old, are good” (1837). Pessimismo que assumia durante o Romantismo um sentimento de inadequação à realidade e desgosto de viver (BYRON, 2008).

marcas do tempo, acréscimos e modificações. Isto é, Boito oscilava sua teoria entre le-Duc e Ruskin.

Excetuando-se a Inglaterra, no entanto, praticamente por toda Europa o princípio mais aceito foi aquele propagado por Viollet-le-Duc. Talvez um dos casos mais extremos tenha sido aquele de Cnossos, no qual sir Arthur Evans praticamente materializou imagens arquitetônicas que ele havia concebido, transformando o sítio arqueológico radicalmente, quase o caracterizando como um 'set' cinematográfico nos dias atuais.

A Arqueologia durante este tempo tentava se firmar no campo científico³³. No fim do século XIX a Arqueologia estava concentrada em resolver os problemas da Pré-História e da História Antiga Oriental. A partir das teorias evolucionistas de Darwin as investigações dos restos de sítios paleolíticos na Europa Ocidental teve início as classificações atuais: Neandertal, Cro-magnon e *homo erectus*. Fora da Europa, grandes escavações começaram a desvendar o passado do Egito, Mesopotâmia e no Mar Egeu.

Do ponto de vista teórico pouca mudança havia acontecido desde a publicação da síntese de Christian Thomsen³⁴, em 1836, precursor da classificação estratigráfica. Logo, ainda que avanços consideráveis tivessem sido dados com relação a teorias sociológicas na Arqueologia e que fizeram com que fosse reconhecida importância de conhecimento arqueológico para o restauro de edifícios arqueológicos, as ferramentas científicas necessárias e o perfil profissional eram vagos.

As indagações arqueológicas utilizadas neste período para compreender o processo evolutivo de um edifício eram ainda vagas e tiradas das bibliografias e documentações historiográficas, acompanhadas de análises críticas de estilo analógico feito por arquitetos. A Arqueologia era até então carregada de um viés eminentemente literário e artístico, com pinceladas românticas. Concentrava seu

³³ Desde o século XVII, pesquisadores vinham incorporando um crescente número de técnicas e métodos geocientíficos, como o estratigráfico e o geocronológico. A Geologia Arqueológica, criada no fim do século XIX, utiliza métodos e técnicas do campo das geociências para investigar temas relacionados à Arqueologia.

³⁴ Christian Jürgensen Thomsen, arqueólogo dinamarquês, nascido em 1788 e falecido em 1865. Propôs um período anterior ao aparecimento da escrita, classificando a Pré-História em Idade da Pedra, Idade do Bronze e Idade do Ferro.

discurso tanto no método científico, como no método sistemático e exaustivo dos diferentes estados culturais da Pré-História e da Antiguidade, assim como nos processos evolutivos (MANNACORDA, 1982; TRIGGER, 2004).

Mesmo assim algumas instituições para defesa do patrimônio arqueológico começaram a surgir em todo o mundo. Em Portugal, por exemplo, a Sociedade Archeologica Lusitana, em 1850, e a Comissão Geológica do reino, em 1857, podem ser considerados verdadeiros marcos fundadores da ciência arqueológica. Foi realizada também a primeira grande intervenção arqueológica em solo português no sítio Tróia de Setúbal. Pouco tempo depois é criada a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) em 1863.

Importante destacar que após a Guerra Peninsular e a Guerra Civil, aquela última associação se tornou a primeira em defesa do patrimônio do país, contando com o apoio da Casa Real e de outras personalidades destacadas do regime liberal. A partir de sua atuação foram elaboradas as primeiras listas de edifícios a proteger e a classificar como Monumentos Nacionais, e salvas obras de arte em risco de destruição; posteriormente conduzidas para formar o mais antigo museu de história da Arte e Arqueologia daquele país.

Como Tunbridge e Ashworth observaram em sua obra *Dissonant Heritage* (1996) não chega a ser coincidência que a ascensão das nações europeias tenha ocorrido concomitantemente com o despertar do interesse sobre artefatos histórico, arqueológico, artístico e mesmo geológico que poderiam nos contar a estória de uma nação e de um povo. Fato que, como já relatado, teve início no século XVIII e se desenvolveu vertiginosamente no XIX³⁵.

Já na Inglaterra, Willian Morris (1834-1896), atuou fortemente em diversas campanhas preservacionistas, tendo procurado alargar as discussões para a paisagem das *common lands*³⁶ inglesas.

A paixão deste pesquisador é contada ter surgida a partir de um passeio a cavalo, quando observou uma igreja ser parcialmente destruída para restauração.

³⁵ Importante notar que na África ocidental, os movimentos de independência e o surgimento de algumas nações pós-coloniais foram articuladas através de instituições culturais. O curioso é notar que parte destas instituições foram introduzidas pelos próprios colonizadores e em alguns casos apoiados pelo governo colonial (BASU, 2008).

³⁶ Terra coletiva ou de uma pessoa, sobre a qual outras pessoas possuem direitos como pastagem de rebanho ou para coletar lenha.

Sua atuação forte em defesa do patrimônio edificado culminou com a proposta de criação urgente de uma associação. Esta proposta foi divulgada no semanário *The Athenaeum* e alertava que era necessário “observar os monumentos antigos, para protegê-los contra todos “os restauros” que signifique mais do que proteger contra o vento e a umidade, e de toda forma, despertar um sentimento de que nossas edificações antigas não são meramente brinquedos eclesiásticos, mas monumentos sagrados do crescimento e da esperança da nação” (MORRIS *in* COWELL, 2008, p. 76).

Este intelectual tornou-se assim o símbolo máximo do movimento ‘**anti-raspagem**³⁷, que se opunha à prática corrente de restauro a partir da raspagem de superfícies gastas.

Surge assim, em 1878, a Sociedade para Proteção de Edificações Antigas (SPAB)³⁸, que em seu manifesto aponta que “Tendo em vista a falsificação deplorável que tem ocorrido nas edificações antigas em nome do restauro, esta Sociedade dará apoio para todos aqueles que estejam interessados em arte, arqueologia e história” (COWELL, 2008, p. 76).

Assim o SPAB surgia como um movimento que tinha como um dos seus principais objetivos preservar qualquer coisa que pudesse ser observada como artística, pitoresca, antiga e substancial. Em seus primeiros trabalhos a organização buscou atuar em igrejas históricas como a Saint Mary em Londres, ou mesmo a de São Marco, em Veneza, Itália.

O próprio Morris durante sua atuação em defesa do patrimônio buscou sempre deixar claro que as edificações não pertenciam apenas ao homem presente, mas também a todos aqueles que surgiriam depois de nós. As implicações deste raciocínio eram evidentes: a vigilância através do cuidado e proteção são uma ação constante. Era necessário mudar o foco, isto é, a Proteção se sobrepõe ao Restauro.

Este enfoque atraiu críticos que não enxergavam com bons olhos a mudança de paradigma. Robert Kerr, por exemplo, um dos fundadores da Associação de

³⁷ O termo em inglês é ‘anti-scrape’, onde o termo *scrape* significa o ato de raspar.

³⁸ Manifesto de Fundação da SPAB. Para visualizar a versão completo recomenda-se a versão em inglês contida no site da SPAB: <<https://www.spab.org.uk/what-is-spab-/the-manifesto/>>.

Arquitetos, escreveu, em 1874, que o enfoque do SPAB era totalmente indiscriminado, levando ao extremo as ações de preservação.

A própria Igreja Anglicana em vários momentos condenou a postura da SPAB de não serem abertos às necessidades de modernização ou melhorias (tornar mais agradáveis) os lugares de adoração religiosos que precisam ser adaptados para novos fins.

Mesmo assim, apesar das controvérsias e de não ter grande atraído muitos membros (até 1910 eram apenas 443), a SPAB marcou definitivamente a institucionalização das ações de preservação no mundo ao fixar grande parte da reflexão sobre patrimônio arquitetônico. Fenômenos que se expandiria ao longo do século XX.

2.1.7 O século XX e a consolidação do campo

No início do século XX tanto a França, como os Estados Unidos começam a criar legislações mais amplas que dessem conta de seu vasto patrimônio cultural. No caso americano, em 1906, o *Antiquities Act*, baseado no direito consuetudinário, procurou proteger os bens culturais que fossem de interesse da nação e estivessem localizados em terras controladas pelo governo. Na França, por outro lado, as disposições legais tinham como objetivo limitar as propriedades privadas, “em benefício do patrimônio nacional, de acordo com a tradição do direito romano” (FUNARI, 2006, p. 19).

Apesar das diferenças elencadas acima, como destaca Funari (2006), ambas as tradições possuíam muitos pontos em comum como, por exemplo, considerar o patrimônio como bem material concreto e excepcional. Ao mesmo tempo, para protegê-lo criam-se diversas instituições e leis por todo o mundo.

As primeiras mudanças significativas na relação entre a arqueologia e restauro tiveram forma na primeira metade no século XX. Principalmente porque surgiram teorias metodológicas que iriam influir na diversificação dos objetivos das

investigações. Ao mesmo tempo aumentavam os conhecimentos técnicos³⁹ e inúmeras intervenções eram realizadas em todo mundo (França, Itália e Espanha).

Novos conceitos passam também a fazer parte do discurso arqueológico: “difusionismo”⁴⁰, enfoque “histórico-cultural”⁴¹ e o conceito de “Cultura”. Trabalhos como a síntese estratigráfica⁴² de Montelius e o trabalho de Gordon Childe sobre o surgimento da civilização marcam a extensão da profundidade do conhecimento científico arqueológico (RODRIGUEZ, 2002).

As correntes teóricas em Arqueologia se diversificam. Destaque primeiro para a arqueologia marxista, concentrada em uma investigação dos fatores econômicos. Depois da Revolução Russa, principalmente depois dos anos trinta, uma mudança conceitual importante ocorre. Os arqueólogos socialistas adotam uma visão mais voltada para considerações econômicas e sociais, engrandecendo os processos internos e em detrimento dos externos como migrações e contatos. O enfoque formalista característico da Arqueologia Ocidental é completamente rechaçado.

Junto ao marxismo, o funcionalismo centra o seu enfoque na transformação e contra o enfoque histórico-cultural. Os arqueólogos passaram a valorizar os processos internos das culturas e civilizações e as fases evolutivas e mudanças que podiam ser observadas nos edifícios.

Por fim, a Nova Arqueologia⁴³, que expande ainda mais os enfoques, destacando aqueles que possuíam um olhar do tipo ecológico e materialista arquitetônico (RODRIGUEZ, 2002).

³⁹ Principalmente em tópicos que lidavam com estratigrafia, classificações e modos de vida (TRIGGER, 1992, p. 182).

⁴⁰ O difusionismo sustenta que certas inovações provem de uma cultura específica, para depois serem difundidas. Os estudiosos Friedrich Ratzel e Franz Boas, por exemplo, observavam as diferenças dos estados culturais e do desenvolvimento da civilização através da difusão e das diferenças étnicas.

⁴¹ Ligado aos movimentos nacionalistas do começo do século, quando as nações buscavam as origens de seu povo através de uma descrição exaustiva e profunda de sua cultura, sem interessar pelas trocas culturais. Uma das obras chaves deste período foi *Die Herkunft der Germanen (A Origem dos Alemães)* de Gustaf Kossima.

⁴² Utilizando ainda os princípios evolucionistas, o sueco Gustav Montelius sistematizou os principais períodos da pré-história europeia. Conseguiu isso aperfeiçoando as seriações de Thomsen e aplicando modelos difusionistas, sem deixar de lado os componentes culturais.

⁴³ Movimento surgido entre as décadas de 1960 e 1990 nos Estados Unidos. Esta corrente colocava que os dados deveriam servir para obter hipóteses e generalizações e assim seria possível conhecer as dinâmicas internas das sociedades. Por sua vez as culturas deveriam ser analisadas como configurações, ou sistemas funcionalmente integrados. Assim os arqueólogos deveriam

Enquanto a Arqueologia se tornava cada vez mais complexa e técnica a restauração arquitetônica se assentava nos princípios já estabelecidos desde o século XIX. Tal fato fez com que Arqueologia deixasse de lado seu interesse científico pela arquitetura e se voltasse mais para a dedução analógica e para a História da Arte.

Este enfoque, como veremos, irá perdurar até os anos sessenta, quando surge a Arqueologia de Emergência⁴⁴. Ainda não estavam postos os requisitos para a vinculação do trabalho arqueológico e da reabilitação arquitetônica (RODRIGUES, 2002).

Os ensinamentos de Boito, contudo, não haviam sido perdidos. Várias experimentações, baseadas em restauros de monumentos, foram sendo praticadas em toda Itália, utilizando os dados arqueológicos, como ponto de partida. Esse é o caso, por exemplo, da restauração do Arco de Tito em Roma. Já em Festos (a cerca de 40 km de Cnossos), os locais que seriam reconstruídos eram assinalados claramente.

O 'restauro em estilo' se incorpora ao espírito intervencionista. Uma mentalidade mais moderada surge, fruto da observação crítica e de uma moral com traços ruskinianos (RODRIGUEZ, 2002). O ecletismo de Boito destacado parágrafos atrás ganha cada vez mais adeptos e vai marcar profundamente o panorama europeu no novo século.

No fim do século XIX e começo do XX, teve início o período denominado de Restauro Histórico. O italiano Beltes Luca Beltrami⁴⁵ representa esse novo período, apostando em uma teoria que afirmava que as ações de preservação, para serem realizadas, teriam que partir de uma análise criteriosa do próprio monumento. Esse último, então, estava sendo pensado, também, como um documento a ser decrepitado. Alois Riegl⁴⁶ segue o mesmo raciocínio de Beltrami, ao propagar a ideia

entender as mudanças das culturas a partir do processo cultural. A denominação de Arqueologia Processual foi adotada na Inglaterra (TWAYLOR, 1967; WILLEY; SABLOF, 1993).

⁴⁴ Também conhecida como arqueologia de contrato no Brasil, este campo busca atuar de forma compatível com os projetos de construção civil (tais como hidrelétricas, loteamentos urbanos, estradas de rodagem, etc.), de forma a salvaguardar eventuais bens de cultura material existentes.

⁴⁵ Nascido em 1854 e falecido 1933.

⁴⁶ Historiador da arte, nascido na cidade de Linz em 1858 e falecido em 1905.

de uma dupla leitura do monumento: uma objetiva, como objeto da história; e outra subjetiva, referente à recepção do objeto no tempo presente.

O Restauro Científico surgiu com Gustavo Giovannoni (1873-1947). Para ele, a restauração não deveria ser baseada em hipóteses, mas em dados concretos. O monumento deveria ser valorizado, tanto pelas suas características históricas como artísticas. Deveriam ser evitados os trabalhos maciços e extensos. Giovannoni estabelecia a ideia de mínima intervenção. Para ele, os monumentos de caráter arqueológico eram classificados como ‘mortos’, devendo apenas ser consolidados e conservados, nunca completados. Por sua vez, os edifícios vivos, que, muitas vezes, podem ainda ser utilizados, podem ser restaurados. É reconhecida a sua influência na elaboração da Carta de Restauro Italiana, de 1932, e também da Carta de Atenas, de 1931.

Na Carta da Restauro Italiana (1931), o Conselho Superior para a Antiguidade e as Belas Artes estabelece princípios e critérios generalizados de intervenção em obras de arte, consideradas documentos históricos. Essa carta menciona escavações arqueológicas para as obras de consolidação e preservação, assim como a necessária e minuciosa documentação dos processos de pesquisa e das intervenções (MONTES, 1998).

Por sua vez, a Carta de Atenas (1931) classifica as obras de restauro em:

- Obras de consolidação;
- Obras de recomposição de partes desmembradas (anastilose);
- Obras de liberação de acréscimos sem efetivo interesse;
- Obras de complementação de partes acessórias para evitar a substituição;
- Obras de inovação ou acréscimo de partes consideradas indispensáveis, utilizando uma linguagem moderna.

As normas estabelecidas por ambos os documentos não foram utilizadas por todos, visto que as interpretações sobre elas variavam e o rigor das suas aplicações também. Mesmo assim, é possível verificar que a restauração desenvolveu-se tanto no campo teórico como prático. Neste sentido, a própria restauração arqueológica,

deveria ser conduzida seguindo a restauração científica e a necessidade de utilizar bases empíricas.

Em Portugal o golpe de estado, em 28 de maio de 1926 – que levou a criação da Direção-Geral dos Edifícios Monumentais Nacionais em 1929 – e a instauração do Estado Novo em 1933, foram alguns dos motivos que afastaram a AAP do processo decisório sobre a gestão dos monumentos do país. Para ela restaram as funções de investigação e consultoria arqueológica e histórica.

Enquanto isso no Brasil, desde a primeira metade do século XIX a busca da identidade nacional crescia no discurso intelectual. O objetivo agora passava a ser não apenas imitar a Europa, mas identificar e afirmar uma cultura nacional autêntica. O tradicional e regional deveriam ser valorizados (GONÇALVES, 2002; FONSECA, 2005).

A Semana de Arte Moderna de 1922 marca definitivamente este período. Durante cinco dias na cidade no Teatro Municipal de São Paulo, este evento reuniu diversos artistas e marcou profundamente a cena artística e cultural brasileira no início do século passado. Além de marcar uma renovação da linguagem e novas experiências artísticas, trouxe novas formas de lidar com tradição nacional e as influências estrangeiras.

A mentalidade modernista e de vanguarda já estava a pleno vapor na Europa desde a década de 1910, impulsionada, sobretudo, pelo interesse utópico em romper com a tradição e enterrar de vez a *belle époque*⁴⁷ e o projeto liberal de uma grande comunidade liberal regida pela perfeição e harmonia. Projeto este enterrado nos escombros da Primeira Guerra Mundial (SALIBA *in* SCHWARZ, 2012).

Segundo este movimento era necessário forjar novas significações na linguagem, criar uma nova fronteira entre o passado e o presente e entre a arte produzida antes e depois (SALIBA *in* SCHWARZ, 2012).

Neste contexto de transformações culturais, a economia brasileira também chegava a uma encruzilhada. A evolução industrial do país era marcada

⁴⁷ Período que abarca o fim do século XIX e que durou até a Primeira Guerra Mundial (1914). Este período foi caracterizado como uma época de clima intelectual e artístico cosmopolita e de cultura urbana voltada para o divertimento.

principalmente por um surto de desenvolvimento no estado e no próprio município de São Paulo.

Naquele estado, a grande extensão de terras propícias à agricultura, o incentivo à política imigratória (principalmente italianos, portugueses, sírio-libaneses e japoneses)⁴⁸, subsidiada por membros da classe dominante regional, proporcionou um grande desenvolvimento industrial (CARONE, 2000).

Mas se esta mudança leva a crer que surgiria uma nova classe econômica capaz de guiar as mudanças, ficou cada vez mais claro que no início da Primeira República apenas a burguesia cafeeira reunia a força necessária de articulação e transformação.

Em boa parte do tempo, mineiros e paulistas revezaram-se na presidência da República, no que hoje parte da historiografia denomina de “política do café com leite”, tendo em vista que seus representantes eram os maiores produtores de leite (Minas Gerais) e café (São Paulo) do país.

Mesmo assim, acontecimentos políticos por todo o país demonstravam uma necessidade de um novo ajuste estrutural e de poder do país, que até então concentrava seu poderio econômico em apenas um único gênero de exportação: o café (FAUSTO, 2010).

Diversos ataques ao predomínio da burguesia cafeeira são visíveis por todo o país. Explosões como a do Contestado⁴⁹ (1912-1916) e principalmente, na década de 1920, do tenentismo⁵⁰ refletem um novo balanço de forças. O regime como enquadrado até então se desgastava. Novos estados-atores, coadjuvantes até aquele momento, buscam espaço. A hegemonia paulista sobre a Federação passa a ser contestada pelas bancadas fluminense, pernambucana, gaúcha, mineira e baiana. Era necessário mudar a política dos estados vigentes (MATTOS *in* SCHWARZ, 2012; FAUSTO, 2010; VISCARDI, 2012).

⁴⁸ No período de 1890 à 1930 a taxa demográfica da cidade de São Paulo quadruplica, crescendo o número de novos bairros e novas construções em alvenaria (CARONE, 2000).

⁴⁹ Conflito ocorrido entre 1912 e 1916 na região fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Teve como estopim a construção de estrada de ferro entre o Rio Grande do Sul e São Paulo o que levou a milhares de famílias a perderem suas terras e, com sua conclusão, a muitos trabalhadores desempregados.

⁵⁰ Movimento social de caráter político-militar que ocorreu entre os anos 1920 e 1930 que contestava as medidas políticas das oligarquias cafeeiras. Defendam reformas políticas e sociais moderadas através da tomada radical de poder (FAUSTO, 2010).

De acordo com Viscardi, foi “a incapacidade de alterar as regras de alocação hierárquica de poder e a falta de flexibilidade na incorporação de novos atores emergentes os elementos responsáveis por sua dissolução” (VISCARDI, 2012, p. 324).

Por fim, a Revolução de 1930, com a deposição do presidente da república Washington Luís, colocava fim à hegemonia da burguesia do café, abrindo uma espécie de vácuo de poder. Um estado de compromisso foi gestado, marcado por uma relação cada vez mais forte entre o Estado e a classe operária ascendente e o apoio das Forças Armadas.

Neste mesmo período ganha corpo no Brasil o desenvolvimento de políticas oficiais de patrimônio, principalmente em 1936, quando pela primeira vez foi proposta a criação de uma agência federal de proteção ao patrimônio.

O advento desta política no Brasil, como vimos, estava inserido em um fenômeno muito mais amplo que envolvia a modernização política, cultural e econômica do país. Sobretudo, com o surgimento de uma nova elite de base urbana, que tomou conta do país com um discurso de ideologia nacionalista, autoritário e modernizador.

Marcam o início deste período o estabelecimento do Estado Novo de Getúlio Vargas, por meio de um golpe, e a radicalização do projeto modernizador. Na esfera cultural, os intelectuais do movimento modernista ganham espaço e poder político. Eles buscam criar um novo Brasil e caracterizar o novo brasileiro a partir de uma ideologia nacionalista, isto é, ‘modernizar’ e ‘civilizar’ de forma a elevar o país ao mesmo plano das nações europeias. O enfoque racial é deixado de lado e dá lugar para a discussão sobre os aspectos culturais.

Em 1936, para criar um instrumento de ação eficaz para preservação do patrimônio, Mário de Andrade – um dos representantes dos Modernistas de 1922- é convidado, para preparar uma instituição nacional que protegesse o patrimônio cultural brasileiro.

Uma série de iniciativas institucionais regionais e clamores e alertas de diversos intelectuais, muito deles ligados à Semana de Arte Moderna de 1922, e com proximidade com a imprensa brasileira, foram catalisadores para criação de um

órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Mário de Andrade, romancista e pesquisador, e na época diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, redige em 1936, um documento para a futura criação de um serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional.

Assim, logo após o golpe que instaura o regime político do Estado Novo é criado por um decreto presidencial – a Lei nº 378 - o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), instituição que tinha como principal objetivo proteger o patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro (GONÇALVES, 2002; FONSECA, 2005).

Para conduzir o recém-criado instituto é convidado o advogado mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ligado aos modernistas este intelectual defendia a existência de uma cultura nacional brasileira genuína que tinha suas origens nas populações indígenas, africanas e europeias. Combatia assim aqueles que apontavam a nação como possuidora de um valor cultural insuficiente para o desenvolvimento de ações de proteção e preservação. Atacava ainda aqueles que tentavam demonstrar que a nação era carente de cultura autônoma e que só poderia reproduzir a cultura europeia (GONÇALVES, 2002).

Segundo Rodrigo,

[...] apesar de os valores históricos e artísticos existentes no Brasil serem menos consideráveis, de um ponto de vista universal, que os que possuem a Grécia, a Itália ou a Espanha, essa circunstância não é de molde a desaconselhar a sua preservação, qualquer que seja o conceito formado sobre a importância do nosso patrimônio comparado ao de tantas nações estrangeiras⁵¹ (ANDRADE, [1936] 1987, p. 48).

As primeiras três décadas de existência do SPHAN⁵² (1937-1967) são classificadas hoje como “período heroico”. Esta denominação surge a partir do discurso institucional que apontava a preservação e proteção do patrimônio como uma devoção existencial à “causa”. Concomitantemente ao compromisso com a “causa” o profissionalismo daqueles que trabalhavam no SPHAN também passa a ser destacado e valorizado através do discurso interno. Os técnicos do patrimônio

⁵¹ Texto do autor escrito em 1936 e publicado em 1987.

⁵² Cabe destacar que entre os anos de 1946 e 1970 o SPHAN tornou-se uma Diretoria ganhando a alcunha de DPHAN.

brasileiros buscavam o passado mas com o presente e o futuro e os ideais modernistas imersos em suas ações (GONÇALVES, 2002; FONSECA, 2005).

No resto do mundo, este período viu chegar ao auge a ênfase no patrimônio nacional. Vestígios localizados em um tempo remoto e de origem longínqua poderiam ser utilizados para construir a ideia de nacionalidade. Alemanha, Itália e mesmo a Inglaterra buscavam suas origens na Antiguidade.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento, tanto teórico quanto prático, da restauração foi brutalmente interrompido. Ao final dela, em 1945, juntamente com os milhares de mortos por toda Europa, somaram-se bairros e cidades arrasados ou deteriorados, infraestrutura colapsada e monumentos dilacerados.

Cidades como Varsóvia, Dresden, Leningrado, Stalingrado e Roterdã que haviam sido literalmente apagadas do mapa foram reedificadas, reproduzindo as antigas fachadas. Os vinte anos seguintes presenciaram um boom econômico na Europa que seria utilizado para apagar toda e qualquer marca da guerra.

Se em alguns lugares se preferiu deixar as ruínas como lembrança da guerra (Catedral de Coventry⁵³ e Kolumba-Kapelle⁵⁴ de Colônia), em outros, optou-se pela reconstrução total (centro histórico de Varsóvia). Vários fatores contavam para a conduta a ser aplicada em cada monumento. A emergência da situação era um destes, mas, de acordo com o arquiteto Carlo Ceschi⁵⁵:

A guerra nos levou ao distanciamento das práticas de normais de restauração, até o extremo da reconstrução total quando parecia não haver outra solução [...], as situações se apresentavam sob diversos aspectos, pela variada combinação de elementos psicológicos, ambientais, técnicos, econômicos e artísticos, que constituíam os fatores do problema a ser resolvido [...] (CESCHI, 1970, p. 201-208).

O desenvolvimento de estudos arqueológicos urbanos e medievalistas, principalmente na Grã-Bretanha, foi então possível por meio de obras de

⁵³ Também conhecida como catedral de São Miguel localiza-se na Inglaterra e tem mais de 900 anos de história, entre construções e destruição e mudanças de nomeação. Foi destruída por bombardeios alemães na noite de 14 para 15 de novembro de 1940.

⁵⁴ Remanescente de uma igreja romana. Sua construção gira em torno de 980 d.C.

⁵⁵ Arquiteto italiano nascido em 1904 e falecido em 1973.

reconstrução das cidades bombardeadas e pelo novo interesse em lidar com o antigo e o crescente desenvolvimento urbano da época (RODRIGUEZ, 2002).

A prática da emergência imposta entrou em conflito com os princípios até então utilizados. O Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos Históricos), de 1964, se reúne para discutir conceitos, procedimentos e técnicas de restauração. Em seguida é publicada a Carta de Veneza (1964), que coloca a arqueologia de maneira integrada com as atividades de preservação, definindo:

Restauração - Artigo 9

A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Escavações – Artigo 15

Os trabalhos de escavação devem ser executados em conformidade com padrões científicos e com a 'Recomendações definidora dos princípios intervencionais a serem aplicados em matérias de escavações arqueológicas', adotada pela UNESCO em 1956.

Podemos notar que os anos cinquenta e sessenta do século XX foram palco de um intenso debate conceitual e revisionista sobre o restauro. A Arqueologia, por sua vez, já tinha criado as ferramentas necessárias para executar rigorosos estudos evolutivos, assim como adquirira maturidade conceitual suficiente para atuar neste campo. Vários trabalhos começam a ser executados por medievalistas britânicos, espanhóis, portugueses, franceses e alemães, e também por um grupo de arqueólogos e arquitetos interessados por arqueologia no Norte da Itália (RODRIGUEZ, 2002).

Importante destacar que desde a primeira metade do século, com a contínua aceitação dos conceitos de Camilo Boito, o restauro edilício passou a alargar cada vez mais a área de entorno aos mesmos, de forma a 'ambientalizar', dentro de uma lógica urbana, os trabalhos de preservação. Esta visão, como analisaremos, no caso missionário, será extremamente importante no desenvolvimento de práticas de gestão do patrimônio cultural.

Surgiram daí novas interpretações dentro do ambientalismo urbano. Como exemplos deste novo enfoque adeptos de uma corrente mais moderna e eclética e Aldo Rossi foram os responsáveis por uma crítica estrutural da área (ROSSI, 1966).

Ficava cada vez mais claro para os arquitetos a necessidade de se conhecer corretamente a tipologia de cada etapa construtiva, “como meio de conservar os espaços históricos dentro de uma coerência arqueológica” (RODRIGUEZ, 2002, p. 27).

A experiência de longa duração na área de restauro e a racionalização do planejamento urbano pós-guerra foram indubitavelmente responsáveis pela crescente valorização da arqueologia na Europa e, conseqüentemente, do restauro arqueológico.

Após o fim da guerra as diferentes nações passaram a interagir mais do que nunca. Temas como a diversidade humana e ambiental passaram a ser considerados valores universais e promovidos por órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Como conseqüência a discussão deixou de ficar restrita ao aspecto material do patrimônio e passou a considerar outros além do nacional; o patrimônio de valor municipal ou comunitário é estudado; os enfoques de indígenas, mulheres e afrodescendentes são considerados.

Países do continente americano também apresentaram uma importante trajetória nas discussões sobre preservação. Alguns deles, herdeiros de monumentos incas, astecas e maias, tiveram muitos problemas no campo da conservação e restauro para enfrentar. Isto ocorreu, não apenas pela escala das estruturas remanescentes dessas civilizações, mas pela complexa distribuição e localização no território, assim como pela farta quantidade.

Na América do Sul, estruturas de adobe⁵⁶, presentes em países como Equador e Peru, eram o grande desafio. O estabelecimento de medidas de salvaguarda eram urgentes.

O marco para a consolidação do corpo teórico na América Latina foi sem sombra de dúvida o Encontro de Quito (1967). Neste evento foram estabelecidos pontos que reconheciam a escassez de recursos humanos e aconselhavam a concepção de centros ou institutos especializados em matéria de restauração e com caráter interamericano.

⁵⁶ Arquitetura em terra crua.

Várias instituições internacionais participaram desse esforço. Dentre elas, podemos citar a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Instituto de Museus e Conservação (ICCROM), de Roma e Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), bem como algumas representações nacionais americanas da área do patrimônio. Progressivamente, a partir do final dos anos 60 do século XX, foram sendo implantados vários centros de capacitação e cursos regionais, em vários países (CHOAY, 2001; HARRISON, 2013; POULOT, 2009).

No Brasil especificamente, os resultados do Encontro de Quito são visíveis, na consolidação do Curso Regional de Especialização em Conservação de Monumentos e Reabilitação de Cidades Históricas, UFBA - IPHAN – Salvador (CECRE) e Curso de Conservação e Restauração de Bens Móveis, UFMG – IPHAN, Belo Horizonte (CECOR). O primeiro teve como enfoque desde sua fundação em 1980 os bens imóveis e sítios, tendo começado na cidade de São Paulo e depois sendo deslocado para a Bahia. Já o segundo teve como principal foco os bens móveis, sendo gestado em 1976 e constituído em 1980.

Estas Instituições novas e dinâmicas marcavam um novo período no campo da salvaguarda do patrimônio no território nacional. Desde o fim da década de 70, o país enfrentava mudanças significativas em sua política, com a crise do governo militar e o caminho aberto para a democracia. Em 1980, surge uma nova instituição modernizada de patrimônio vinculada à área de educação.

Assim duas estruturas institucionais coexistiram por certo período, sendo conhecidas pela sigla SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com poder de polícia, e Fundação Nacional Pró-memória, responsável pela execução de políticas de preservação (GONÇALVES, 2002 e 2013).

A narrativa histórica deste período institucional vê a mudança do enfoque sobre temas técnicos e historiográficos para os conceitos da Moderna Antropologia. Isto pode ser facilmente perceptível na mudança do discurso que tratava do “patrimônio histórico e artístico” da geração heroica, pela nova noção de “bens culturais” adotada pela nova presidência, principalmente no período coordenado por Aloísio de Magalhães.

O passado passa a ser tratado como referência que deve ser reinterpretada no presente e com propósitos futuros. Neste contexto, a diversidade cultural e a participação ativa das comunidades passam a ser exaltadas como itens importantes no processo de desenvolvimento.

Este processo de abertura democrática na discussão sobre o patrimônio cultural não foi exclusiva do Brasil e também pode ser visto em outros países latino-americanos e mesmo europeus. Em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, por exemplo, a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) é reconduzida ao centro do debate sobre as atividades arqueológicas. Diversas escavações e debates proliferaram por todo o país.

Ainda na América Latina, no campo conceitual, principalmente no México, a ação de proteção se vinculou, ao longo dos últimos 50 anos, à necessidade de pesquisa intensiva e profunda para a formulação de uma base teórico-metodológica específica, que oriente as intervenções restaurativas, a partir dos elementos arquitetônicos diferenciados existentes naquele país (MONTES, 1998; SCHÁVELZON, 2003).

Neste campo, destacaram-se, principalmente, a discussão crítica de Augusto Molina Montes, sobre as intervenções e reconstruções do patrimônio monumental mexicano e no âmbito educacional, a atuação de Carlos Chanfón Olmos, que dirigiu o setor de Monumentos Históricos do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), a partir de 1968. Cabe destacar que este último prosseguiu a sua carreira no Centro Churubusco, dedicado à investigação e à formação de restauradores e à prática da restauração, tendo sido patrocinado pelo governo mexicano, a Organização das Nações Unidas (UNESCO) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) (MONTES, 1998).

Vinculado às decisões de Quito, surgem diversos profissionais e instituições especializados em restauro na arqueologia latino-americana. Os profissionais de maior destaque são os mexicanos Manuel Gámio (1883-1960), diretor da Escola Internacional de Arqueologia e Etnologia Americana e Jorge R. Acosta (1904-1975), chefe da Seção de Preservação e Conservação do Departamento de Monumentos Pré-hispânicos do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), que trabalharam na escavação e restauração de alguns dos grandes sítios arqueológicos

mexicanos, como a Cidade Pré-hispânica de Teotihuacán, além do Centro Histórico de Oaxaca e a zona arqueológica de Monte Alban.

O passado passa a ser tratado como referência que deve ser reinterpretada no presente e com propósitos futuros. Neste contexto, a diversidade cultural é exaltada como item importante no processo de desenvolvimento. As culturas africanas e ameríndias não são consideradas mais estágios de uma evolução universal, mas distintas formas de vida social e culturais contemporâneas e em construção.

Ao mesmo tempo em que o campo da Preservação Arqueológica ganha ferramentas para sua inserção na prática cotidiana, autores de outros campos da ciência somam-se aos arqueólogos, teorizando e refletindo sobre cultura material. Neste contexto, ganha destaque a atuação do antropólogo britânico Daniel Miller, que destaca a necessidade de uma abordagem global entre as pessoas e as coisas. Este autor extrai de Hegel seu conceito de objetificação e enxerga no esquema progressivo daquele um processo dinâmico onde um determinado objeto se desenvolve a partir de uma projeção em um mundo externo e, conseqüentemente, reapropriando sua própria projeção (MILLER, 2005, 2013).

Nesta época os objetos e atividades sociais e culturais passam a ser classificados como “bens culturais”, onde os diversos segmentos da sociedade expressam-se. Miller, por sua vez, destaca a necessidade de que o mundo dos objetos criados pela sociedade não seja classificado como algo abstrato e separado dela. Para ele, a sociedade deve apropriar-se da cultura que produziu (MILLER, 2005, 2007 e 2013). Neste contexto, os diversos órgãos da cultura espalhados pelo mundo, passam a considerar o patrimônio arqueológico de forma mais ampla e completa.

Diante desta complexidade de problemas que surgem em todo mundo para a preservação de sítios arqueológicos o ICOMOS, em 1990, publica a *Carta internacional para Gestão do Patrimônio Arqueológico*, que define e defende o papel do arqueólogo durante as atividades de restauro da seguinte forma:

Introdução:

Alguns elementos do patrimônio arqueológico fazem parte de estruturas arquitectónicas, devendo nesse caso ser protegidos com respeito pelos critérios relativos ao patrimônio arquitectónico enunciados em 1964 na Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro dos monumentos e

sítios. Outros elementos fazem parte das tradições vivas das populações autóctones, cuja participação se torna essencial para a sua protecção e conservação.

Artigo 1. O "património arqueológico" é a parte do nosso património material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados (ICOMOS, 1990, p. 233)⁵⁷.

Desde o Encontro de Quito e a publicação da Carta de Protecção de Sítios Arqueológicos, a partir da década de 90, a Arqueologia havia consolidado seu aparato jurídico.

Neste contexto, instituições como Banco Internacional para Desenvolvimento (BID) e a UNESCO passaram a apoiar em diversos países da América Latina projetos que contemplassem ações voltadas para a exploração econômica do patrimônio cultural do continente sob uma filosofia sustentável. Surge assim, no Brasil, o *Programa Monumenta*⁵⁸, que tinha como principal objetivo desenvolver ações de restauro em conjuntos históricos ou monumentos isolados

como museus, igrejas, fortificações, casas de câmara e cadeia, palacetes, conjuntos escultóricos, conventos, fortes, ruas, logradouros, espaços públicos e edificações privadas em diversas áreas tombadas como patrimônio histórico pela União (FERREIRA; AMÂNCIO-MARTINELLI, 2011, p. 22).

Esta ação foi inspirada a partir de uma ação desenvolvida para o governo equatoriano em Quito, para a recuperação do seu Centro Histórico. Posteriormente o BID buscou estender esta experiência para o âmbito latino-americano. Sendo assim, Brasil, Argentina e Uruguai foram inicialmente avaliados. O Brasil foi considerado na ocasião o país que detinha condições de endividamento (a partir dos empréstimos que seriam feitos) e estrutura institucional para propiciar a necessária discussão. Daí surge o projeto Monumenta, inicialmente no IPHAN, posteriormente no Ministério da Cultura (MINC) com apoio da UNESCO e, em sua última etapa, no IPHAN novamente.

⁵⁷ Também conhecida como Carta de Lausanne. Para consulta sobre cartas documentais recomenda-se o site: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&re_torno=paginaInstitucional>.

⁵⁸ Estruturado entre os anos 1995 e 2000 e posto em prática a partir de 2000.

No entanto, a falta de uma política de preservação (que contemplasse Arqueologia) e estrutura técnica deficiente (existiam apenas 5 arqueólogos no quadro funcional do IPHAN) constituíam grandes entraves para a efetivação do projeto. O BID então recomenda que o programa começasse com uma ampla reestruturação do Iphan, com a ampliação do seu quadro técnico funcional e melhorias das condições de trabalho. Isto é, era necessário um programa de fortalecimento institucional para atender à demanda de preservação do patrimônio e administrar os recursos disponibilizados.

A direção deste Programa opta por não esperar a conclusão da reestruturação daquele Instituto e inicia as atividades com a terceirização da coordenação, gerenciamento e execução dos projetos. Ao IPHAN caberia apenas fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo Monumenta (FERREIRA; AMÂNCIO-MARTINELLI, 2011).

De acordo com alguns intérpretes daquele período institucional, a reação foi imediata, ocasionando “uma guerra cujos resultados foram o aumento do isolamento do programa com relação às estruturas permanentes do IPHAN, do Ministério da Cultura e a consolidação de um esquema paralelo e terceirizado de gerenciamento que se mostrou ineficiente e extremamente oneroso” (SANT’ANNA, 2004, p. 260).

Esta postura institucional marcou diversas ações futuras de preservação, ao delegar em vários momentos para profissionais externos as atividades práticas de campo. Mesmo hoje, a execução de trabalhos de escavação e restauro são realizados, na maior parte do tempo, por empresas contratadas.

Como veremos mais para frente, um dos casos de maior discussão e eventual conflito gerado através dos anos nas Missões foi a diferença de perspectiva para o patrimônio arqueológico entre os profissionais envolvidos (técnicos do patrimônio x profissionais externos). Mas antes vejamos como esta perspectiva histórica se encaixa no desenvolvimento da gestão do patrimônio arqueológico sul-riograndense.

3 A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO RIO GRANDE DO SUL

A Arqueologia Brasileira teve seu primeiro grande impulso na segunda metade do século passado, mais precisamente a partir do fim dos anos 1950, quando a necessidade crescente de construção de estradas de rodagem colocou em risco o patrimônio arqueológico existente no caminho. Na região sul do país uma das questões prioritárias levantadas pelos pesquisadores era a ameaça de destruição de sambaquis, sítios muito visados como calcarias para a construção de empreendimentos.

Diante deste iminente problema a preservação, e não mais apenas o olhar científico sobre o bem arqueológico, tornou-se um dos principais focos de atuação dos pesquisadores brasileiros e dos órgãos de gestão do patrimônio cultural.

Processo este que culminou com a consolidação da “Lei de Arqueologia” (Lei Nº 3924/61) e a definição legal do patrimônio arqueológico como bem da União (PROUS, 1992; FUNARI, 1994; SOUZA, 1991). A Arqueologia dá seu primeiro passo no caminho da gestão patrimônio arqueológico.

A partir desta lei tem início a defesa do método científico como o mais eficaz e seguro para o conhecimento e salvaguarda daquele patrimônio (SOUZA, 1991). O amadorismo e a falta de vínculo com instituições científicas e museus passa a ser duramente criticada.

Na região sul do país, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, antes mesmo do estabelecimento da Lei da Arqueologia, pesquisadores pioneiros conseguiram realizar trabalhos de pesquisa pontuais e sistemáticos que foram capazes de incentivar a criação de núcleos de investigação, principalmente vinculados às universidades.

Outro fator de incentivo ao desenvolvimento da arqueologia naquela região foi o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido entre os anos de 1965 e 1970. Por meio da atuação de arqueólogos profissionais, vários sítios e bens arqueológicos foram identificados pela primeira vez. Este programa de investigação científica buscou registrar e documentar o patrimônio arqueológico brasileiro, dando uma visão de diversidade e dispersão das principais culturas arqueológicas brasileiras.

Sua forte presença ajudou a ampliar o número de técnicos nessa área, influenciando inclusive na criação de museus especializados naquela região, como o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL)⁵⁹ e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ)⁶⁰.

No âmbito institucional, a coordenação dos assuntos regionais de Arqueologia era fiscalizada por profissionais da área central do IPHAN. Dentre eles, destacam-se Edna June Morley, Regina Coeli Pinheiro da Silva, Catarina Eleonora Ferreira da Silva, Rosana Najjar e Rossano Lopes Bastos.

Além dos arqueólogos vinculados ao IPHAN, diversos arqueólogos, sediados em Instituições acadêmicas regionais, como museus e universidades, davam suporte aos órgãos de preservação, prestando consultoria e efetuando vistorias.

O caso mais emblemático no estado do Rio Grande do Sul foi aquele de Pedro Ignácio Schimitz (vinculado na época à UNISINOS e à UFRGS), que desde o início da década de 1960 do século passado, costumava viajar até o Rio de Janeiro para discutir assuntos relacionados à preservação e investigação arqueológica na sede do SPHAN. Posteriormente, seu grupo de pesquisa passou a receber recursos especificamente destinados para desenvolver projetos de pesquisa na localização de sítios.

Outros pesquisadores também ajudaram na consolidação da arqueologia na região sul. No caso de Santa Catarina, por exemplo, o trabalho de João Alfredo Rohr. Este pesquisador, a partir da década de 50 do século XX, ajudou a criar uma valiosa coleção arqueológica no Colégio Catarinense.

Ambos jesuítas, Schimitz e Rohr foram um profissionais fundamentais na defesa do patrimônio arqueológico regional, contribuindo na formação de recursos humanos capacitados e na articulação da ciência arqueológica com o governo federal.

⁵⁹ Este museu foi criado em 1966, sendo seu idealizador e fundador Eurico Theófilo Miller, professor da rede estadual que realizava pesquisas de campo em arqueologia. Tendo em vista que para conseguir atuar no PRONAPA era necessário estar vinculado a uma instituição científica, Miller em acordo com o Governo do Estado doa seu acervo em troca da criação de uma instituição de arqueologia. Inicialmente o acervo permaneceu sediado em sua casa, sendo depois transferido para um frigorífico. Em 1977, a prefeitura de Taquara doa o terreno onde está instalado até hoje.

⁶⁰ Este museu foi criado em 1969 com a compra da coleção de material pré-histórico de Guilherme Tiburtius.

No início dos anos 80, o SPHAN/Pró-Memória inicia processo de contratação de arqueólogos para atuarem permanentemente em seu quadro. Pela primeira vez, profissionais contratados serão os responsáveis pela gestão de projetos de arqueologia desenvolvidos no seio da própria Instituição. Como forma de dinamizar este trabalho, alguns deles tornaram-se responsáveis por acompanhar determinadas regiões do país.

Neste sentido, no ano de 1985, Rossano Lopes Bastos assume o setor de Arqueologia de Santa Catarina – vinculada à 10ª Diretoria regional do IPHAN/RS e SC -, iniciando uma série de projetos, em diferentes áreas do estado. Dentre estes destacam-se os trabalhos de valorização de sítios arqueológicos ligados aos sambaquis e às oficinas líticas, inscrições rupestres, além de registro e documentação de sítios arqueológicos.

Mais tarde, na nova sede em Porto Alegre, no Palacete Argentina, é criado um laboratório de Arqueologia onde trabalharam os arqueólogos Vera Lúcia Trommer Thaddeu (1988-89), José Otávio Catafesto de Souza (1989-91) e Cláudio Batista Carle (1992-1993), dando oportunidade para formação de acadêmicos através de projetos institucionais e programas de estágio.

Nesse laboratório Claudio Batista Carle, desenvolveu parte da sua pesquisa sobre o material metálico missioneiro escavado principalmente em São Nicolau. Já Vera Thaddeu, num trabalho integrado com os arquitetos da regional, organizou uma exposição didática com o material proveniente de escavações realizadas nos sítios arqueológicos de São Nicolau, São Lourenço Mártir e São João Batista, para a comemoração dos 300 anos das Missões.

Para organizar o gerenciamento documental no estado do Rio Grande do Sul, foi elaborado o projeto Inventário de sítios arqueológicos (1991), com a proposta de elaboração de bases de dados que reunisse informações precisas sobre sítios, projetos de pesquisa e pesquisadores. Esta ferramenta serviria como suporte para o acompanhamento de todos os projetos de arqueologia que ocorressem no estado. Este foi um trabalho desenvolvido pelo setor de Arqueologia da regional, com o apoio e participação da arqueóloga Catharina Torrano Ribeiro (CEPA-UNISC) e recursos da FAPERGS.

De 1993 à 1998, o IPHAN/RS com a IBM desenvolvem base de dados de sítios, documentos e coleções arqueológicas missionárias. Disponibilizada, à época, via internet em *site* criado especificamente para promoção do projeto. Foi utilizado como referencial deste projeto a estrutura proposta pelo Comitê Internacional para Documentação (CIDOC/ICCOM).

Entre 1997 e 1998, com a implantação do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), foi contratada a arqueóloga Beatriz dos Santos Landa, para transcrever as fichas de registros de sítios para base informatizada. Para contribuir com conteúdos sobre a pré-história e o patrimônio arqueológico, foi desenvolvida a publicação didática, destinada à rede escolar, *Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul* (CUSTÓDIO; SOUZA, 2004). A publicação foi elaborada a partir de pesquisas e com a colaboração de profissionais de diferentes instituições, entre eles educadores.

Em 2008, foi organizado trabalho de atualização das fichas de cadastro de sítio arqueológico que se encontravam na sede da superintendência do IPHAN sul-rio-grandense. A base de dados com informação sobre o gerenciamento de centenas de projetos de pesquisa e licenciamento ambiental também foi alimentada. Conduzidas pela arqueóloga Gislene Monticelli (PUCRS), a tarefa permitiu identificar cerca de 800 novos sítios arqueológicos, que constam atualmente no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

Após essa breve trajetória do setor de Arqueologia no estado, é importante salientar que, devido ao grande número de profissionais e instituições acadêmicas existentes na região, e, sobretudo, ao empenho despendido, a quantidade de registros de sítios (já publicados) no Rio Grande do Sul é expressivamente maior do que a média dos outros estados, atingindo um total de 3263 unidades do total de 20487⁶¹.

Em 2008, foi organizado trabalho de atualização das fichas de cadastro de sítio arqueológico que se encontravam na sede da superintendência do IPHAN sul-rio-grandense. A base de dados com informação sobre o gerenciamento de centenas de projetos de pesquisa e licenciamento ambiental também foi alimentada. Conduzidas pela arqueóloga Gislene Monticelli (PUCRS), a tarefa permitiu identificar

⁶¹ Dados coletados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN) em: 14/04/2014.

cerca de 800 novos sítios arqueológicos, que constam atualmente no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

Ao longo de mais de 30 anos de atividades de arqueologia – interrompida ocasionalmente por falta de arqueólogos fixos na casa –, o IPHAN estadual conseguiu consolidar diversos procedimentos para gestão do patrimônio arqueológico. Desde o sistema de base de dados informatizado, passando pelo laboratório até a organização dos processos de licenciamento ambiental adaptado a realidade local, o manejo atual permite planificar melhor as formas de intervenção no estado.

3.1 AS RUÍNAS DAS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS

Localizadas na região sul da América do Sul (Figura 1), as Missões foram palco de uma acirrada disputa territorial entre Espanha e Portugal durante os séculos XVII e XVIII⁶². Ao mesmo tempo elas marcaram uma das mais surpreendentes experiências históricas vivenciadas entre povos europeus e indígenas em solo americano. Um processo de contínua transformação cultural alterou para sempre o modo de vida dessas populações sob a influência contínua das inovações europeias, sem que a cultura tradicional indígena desaparecesse completamente (BARCELOS, 2000; CURTIS, 1993; CUSTÓDIO, 1987 e 2002; FURLONG, 1937 e 1962; KERN, 1998; PESAVENTO, 1994; SHULZE-HOFER, 2008).

⁶² O início das missões jesuíticas com os Guaranis se dá a partir de 1610, na região do Guairá, que corresponde no Brasil meridional com o atual estado do Paraná.

Figura 1 - Mapa do Sul da América Meridional elaborado por Arnoldus Montanus



Fonte: Acervo: Mapoteca do Itamaraty (1671).

Os vestígios materiais daquela época testemunham hoje as expressivas manifestações culturais que ali ocorriam. Esculturas, cerâmica e arquitetura eram tratadas com delicadeza, apuro e técnica por europeus e indígenas (Figura 2).

No entanto, após o Tratado de Madri (1752), as lutas travadas entre tropas espanholas e portuguesas e os Guaranis das reduções – Guerra Guaranítica (1752-1756) - pela posse da terra e de seus bens, a expulsão dos jesuítas e a má administração civil culminaram posteriormente com a decadência das missões e abandono por parte da população daquele território (GOLIN, 1998; PESAVENTO, 1994; SHULZE-HOFER, 2008).

Ao mesmo tempo é importante destacar que Portugal não exercia domínio sobre a maior parte da Banda Oriental do Rio Uruguai, onde se encontravam as reduções aludidas. Esta situação permaneceu com o Tratado, sua posterior anulação, em 1761 – que retornou estas terras ao controle espanhol -, permanecendo assim até 1801 (GOLIN, 1998).

Figura 2 - Ruínas de São Miguel Arcanjo



Acervo: IPHAN-RS, início dos anos 1900.

Esta situação de forma alguma representou o completo esquecimento das Missões. Durante uma centena de anos continuamente turistas, viajantes e peregrinos alcançaram a região. Muitos iam à busca de um significado simbólico religioso, outros estavam interessados por informações sobre a história, fauna e flora da região. O melhor exemplo deste período é aquele do médico pesquisador francês Alfred Demersay⁶³ (Figura 3), que ao percorrer a região, deixou registrada em uma litografia as ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo remanescentes (BATISTA, 2010, v. 1; CUSTÓDIO, 2002 e 2009; GUTIERREZ, 1982 e 1992; STELLO, 2005).

⁶³ Médico e pesquisador francês que realizou viagem pelo território brasileiro.

Figura 3 - Ilustração de Demersay das ruínas de São Miguel em 1846



Fonte: Acervo: Mapoteca do Itamaraty (1846).

Deste passado restou uma vasta documentação escrita, estatuária⁶⁴, as ruínas dos antigos povoados e os remanescentes arqueológicos ainda ocultos sob o solo ou já escavados em parte (Figura 4).

Figura 4 - Ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo no início do século XX



Fonte: Arquivo Noronha Santos, anos 1920[?].

⁶⁴ A produção artística relacionada às esculturas deixou como um dos maiores legados a produção de uma arte sacra barroca-missioneira. Hoje uma centena destas peças está guardada no Museu das Missões.

Hoje as Missões Jesuítico-Guarani representam um sistema de bens culturais transfronteiriços localizados nos territórios do Brasil, Argentina e Paraguai. Representam um importante testemunho do processo de formação do território sul-americano e das diversas relações culturais entre europeus e povos nativos (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Visitante em frente às ruínas de São Miguel Arcanjo



Fonte: Arquivo IPHAN/RS, anos 1930[?].

Principalmente nos três países citados foram postas em práticas diversas ações que buscaram recuperar as estruturas arquitetônicas, o resgate de vestígios arqueológicos e a reconstituição histórica. Sobretudo estas ações tiveram como principal intuito a preservação e a valorização desta trajetória (BATISTA, 2010, v. 3).

Para pôr em prática o trabalho diversos pesquisadores utilizaram fontes documentais existentes nos arquivos históricos americanos e europeus, “assim como os documentos materiais representados pelos vestígios arqueológicos, pelas estruturas em madeira e pedra, e pelos remanescentes arquitetônicos” (KERN, 1994, p. 64; BATISTA, 2010, v. 1, 2 e 3).

Tal gama de atividades se deve ao fato que os Trinta Povos Missionários não são apenas ruínas abandonadas. Como veremos, a partir da compreensão de sua construção e destruição, podemos reconhecer uma importante etapa do processo

histórico da Região Platina, assim como através da pesquisa conseguimos construir de forma segura iniciativas para a proteção do patrimônio nacional e das comunidades locais (BATISTA, v. 3, 2010).

Para Kern existe hoje um consenso amplo sobre a noção de que a compreensão de nosso atual contexto históricos só é possível através da perspectiva diacrônica levada a cabo pelas pesquisas arqueológicas e históricas do passado (KERN, 1991).

Esta 'memória abrangente' ajudou a consolidar a importância das Missões, assim como a necessidade de preservação dos bens culturais ali existentes e de um estudo aprofundado do fenômeno cultural que ocorreu naquela região durante o século XVII.

Das ruínas dos antigos povoados, sete estavam localizados no território brasileiro atual, sendo que hoje quatro estão sob a administração do governo brasileiro. E é sobre estes povoados-ruínas e seu papel na construção do discurso arqueológico brasileiro que refletiremos agora.

Figura 6 - Turistas visitando as ruínas de São Miguel Arcanjo no início do século XX



Fonte: Acervo: IPHAN-RS, início dos anos 1900[?].

3.2 PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NAS MISSÕES: CONSTRUINDO UM NA CONCEITO PRÁTICA

3.2.1 As primeiras ações no Estado

No Estado do Rio Grande do Sul, além dos trabalhos de pesquisadores pioneiros em diferentes regiões, o tema Missões⁶⁵ se destaca, em função da proteção como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São Nicolau, São João Batista, São Lourenço Mártir e São Miguel Arcanjo, sendo este último, também, declarado Patrimônio da Humanidade no ano de 1983 (CUSTÓDIO, 2002 e 2009; GUTIERREZ, 1982 e 1992; LIMA, 1993 e 2001; STELLO, 2005).

Figura 7 - Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões no início do século XX



Fonte: Arquivo Noronha Santos - Antes das obras de 1925.

⁶⁵ Imagem com a localização das Missões na região pesquisada pode ser vista no Anexo C.

A primeira providência com relação aos sítios históricos do Estado surge no Regulamento de Terras do Governo do estado do Rio Grande do Sul de 1915. Mais especificamente no decreto nº. 3004, de 10 de agosto de 1922, no capítulo VII: “Art. 24 - Serão mantidos no domínio público, ou trazidos para este e devidamente conservados, os lugares notabilizados por fatos assinalados da evolução do Estado” (Figura 7).

Posteriormente, em 1923, aparecem fotos da região de São Miguel no Relatório da Secretaria de Obras Públicas do estado, tiradas por ocasião de expedição organizada pela Comissão de Terras de Santa Rosa. A partir desta viagem são solicitadas ações urgentes de reparação e conservação daquelas “inestimáveis relíquias históricas”. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul realiza então uma ação de preservação dos remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo. Esta obra pioneira garantiu a preservação do monumento e pode ser considerada uma das primeiras ações de salvaguarda nas Missões (STELLO, 2005). Faltava ainda uma ação mas efetiva por parte da União, fato que veio com a criação de uma instituição especializada no campo.

O Decreto Presidencial nº 25 de 1937, que veio a instituir o papel do SPHAN, definia assim o patrimônio cultural brasileiro:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Também foram classificados como patrimônio os monumentos naturais e sítios e paisagens que valessem conservar. No entanto, ao final, como ficaria claro nas suas diversas ações no país, o SPHAN concentrou todo o enfoque nos monumentos arquitetônicos, históricos e religiosos.

O Governo Federal irá intervir definitivamente na região missioneira após a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938. Para os trabalhos foi encarregado o Arquiteto Lúcio Costa (STELLO, 2005). Lucas Mayerhofer, assim descreve os trabalhos daquele arquiteto:

A incumbência foi levada a efeito com o cuidado que caracteriza o trabalho artístico desse ilustre patricio. Seu relatório acompanhado de excelente documentação, concluiu pelas seguintes providências:

1ª – As ruínas da Igreja de São Miguel que apresentavam grande interesse como conjunto arquitetônico deveriam ser amparadas de forma a prevenir o seu total desmoronamento.

2ª – Os fragmentos de Arquitetura e as esculturas encontradas nos diferentes Povos, bem como possivelmente descobertos em buscas e escavações, mereciam ser recolhidos a Povo de São Miguel, num Museu a ser construído com material das ruínas, senão em as próprias ruínas, devidamente abrigadas.

Para as duas soluções apresentou Lucio Costa projetos de grande interesse (MAYERHORFER, 1947, p. 23).

Iniciados em março de 1938 os trabalhos buscaram estabilizar a torre e o pórtico da Igreja e estabilizar o corpo da Igreja (Figuras 8 e 9).

Figura 8 - Consolidação das da torre de São Miguel das Missões-RS



Fonte: Arquivo Noronha Santos (1939).

Figura 9 - Consolidação da torre da Igreja de São Miguel Arcanjo



Fonte: Arquivo Noronha Santos (1939).

Esta perspectiva estava inserida plenamente na nova ótica do governo federal que passou a assumir definitivamente a política cultural e educacional. Mais precisamente assumia o poder, após a revolução de 30, uma nova elite de origem urbana – oposta à velha elite agrária – e de ideologia nacionalista, autoritária e modernizadora. O próprio Getúlio Vargas, nascido em São Borja, era missioneiro, sendo em seu governo que se deu a criação do SPHAN e a nova ótica de proteção e definição de patrimônio (MAYERHOFER, 1947; WEIMER, 1993; STELLO, 2005).

Neste projeto de modernização do país era necessário criar uma nova identidade brasileira. Se no início do século esta discussão girava em torno da ideia de raça, nos anos trinta surgem os temas da “brasilidade”, “essência” e “identidade” da nação (GONÇALVES, 2002). Era necessário afirmar uma cultura brasileira autêntica, buscando inclusive o “tradicional” e o “regional”.

Neste contexto, proteger o “patrimônio artístico e nacional” era fundamental e as ruínas da Igreja da Missão de São Miguel Arcanjo constituíam parte desta nova política para o patrimônio nacional e regional. O arquiteto Lúcio Costa veio ao Rio Grande do Sul para avaliar os remanescentes dos Sete Povos das Missões. Como resultado de sua visita, em 1938, foram tombados estes remanescentes.

Como parte ainda desta nova perspectiva foi elaborada proposta de um Museu no Sítio de São Miguel Arcanjo com projeto do arquiteto Lúcio Costa. Assim Lucas Mayerhofer, responsável pelas obras de estabilização da Igreja e de construção do Museu (1938-1940), descreveu os trabalhos ali:

“Tinha-se em vista uma construção simples, destinada a servir de abrigo às peças recolhidas das diversas regiões missioneiras e que, ao mesmo tempo, representasse a reconstituição de alguns elementos do antigo passeio alpendrado que se desenvolvia ao longo das casas indígenas”.

“Está situado no ângulo NO da Praça de São Miguel e consta de três secções ou compartimentos, limitados em dois de seus lados por paredes paralelas, abrindo-se nos outros dois para um largo alpendre que faz a volta no edifício. É coberto por um telhado de quatro águas, cujo madeiramento se apoia nas empenas de quatro paredes paralelas e nos pilares das varandas”.

“Anexo ao Museu, foi prevista a residência do zelador, constando de vários compartimentos, abrigados dentro dos muros de um pátio”.

“Para assentamento das fundações foi encontrado terreno firme a 2,50m de profundidade média” (MAYERHOFER *apud* LA SALVIA, 1983, p. 209-210).

Por ordem do presidente da República Getúlio Vargas o Museu foi inaugurado em 1940 - através do Decreto-Lei nº 2077/1940⁶⁶. De acordo com este dispositivo o museu teria por finalidade reunir e conservar as obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões Orientais, fundados pela Companhia de Jesus naquela região do país (Figura 10).

Segundo Fernando La Salvia (1983), o objetivo desta primeira etapa de projetos nas missões visava acima de tudo criar uma condição museológica para os fragmentos e esculturas (Figura 11). A preocupação em preservar os bens não foi considerado:

⁶⁶ Para consulta do decreto, consultar o *síte* da Câmara dos Deputados, onde o mesmo encontra-se disponível em: <www2.camara.leg.br>.

A própria construção do Museu e da casa do zelador, num dos cantos da praça, foi destruir, sabe Deus quantas habitações indígenas, pisos e áreas de ocupação. Nada importa, se no seu lugar tivermos uma casa bonita e um museu condigno, mesmo que possua elementos não pertencentes a este Povo (LA SALVIA, 1983, p. 210).

Figura 10 - Museu das Missões no vértice da praça original



Fonte: Arquivo Noronha Santos (1940).

Figura 11 - Museu das Missões projetado por Lucio Costa



Fonte: Arquivo Noronha Santos (1940).

O Museu das Missões também foi tombado aumentando ainda mais sua importância como referência cultural nacional por ser o responsável pelo recolhimento e guarda da arte sacra barroco-missioneira da Igreja de São Miguel.

3.2.2 A Arqueologia entra em cena

Os primeiros trabalhos em arqueologia histórica ocorreram no Brasil, entre os anos 30 e 50 do século passado. Na década de 30, temos os trabalhos de Hermann Kruse nas casas Casas Fortes na Bahia e de Loureiro Fernandes nos quilombos do Paraná. No início dos anos 40, Virginia Watson participava de escavações na Ciudad Real do Guairá (Paraná).

Os primeiros informes que se têm notícia sobre escavações em São Miguel das Missões datam de 1937, quando o Governo Federal passou a intervir nesse local. Nos documentos, Lúcio Costa destacava que fragmentos de esculturas e arquitetura deveriam ser direcionados para São Miguel das Missões⁶⁷.

Ao mesmo tempo, começavam os trabalhos de consolidação da Igreja e da Torre de São Miguel feitas pela União. A falta de acompanhamento arqueológico, no entanto, levou à perda de um enorme manancial de informações para o pesquisador contemporâneo. Sob essa mesma perspectiva e com os mesmos danos ao patrimônio arqueológico, ocorreu a construção do Museu das Missões, que, pese a sua beleza estética, alterou definitivamente o substrato arqueológico local.

Nas Missões, os registros das primeiras prospecções arqueológicas, realizadas por arqueólogos, informam que elas foram efetuadas pelo padre Luis Gonzaga Jaeger, do Instituto Anchieta de Pesquisas, no fim dos anos 50 do século passado. “A cata de Tesouros Jesuíticos” e sem utilizar uma metodologia específica, o pesquisador abriu parte dos espaços urbanos das reduções de São Luiz Gonzaga, São Borja e São Nicolau (LA SALVIA, 1983).

O mesmo pesquisador ainda atuou no município de Lavras (a cerca de 400 km da região das Missões), tentando entender o alcance da influência da redução, e escavou também no interior da Igreja de São Miguel das Missões.

⁶⁷ Lúcio Costa foi incumbido, pelo Governo Federal, para estabelecer as diretrizes para a consolidação dos remanescentes da Igreja de São Miguel das Missões.

Parte do material encontrado teria sido depositado junto ao muro da quinta, atrás da Igreja. Embora, haja a probabilidade deste material ser fruto de limpeza realizada no interior da igreja. Posteriormente, o muro da quinta seria escavado pelo arqueólogo Claudio Batista Carle, no fim do século passado.

De qualquer forma, suas pesquisas tinham interesse muito mais particular do que científico, e não chegaram a produzir estudo acadêmico ou publicação, assumindo muito mais um caráter amador e ensaístico (LIMA, 1993). Ainda não estava consolidado no país um caráter sistemático de pesquisa e nem havia um corpo teórico e metodológico bem definido.

A rigor, o primeiro trabalho arqueológico nas Missões foi incumbido a José Proenza Brochado ligado a PUCRS, Danilo Lazzarotto e Rolf Steinmetz⁶⁸ da Fundação de Integração Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE-RS) entre os anos de 1967 e 1969. Posteriormente foi desenvolvido por um conjunto de profissionais, a partir das escavações de La Salvia (1979), profissional vinculado ao governo do Estado.

Segundo La Salvia (1983), esse primeiro trabalho ficou restrito à análise da cerâmica e considerações tecnológicas, estabelecendo, para ela, a denominação Fase Missões. Os trabalhos buscavam fixar uma padronização da cerâmica produzida na época, comparando-a com outras fases do Rio Grande do Sul e Paraná:

Foram identificados nove sítios atribuídos à denominada Fase Missões... Três sítios correspondem às ruínas de três dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai: o IJ-29: São João Batista e o IJ-38: São Lourenço Mártir, na bacia do rio Ijuí e o IJ-37: São Miguel Arcanjo, na do rio Piratinim; mas todos relativamente próximos no divisor de águas entre as duas bacias, distanciados não mais que uns 15 Kms. Um dos outros (BROCHADO et al., 1969 *apud* LA SALVIA, 1983, p. 211).

Cabe lembrar que essa visão se encaixava perfeitamente no enfoque do PRONAPA, que buscava localizar remanescentes arqueológicos, com vistas a obter antigas rotas migratórias (DIAS, 1995; FUNARI, 1994).

Desde a década de 1970, São Miguel, São João Batista, São Nicolau e São Lourenço Mártir eram objeto de várias escavações, organizadas por José Saia, da

⁶⁸ Arqueólogo falecido em 2010, aos 75 anos de idade, foi criador do museu escolar do Colégio Evangélico Augusto Pestana em Ijuí (CEAP).

regional de São Paulo, representante da SPHAN para a região sul do país, o objetivo dessas escavações era compreender o alcance dos remanescentes arqueológicos⁶⁹. Em 1974, o Arquiteto Julio Nicolau Barros de Curtis perfurou o solo do piso e dos fundos da Igreja de São Lourenço Mártir.

Segundo Barcelos (2000), vários equívocos foram cometidos neste período, como a localização de estruturas e a aberturas de sondagens que, por falta de conhecimento específico, danificaram as camadas arqueológicas.

Importante destacar que esta era uma situação ainda comum, pois como apresentado na análise histórica do campo da preservação, a exigência de arqueólogos nas atividades de restauro apenas recentemente havia começado a abrir portas para atividades integradas.

Na mesma época, na região do Rio Pardo, Pedro Augusto Mentz Ribeiro, acompanhado da equipe do Colégio Mauá de Santa Cruz do Sul, localizou o assentamento de Jesus e Maria, tornando-se o primeiro trabalho científico sobre um remanescente missioneiro.

Como visto anteriormente, o órgão responsável pela gestão do patrimônio nacional, o fim da década de 1970 e início de 1980 presenciou uma grande mudança na forma de atuação técnica. A tarefa deixou de ser apenas identificar, tomar, preservar e restaurar monumentos. O discurso institucional colocava relevância agora em noções de pluralismo cultural, participação da comunidade e democracia (GONÇALVES, 2002 e 2013).

Este discurso colocava como uma dos seus principais propósitos a apropriação dos bens culturais em nome da “nação” e a sua devolução para as comunidades locais, seus autênticos proprietários (GONÇALVES, 2002, p. 77).

Sob este novo enfoque, em 1980, foi realizado o projeto “*Diretrizes para o desenvolvimento físico de São Miguel das Missões*”, entre a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, o SPHAN e o município de Santo Ângelo (visto que à época São Miguel era subdistrito deste). O projeto foi aprovado

⁶⁹ Como deixa clara carta enviada pela Prefeitura de São Nicolau, em 15 de maio de 1970, o arquiteto Luiz Saia era informado frequentemente sobre a necessidade de ações mais eficazes para proteção das ruínas. Estas e muitas outras cartas estão arquivadas na Superintendência do IPHAN/RS.

pelo SPHAN através do Ofício nº. 038/80 da 9ª Diretoria Regional (na época sediada na cidade de São Paulo). O projeto era coordenado pelo arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio, contratado pela Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO) e contava com o apoio de operários na execução das atividades de campo.

O objetivo desse projeto era estabelecer os limites para preservação das ruínas e permitir o gerenciamento das áreas de entorno. Critérios paisagísticos e espaciais foram utilizados, considerando a topografia do local e a preservação dos campos de visualização dos remanescentes. Neste sentido, foram observadas as alturas dos edifícios, bacias visuais e linhas. Método esse este que prevaleceu nas análises posteriores (Figura 12).

Figura 12 - Ruínas de São Miguel Arcanjo



Acervo: IPHAN-RS, início dos anos 2000.

Sobretudo se queria com este projeto disciplinar o crescimento da vila de São Miguel (a época subdistrito de Santo Ângelo), prever a infraestrutura necessária para o turismo e definir as prioridades futuras. Todo o estudo ajudaria na consolidação posterior de um “Parque das Missões” que serviria como instrumento para o aproveitamento turístico-cultural local.

Para o uso do solo foram fixadas cinco zonas de atividades. A mais complexa delas sendo aquela de preservação histórica que abrangia o restante das ruínas jesuíticas e seu entorno.

Como forma de atuação foram propostas algumas recomendações, sendo as mais importantes o levantamento topográfico específico demarcando a área a ser tombada pelo SPHAN e o projeto de urbanização específica do Parque das Missões, abrangendo toda a área a ser tombada (CUSTÓDIO, 1980).

Fica claro, através da leitura das *Diretrizes*, que o componente arqueológico ainda era desconhecido em toda sua complexidade. Em nenhum momento foram sugeridos cuidados técnicos para a preservação de “zonas arqueológicas”, nem tampouco propostos estudos arqueológicos prévios que ajudassem a consolidar uma carta de potencial.

La Salvia (1983) relembra um caso anterior ocorrido em Santo Ângelo quando a falta destes estudos foi responsável pela destruição de remanescentes arqueológicos vinculados ao sistema de distribuição de água da redução.

Quase na mesma época, no fim dos anos 1970, foram realizadas escavações em São Nicolau. O trabalho, coordenado por Fernando La Salvia, foi decorrente de convênio firmado entre o SPHAN⁷⁰ e a Subsecretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Governo do Estado, com o objetivo de promover escavações arqueológicas nos remanescentes da antiga redução jesuítico-Guarani, na cidade de São Nicolau⁷¹. Esse trabalho, uma escavação ampla (cerca de 4500 m²), no centro da cidade, pode ser considerado um marco para a Arqueologia Histórica brasileira. Foram escavadas estruturas de igreja, colégio, adega, casas de índios, colégio, hospital, o sistema de esgotos situado nos fundos da Igreja, o cabildo e as habitações que existiam próximas a ele (Figura 13).

Foi ainda fixada a extensão máxima do sítio urbano, escavando na periferia o Jardim da Missão (*La Florida*) e parte das áreas industriais (silo e eiras). Como podemos ver na Figura 17, abaixo, a escavação foi extensiva, expondo boa parte dos pisos e colunas.

⁷⁰ Antiga denominação do IPHAN.

⁷¹ Fernando La Salvia, arqueólogo em exercício no Museu Antropológico, foi cedido pelo Governo do Estado para participar deste projeto. Para tanto, a Diretoria Regional da 9ª D. R. deveria mensalmente comunicar a efetividade dos trabalhos realizados. Esta informação consta no Of. Nº 237/79, de 05 de outubro de 1979, guardado atualmente nos arquivos da Superintendência do IPHAN/RS.

Figura 13 - Escavações em São Nicolau



Fonte: IPHAN-RS (1980).

O material só viria a passar por uma primeira ação de curadoria no final muitos anos depois, no fim dos anos 1980, pela arqueóloga Vera Lúcia Trommer Thaddeu – profissional vinculada à Coordenação regional-, ao preparar parte do material para uma exposição. Mais tarde, entre os anos de 2008 e 2010, teve início trabalho de curadoria do material arqueológico coletado por La Salvia e que hoje está depositado no MARSUL. O projeto foi elaborado e fiscalizado pelo Setor de Arqueologia do IPHAN-RS e executado pela empresa *Scientia* Consultoria. Após o trabalho de curadoria e inspeção das caixas o material foi contabilizado.

De acordo com este estudo o número de peças inventariadas totalizou 16.836 peças, que podem ser distribuídas da seguinte forma: cerâmica 11.890 peças (70,6%), metal 2.431 peças (14,4%), olaria construtiva 1.678 peças (10%), ossos 343 peças (2,0%), louça 247 peças (1,5%), lítico 180 peças 17 (1,1%), material orgânico 37 peças (0,2%), vidro 29 peças (0,2%), arte cemiterial duas peças (0,012%) (HERBERTS; MORAES et al., 2010).

Como em várias outras escavações localizadas nas Missões, a cerâmica foi o material arqueológico mais coletado em campo (Figura 14). A coleção de cerâmicas existentes naquele acervo foi dividida em categorias relacionadas às partes do corpo da vasilha (borda, bojo e base), à decoração empregada (plástica, simples, pintado e

vitrificado); e outras tipologias morfológicas (alça, cachimbo, vasilha, flange, tampa, castiçal, incensário, peça reconstituída e/ou não identificada).

Segundo estes critérios, 76% dos fragmentos eram formadas por bojos (9.130) depois vinham as bordas com 15,6% (1.853 unidades), as bases contavam com 6% (713 fragmentos), o material não identificado totalizava 1,4% (166 peças), restando as alças com 0,4% (49 peças) e as tampas com 0,4% (42 peças) (HERBERTS; MORAES et al., 2010).

Figura 14 - Fragmentos cerâmicos



Fonte: IPHAN-RS/*Scientia* Consultoria (2010).

A vasta quantidade de material metálico também chega a impressionar e totalizou 2.430 objetos (Figura 15), que podem ser classificados em:

- Ferragens: cravos, pregos, dobradiças, fechaduras, arruela, chave, ferrolho, parafuso, pino, roldana, etc. Estes materiais representavam cerca de 84% (2.026 peças) de todo o material;
- Material de cozinha (uso doméstico): alça, borda, caldeirão, castiçal, colher, faca, garfo, panela, tigela, etc.. Totalizaram 3% (80 peças) de todo o material;
- Montaria: argola, fivela, arreio e espora que juntos são 1% do material (19 peças);

- Escórias (que seriam os restos de metal fundido) somando 1% (17 peças);
- Não identificados foram 11% (272 peças).

Foram identificados também fragmentos esparsos de elementos religiosos (medalha, uma peça), numismático (moeda), materiais bélicos (cartuchos, quatro peças), e de outras atividades de produção (anzol, cavadeira, cilindro oco, etc.).

Figura 15 - Tigela metálica



Fonte: IPHAN-RS/*Scientia* Consultoria (2010).

O material vítreo inventariado totalizou apenas 29 fragmentos (Figura 16). Destes não foram identificados 62% (18 fragmentos). Dentre aqueles identificados existem contas 24% (7 peças), fundo 7% (2 fragmentos), bojo/corpo 3% (1 fragmento), e ampola de remédio 3% (1 peça) de uso recente.

Figura 16 - Material vítreo



Fonte: IPHAN-RS/*Scientia* Consultoria (2010).

Foram inventariados 343 fragmentos ósseos (Figura 17). Daqueles possíveis de serem classificados - após tantos anos de deterioração - 40% não foram identificados (135 fragmentos), ossos longos (NI) 17% (54 ossos), crânio 13% (43 ossos), dente 12% (40 unidades), perna 4% (15 ossos), ouvido 3% (9 ossos), chatos 2% (7 ossos), úmero 2% (7 ossos), fêmur 1% (5 ossos), maxilar 1% (5 ossos), vértebra 1% (3 ossos), bacia 1% (3 ossos), pélvis 1% (3 ossos), pé 1% (3 ossos), ulna 1% (2 ossos), quadrado 1% (2 ossos).

A maior parte dos materiais ósseos de mão, tíbia e patela é de origem humana.

Figura 17 - Fragmentos humanos de crânio e dente



Fonte: IPHAN-RS/*Scientia* Consultoria (2010).

Foi identificado pouco material orgânico (apenas 37 fragmentos). As sementes somam 59% (22 unidades, dentre elas prováveis sementes de pêsego), madeira 27% (10 unidades), carvão 8% (3 unidades) e 5% não foram identificadas (2 unidades). Além destes materiais havia amostras de solo, que após tantos anos sem a devida curadoria foram perdidos completamente.

Destaque para a existência de duas peças de origem funerária, localizadas dentro das caixas de estocagem existentes no MARSUL (Figura 18).

Figura 18 - Lápide com inscrições



Fonte: IPHAN-RS/*Scientia* Consultoria (2010).

Embora parte considerável de todo material coletado seja formada por elementos intrusivos, hoje podemos conhecer parte do cotidiano reducional. Para tanto, é recomendável que no futuro imediato sejam incentivadas pesquisas detalhadas sobre o acervo recolhido por La Salvia.

A falta dos trabalhos de consolidação e estabilização dos remanescentes encontrados, no entanto, acarretou em perda de boa parte da área escavada, e expôs parte dos vestígios e estruturas às intempéries e à ação humana. As poucas imagens existentes sobre os trabalhos ilustram este problema. Pisos, colunas, canais d'água não foram abrigados corretamente (Figura 19).

O próprio La Salvia, posteriormente, alertou que aquela “escavação deveria ter tido continuidade com a estabilização dos remanescentes e um processo de conservação dos pisos e evidências, o que não se realizou” à época, desconhecendo a causa disso, mas afirmando que isso levou a “um dano muito grande à área escavada” e “praticamente à sua perda” (LA SALVIA, 1983, p. 214). Tal fato levou a uma mudança de perspectiva nas práticas futuras de escavações arqueológicas.

Figura 19 - Escavações em São Nicolau



Fonte: IPHAN-RS (1980[?]).

Apesar do acompanhamento arqueológico em São Nicolau, este procedimento não era adotado ainda de forma padrão em todas as atividades de restauro. Em 1981, por exemplo, o frontão da Igreja de São Miguel passou por um

trabalho de consolidação. Posteriormente, no ano de 1983, pedras esmagadas ou fragmentadas foram estabilizadas. Uma área próxima à Igreja era utilizada como canteiro de obras, sendo coberta com concreto durante as atividades. Nenhuma destas atividades contou com acompanhamento ou supervisão de profissional arqueólogo.

De forma a sanar estes problemas a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Rio Grande do Sul e a Fundação Nacional Pró-Memória, juntamente com o arqueólogo Fernando La Salvia, elaboram um projeto para planejar de forma organizada a salvaguarda do patrimônio cultural arqueológico missioneiro.

Este projeto tinha como principal objetivo

redefinir os sítios urbanos e de exploração econômica dos povos missioneiros com a denudação dos remanescentes, salvaguardando o material arqueológico, histórico e arquitetônico possibilitando sua utilização como elemento de informação turística e de formação cultural (LA SALVIA, 1983, p. 214).

No projeto de Fernando La Salvia, estas atividades seriam desenvolvidas por meio de uma política de ação, dividida em três momentos:

Preliminar – representado pelo levantamento da parte documental, quer bibliográfica como iconográfica, assim como os procedimentos utilizados durante os vários momentos de limpeza e preservação, realizados por técnicos do SPHAN ou por esta Instituição contratados.

Contato – será a avaliação “*in loco*” de cada sítio urbano e das possibilidades de realização para a execução dos objetivos.

Política – a fixação de uma política de ação posterior implantação será baseada nos seguintes pontos:

- a. Definição das áreas prioritárias para salvamento, preservação e principalmente para a pesquisa.
- b. Criar um sistema de segurança para os sítios mais ameaçados ou para toda a área de abrangência do projeto, proibindo atividades exploratórias, de qualquer natureza ou fim. No caso de utilização agropastoril, definir a suspensão, com tempos e formas de indenização se for o caso. As áreas já desnudadas, deverão ter uma atenção especial, considerando-se sua utilização.
- c. Implantar um processamento jurídico para a ocupação da área de pesquisa e, se for o caso a sua desapropriação para inclusão como propriedade patrimonial.
- d. Fixar um processo de conservação e salvaguarda de todo o patrimônio jacente, no solo e subsolo, e sua integração ao todo arquitetônico que irá se formar.
- e. Fixar um “*modus vivendi*” entre os interessados evitando a ocupação indevida ou a dilapidação ou, ainda, o uso inadequado como elemento de informação turística ou formação cultural (LA SALVIA, 1983, p. 215-216).

Se no início este estudo estaria concentrado nas áreas onde existiam remanescentes visíveis das reduções outras partes da região seriam também trabalhadas. Segundo La Salvia (1983), este estudo devia ser conduzido de forma metódica e continuada. Buscava-se desenvolver um viés turístico-social e consolidar a importância do trabalho arqueológico.

Para tanto, os momentos do projeto foram divididos em etapas de forma a dar coerência à sequência das atividades:

1. Identificação: Através da pesquisa bibliográfica e documental, do reconhecimento preliminar do terreno e da foto-interpretação buscar-se-á a identificação e o isolamento dos remanescentes e evidências ainda existentes, não só nos sítios urbanos como nas áreas de exploração agro-pastoril.
2. Levantamento e prospecção: Um minucioso levantamento fotográfico e planialtimétrico serão acompanhados por prospecções em pontos determinados, para uma avaliação precisa das estruturas, profundidades e condição do material, sendo um elemento importante para a fixação das seguintes etapas seguintes.
3. Escavação: Porá a descoberto os remanescentes isolando os testemunhos da atividade humana e sua integração cultural e ecológica. Será o salvamento e a possibilidade, única que temos, de novamente ao convívio das populações atuais, trazer o contexto cultural daqueles grupos que intervieram e participaram de maneiras tão diferentes de um momento histórico. Não será a simples denudação do monumental, mas a recomposição do cultural.
4. Análise: Será o tratamento laboratorial de todo o material coletado em campo e sua interpretação, além da preparação e restauro para o futuro aproveitamento em museus. Será também a montagem de coleções com a finalidade didática.
5. Avaliação: Será uma tomada de posição sobre os remanescentes encontrados, sua importância e repercussão, quer no plano histórico-cultural como no arquitetônico, fixando-se aqui, metas, medidas de atuação e objetivos a serem alcançados nas próximas etapas.
6. Restauração: Será o processo de recuperação total ou parcial, desde que não haja dúvidas a sua validade, evitando-se sempre os processos de reestudo ou de criatividade, muito comuns, quando não são seguidos os critérios e indicações arqueológicas.
7. Consolidação: Buscará impedir a ação destruidora da intempérie deixando o remanescente em condições de ser aproveitado.
8. Proteção: Contra a ação da natureza, evitando-se a presença de vegetais ou animais que, utilizando-se dos espaços existentes, fixarão a sua presença. Deverá ser considerado e criado um sistema de proteção, para a ação humana, partindo-se do pressuposto que haverá para todos os remanescentes um processo de utilização turístico-cultural.
9. Ambientação: Será a integração dos remanescentes dentro do contexto ao qual ele pertence, florestadas áreas, devolvendo aos espaços as essências nativas, já de muito extirpadas. Será a reversão autêntica, dos espaços destruídos. As construções que se fizerem necessárias, deverão ser integradas ao todo paisagístico.
10. Utilização: Será a formulação de planos concretos para a utilização criteriosa das áreas pesquisadas e reintegradas, pondo à disposição das populações atuais todo o complexo que daí advir. Os espaços

assim construídos terão uma dupla função: dar a informação turística e a formação cultural, sem deformações e sem prejuízos das atividades desenvolvidas (LA SALVIA, 1983, p. 217-218).

Evidentemente parte destas proposições foi elaborada a partir da experiência de La Salvia em São Nicolau. Se naquele sítio vários problemas de sincronia e conhecimento sobre técnicas de restauro colocaram em risco vários remanescentes arqueológicos, agora era preciso organizar o papel de cada um em campo. Por outro lado, o próprio pesquisador arqueólogo e o arquiteto também possuem responsabilidade sobre este processo, uma vez que, apenas parte da área escavada foi posteriormente recoberta para proteção.

Daqui para frente, a reunião de diferentes profissionais formados no campo da cultura material seria tomada como pedra basilar na construção das decisões sobre o patrimônio cultural missioneiro. Principalmente a partir do ítem 5, os cientistas conjuntamente avaliariam se ou como os remanescentes expostos seriam protegidos. A técnica deveria ser adequada de forma que não comprometesse a integridade física e cultural do objeto. Logo, todo restauro não mais focaria apenas sobre um objeto, mas sobre toda a paisagem local.

O objetivo final era possuir uma informação completa sobre cada um dos objetos recuperados para colocá-los em uso. Sempre levando em conta as particularidades de cada um dos sítios pesquisados.

Cabe ainda destacar outra iniciativa nova proposta por La Salvia e que ainda hoje reverbera em várias das atividades empreendidas na região. Se por um momento o olhar do pesquisador concentrava-se focado nas ruínas, aquele pesquisador sublinhou a importância de outros remanescentes arquitetônicos a ele vinculados como estâncias e estabelecimentos de produção. Alargava assim a ideia de um passado cultural amplo das populações que ali viveram.

No ano de 1983, a SPHAN através da Fundação Nacional Pró-Memória levava à UNESCO, a proposição de transformar as ruínas da Igreja de São Miguel em Patrimônio Mundial. A articulação de arqueólogos que atuavam no estado pressionava por uma atuação permanente de profissionais deste campo científico. Um trabalho que deveria levar em conta uma ação definitiva e imediata nas regiões

urbanas e agro-pastoris onde se encontravam os remanescentes (LA SALVIA, 1983).

Arno Kern⁷² deixa claro que durante a visita técnica de profissional da UNESCO foi alertado ao órgão federal do patrimônio sobre a necessidade legal de estudos arqueológicos em São Miguel. Por adotar estas orientações as ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo são declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade⁷³ no próprio ano de 1983. Portanto, a presença de arqueólogos em campo deixa de ser fruto da vontade e passa, finalmente, a ser uma exigência em todas as atividades de impacto no local.

3.2.1 Arqueologia Histórica Missioneira

Com a saída do Professor La Salvia, foi estruturado um novo projeto denominado *Arqueologia Histórica Missioneira* (1985), por meio de um acordo de cooperação técnica entre UFRGS, PUC-RS e SPHAN. O trabalho teve coordenação técnica dos professores Arno Alvarez Kern e Pedro Augusto Mentz Ribeiro, e institucional, do arquiteto Julio Curtis e, como veremos, contou com a participação intensa de diversos alunos de graduação.

A partir desta etapa de pesquisa nas Missões, os trabalhos arqueológicos se desenvolveram em diferentes ocasiões nos sítios de São Lourenço, São João Batista e São Miguel Arcanjo (Figuras 20 e 21).

Destaque para o Sítio Escola Internacional das Missões e para o significativo conjunto de pesquisas – monografias, dissertações e teses produzidas a partir dos resultados das escavações. Um dos principais objetivos era reconhecer o espaço das reduções, para cercá-las posteriormente. O isolamento dos vestígios em uma ilha de preservação passou a ser visto como a melhor forma de proteção (KERN, 1998; FUNARI, 1994).

Vários artigos relacionados ao projeto *Arqueologia Histórica Missioneira* começam a ser lançados em revistas de circulação acadêmica. A participação de

⁷² O profissional relata que o processo para inscrever as ruínas da fachada da Igreja de São Miguel como Patrimônio Mundial estava diretamente vinculado a obrigação de trabalhos de arqueologia sendo desenvolvidos no sítio (ANEXO B).

⁷³ Título definido e concedido pela UNESCO, para local de importância cultural e física para o mundo.

profissionais ligados àquele projeto, em eventos científicos, também ajudou na divulgação dos resultados (KERN, 1994 e 1998).

Cabe destacar que, desde o fim da década de 1970, a Arqueologia Brasileira encorpava os seus quadros profissionais. Além do crescimento de instituições de formação, vários eventos realizados em universidades e museus ajudavam a solidificar a Arqueologia em nosso país (SOUZA, 1991).

Portanto, essa crescente profissionalização, somada a uma postura científica, levou o pesquisador-arqueólogo a encarar de forma diferente a produção de seus resultados em campo. Inicialmente, o interesse do cientista-arqueólogo era descrever, detalhadamente, o material identificado. De acordo com La Salvia e Brochado (1989) tal fato era devido à preservação diferencial da cultura material nos depósitos arqueológicos. Isto os forçava a definir a expressão cultural guarani quase que somente através dos atributos da cerâmica e do material lítico encontrado no sítio (BROCHADO; LA SALVIA, 1989). O estudo se concentrava, sobretudo, no artefato, onde as partes componentes do todo eram estudadas e integradas, de forma a compreender o todo e a sua cultura original (BROCHADO; LA SALVIA, 1989; SOUZA, 1991).

Uma importante mudança de eixo na investigação, entretanto, estava para surgir. No lugar das publicações com uma descrição infundável dos itens recuperados e da constituição de verdadeiro *corpus* de artefatos, como prioridade, agora, os estudos interpretativos ganham espaço.

A própria publicação do livro *Arqueologia Histórica Missioneira*, lançada em 1998, é um reflexo desse novo enfoque. Além de apresentar dados sobre os sítios prospectados, a publicação traz um apanhado geral das principais conclusões, obtidas através do estudo de temas específicos, como a metalurgia missioneira, a cerâmica guarani, etc. Para tanto, foram convidados especialistas e estudantes que participaram do Projeto (KERN, 1998)⁷⁴. O texto final reunia artigos produzidos em diferentes momentos na década de 1990.

Até essa época, o foco de pesquisa nas Missões tinha se restringido a, quando muito, um levantamento sobre a ocupação indígena e a colonização ibérica

⁷⁴ Parte dos capítulos que compõem a obra já constavam em publicações do início da década de 1990, na *Revista Ibero-americana*.

(LA SALVIA; BROCHADO, 1989). Com o novo projeto, Arno Kern, em 1988, buscava uma explicação geral sobre a ocupação humana na região. Tanto os subprojetos criados, como as escavações em determinados sítios serviriam para a elaboração de uma verdadeira síntese histórica.

Como método de campo, tendo em vista a coexistência de sociedades etnicamente diversas na região, foram aplicados simultaneamente métodos tradicionalmente utilizados pela arqueologia histórica e pré-histórica europeias. (KERN, 1998; SOUZA, 1991).

Aquelas escavações em escala maior eram realizadas a partir de grandes quadrículas segundo a metodologia estratigráfica proposta por Mortimer Wheeler. Já as escavações em grandes superfícies seguiram a metodologia de André Leroi-Gourham, através de cuidadosa decapagem, como a apresentada na imagem a seguir.

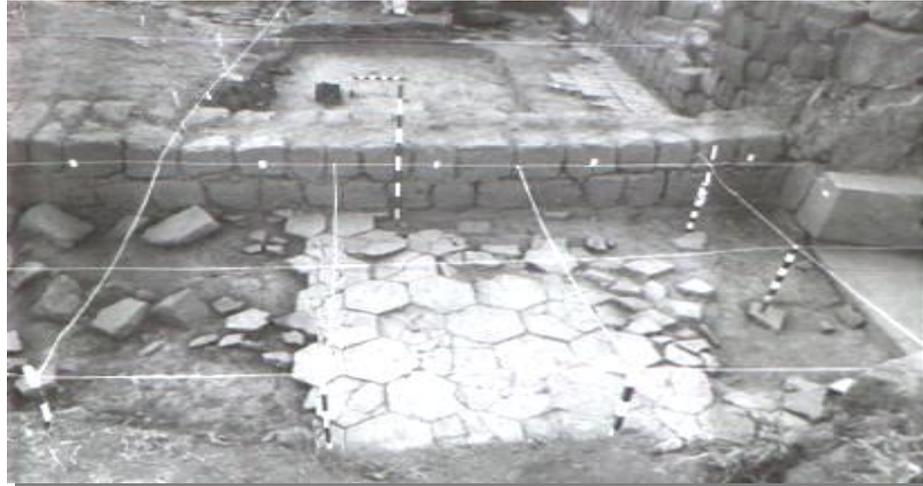
Figura 20 - Arqueologia Histórica Missioneira em São João Batista



Fonte: IPHAN-RS (1985-1990[?]).

Todas as ações em campo eram definidas por quadriculamento e pela disposição das estruturas arquitetônicas existentes. Os problemas enfrentados ao longo da escavação definiam os métodos que seriam utilizados.

Figura 21 - Arqueologia Histórica Missioneira em São Lourenço



Fonte: IPHAN-RS (1985-1990[?]).

Esta era a base teórica dos trabalhos propostos por Arno Kern⁷⁵. Linha de raciocínio que o próprio Althusser propõe ao apontar que:

uma pesquisa ou uma observação nunca é passiva: só é possível sob a direção e o controle dos conceitos teóricos que nela agem, quer direta, quer indiretamente nas suas regras de observação, de seleção e de classificação na montagem técnica que constitui o campo da observação e da experiência (ALTHUSSER, s.d., p. 23).

Base teórica, que de acordo com Kern deve ser ampla para permitir lidar com os diferentes problemas encontrados em campo.

3.2.2 Arqueologia como gestão do patrimônio cultural

Depois de instalado um olhar científico nos projetos de pesquisa em Arqueologia, nas Missões, passou a entrar em discussão uma nova etapa de reflexão sobre o tema da Preservação. Ao mesmo tempo, a ampliação dos contatos com instituições dentro e fora do país começou a ser vista como elemento necessário para o desenvolvimento científico. Foram assinados convênios e atividades de intercâmbios como o *Workshop Brasil-EUA* (1993), com o apoio institucional da Universidade do Arizona e do *National Park Service* (NPS), do IPHAN de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Deste evento saiu a ideia da

⁷⁵ O autor deixa claro que o método elaborado teve que se adaptado aos problemas enfrentados em campo (ANEXO B).

criação de um laboratório de arqueologia e a construção de um local especializado no estudo sobre as Missões.

Dentre os projetos desenvolvidos no território missioneiro e que usaram como fonte de inspiração os resultados obtidos durante o programa do *Arqueologia Histórica Missioneira*, estavam o Sítio Escola Internacional/Missões (SEI), de 1992, e o Programa Integrado de Valorização (PIV), realizado entre 1994 e 1998.

O primeiro projeto tomava como base a Convenção da UNESCO, relacionada à proteção do patrimônio cultural da Humanidade. Esta Convenção afirmava a necessidade de treinamento e a criação de um centro regional para pesquisa científica. O SEI permitiu a formação de um grande número de profissionais e realizou escavações em vários sítios arqueológicos da região platina (KERN, 1994). Quanto ao PIV, este projeto envolveu arqueólogos e operários do IPHAN e eventualmente universitários de diferentes cursos, em trabalhos práticos, nos diferentes sítios arqueológicos.

Outro projeto que envolveu o setor de Arqueologia foi o de *Informatização do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo*, com apoio da IBM e da Associação Amigos das Missões. Esse projeto promoveu o encontro *Arqueologia e Informática*, no qual participaram convidados do MERCOSUL. Posteriormente, foi desenvolvido Boletim *Arqueologia e Informática*, a bases de dados, os programas multimídia e um *site*, sendo coordenados por José Otávio Catafesto de Souza, Francisco Noeli, Luiz Felipe Escosteguy.

Entre 2000 e 2004 foram realizados estudos de Geologia Arqueológica nas Missões. O projeto foi coordenado pelo Professor Carlos Henrique Nowatzki do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geologia Arqueológica (NEPGEA) da Unisinos, Rio Grande do Sul. O objetivo inicial era determinar a origem do(s) local(s) de extração das rochas utilizadas para construir a Igreja de São Miguel. Além do conhecimento adquirido, esta informação seria útil “para que futuras restaurações, quando fosse o caso, pudessem ser realizadas com a mesma espécie de rocha originalmente utilizada” (NOWATZKI, 2007, p. 5). Ao final, além da localização das antigas pedreiras, foi possível identificar antigas estradas missioneiras.

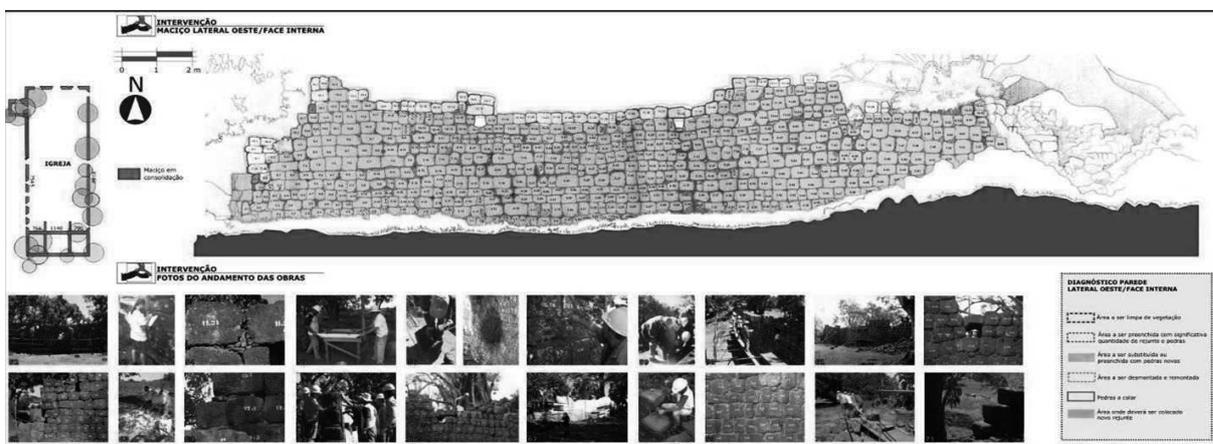
No início do novo milênio a equipe do IPHAN que atuava nas Missões não era suficiente para correr contra o tempo e consolidar os sítios de São Lourenço e São

João. Com o objetivo de sanar estes problemas obras de restauro e consolidação passam a contar com a participação de arqueólogos contratados e coordenados pelo próprio IPHAN.

Entre 2003 e 2005, foi realizado o Projeto de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural das Missões Jesuíticas dos Guaranis, nos sítios arqueológicos de São Lourenço Mártir e São João Batista.

No caso do sítio de São João Batista, as obras de consolidação das ruínas, promovidas por técnicos arquitetos do IPHAN nas Missões, contam com o apoio dos arqueólogos José Otávio Catafesto e Vera Thaddeu, que coordenaram uma série de intervenções arqueológicas (Figuras 22 e 23).

Figura 22 - Consolidação de muro em São Lourenço Mártir



Fonte: IPHAN-RS (2004).

Figura 23 - Consolidação de muro em São Lourenço Mártir



Fonte: IPHAN-RS (2003-2005).

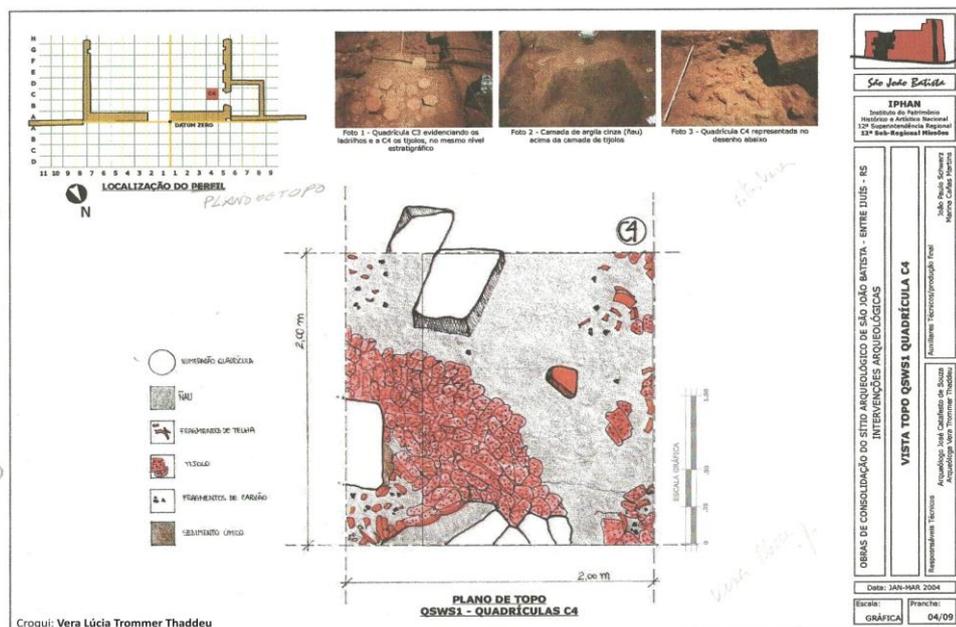
A partir das ações destes pesquisadores foi realizado o resgate de centenas de artefatos arqueológicos e levantado um grande volume de informações sobre aquele povoado (Figura 24, 25 e 26).

Figura 24 - Escavação arqueológica em São João Batista



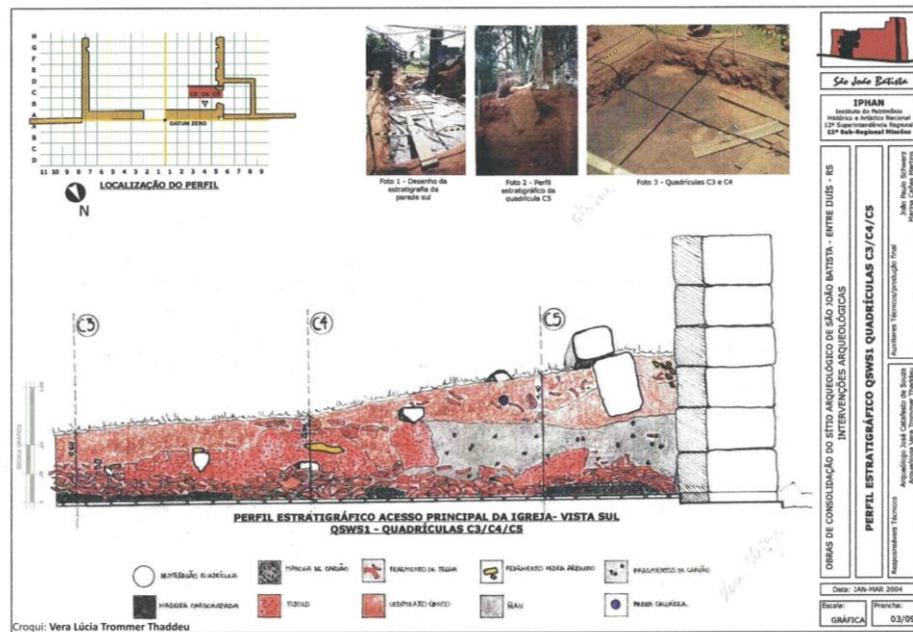
Fonte: IPHAN/RS (2004). (Foto: Vera Thaddeu e José Otávio Catafesto)

Figura 25 - Perfil estratigráfico da escavação arqueológica em São João Batista



Fonte: Acervo: IPHAN/RS (2004).

Figura 26 - Perfil estratigráfico da escavação arqueológica em São João Batista



Fonte: Acervo: IPHAN/RS (2004).

Cabe destacar ainda que entre os anos de 2003 a 2006, numa ação conjunta entre a UNESCO, o *World Monuments Fund* (WMF) e as instituições nacionais responsáveis pelo patrimônio Missioneiro, foi promovido o Programa de Capacitação para a Conservação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani. Esta ação se baseava na necessidade e oportunidade de promover a cooperação internacional para integrar os esforços e experiências de cada país.

Dentre os objetivos do Programa, estavam: estabelecer mecanismos de cooperação entre os países e as Missões; capacitar a equipe responsável pela conservação, gestão e desenvolvimento das Missões; identificar e formular projetos de intervenção nas Missões; dar continuidade às ações nas Missões e estabelecer um quadro de referência – isto é, uma visão comum – para a conservação, a gestão e o desenvolvimento do desenvolvimento do conjunto e de seus componentes.

Nesse período foram realizados três cursos e três oficinas destinadas a promover atividades práticas junto aos sítios arqueológicos existentes no Brasil, Argentina e Paraguai. Dentre os temas abordados neste evento, podemos destacar: Documentação e Pesquisa; Arqueologia; Conservação Integrada; Recursos Naturais e Meio Ambiente; Gestão e Uso público, envolvendo Ações Educativas e Turismo Cultural.

Nos encontros, foram avaliadas situações e experiências, assim como traçadas diretrizes para a continuidade de ações integradas a , sendo publicados relatórios e um Manual Básico de Conservação para as Missões Jesuíticas dos Guaraní, distribuído em 2009.

Entre os anos de 2008 e 2010, sob coordenação do IPHAN e com a participação da arqueóloga Vera Thaddeu e, posteriormente, da empresa Zanetinni Arqueologia, deu-se continuidade ao projeto de identificação da área da Fonte Missioneira.

Descoberta no início da década de 1990, após uma retroescavadeira perfurar a área e danificá-la, havia sido recuperada por arquitetos e escavada na mesma época pelo arqueólogo José Otávio Catafesto (nos anos 1990). Foi descoberta antiga canalização que conduzia a água de uma fonte natural próxima.

Figura 27 - Fonte Missioneira no momento da descoberta



Fonte: IPHAN (1993).

Figura 28 - Fonte Missioneira recuperada



Fonte: IPHAN-RS, (2010).

No novo projeto o objetivo principal era o estudo arqueológico para a requalificação do Parque da Fonte Missioneira. Novas estruturas que provavelmente compunham o sistema de abastecimento hídrico local foram identificadas (como, por exemplo, o espaço utilizado para armazenar água) e estudadas as técnicas de construção de tanques d’água, etc. (Figuras 28, 29 e 30; Anexo C).

Figura 29 - Parque da Fonte Missioneira e Sítio Arqueológico



Fonte: IPHAN-RS (2010).

Figura 30 - Escavações na Fonte Missioneira



Fonte: Zanetinni Arqueologia (2010).

Todos estes novos projetos inspiravam-se na alternativa proposta durante o projeto *Arqueologia Histórica Missioneira*, que apontava para a necessidade de também focar a pesquisa em subtemas da área estudada. Mesmo com a atenção do pesquisador voltada para um estudo concentrado, como a cerâmica guarani como identificador étnico (Fernanda Tochetto), ou a utilização do metal no mundo guarani-missioneiro (Claudio Carle), as investigações se caracterizaram por uma preocupação em compor um panorama geral da ocupação (KERN, 1998).

O capítulo intitulado “O conhecimento e o uso de metais nas Missões, RS-Brasil”, de Claudio Carle, na publicação *Arqueologia Histórica Missioneira* (KERN, 1998) é esclarecedor a esse respeito. Partindo de pontos de reflexão/discussão, o investigador concentra o seu estudo, tentando observar o processo de produção do metal, desde a busca pela matéria-prima até o uso do metal, querendo compreender como ele se degrada e depois se valoriza, quando encontrado (KERN, 1998).

Em 2002 foi assinado um Termo de Cooperação Internacional com o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH-Espanha). O principal objetivo deste acordo era realizar, no território compreendido pelos Sete Povos das Missões, um amplo estudo sobre a paisagem cultural regional.

Esse acordo prevê como um dos seus principais itens o “[...] estabelecimento de relações de cooperação de caráter científico, tecnológico, formativo e cultural, em relações com a documentação, a conservação, a formação e a difusão do patrimônio histórico” (INFORME, 2007, p. 2).

O projeto integra várias áreas da cultura como patrimônio imaterial, a estatutária missioneira e objetiva recuperar e valorizar o patrimônio arqueológico missioneiro. Diversos profissionais de ambos os institutos participam de oficinas e atividades de pesquisa.

O projeto principal é denominado Guia da Paisagem Cultural para a Gestão do Desenvolvimento do Território das Missões Jesuíticas no Brasil, um dos seus enfoques é a Arqueologia. Mais precisamente, sondagens arqueológicas e a aplicação de prospecções geofísicas (Figura 31), como forma de se compreender a ocupação territorial na redução.

Figura 31 - Sondagens geomagnéticas



Fonte: IPHAN-RS (2006).

A partir do estudo foi possível localizar com precisão estruturas vinculadas às habitações indígenas, próximas a área da praça; mais precisamente duas habitações atrás dos assentos atuais utilizados pelo público durante o espetáculo de Som e Luz.

Com os resultados do trabalho geofísico, no mês de abril de 2010, foram realizadas escavações⁷⁶. Durante o trabalho foram descobertas as extremidades de duas habitações indígenas. Fato interessante foi que o alinhamento das ruas das casas com a porta da igreja não era ortogonal como se supunha nas ilustrações históricas da malha urbana da Redução de São Miguel Arcanjo, havendo uma leve inclinação. Este dado contribuiu para uma reflexão sobre o processo de adaptação do planejamento urbano a uma realidade diferente. (Figura 32).

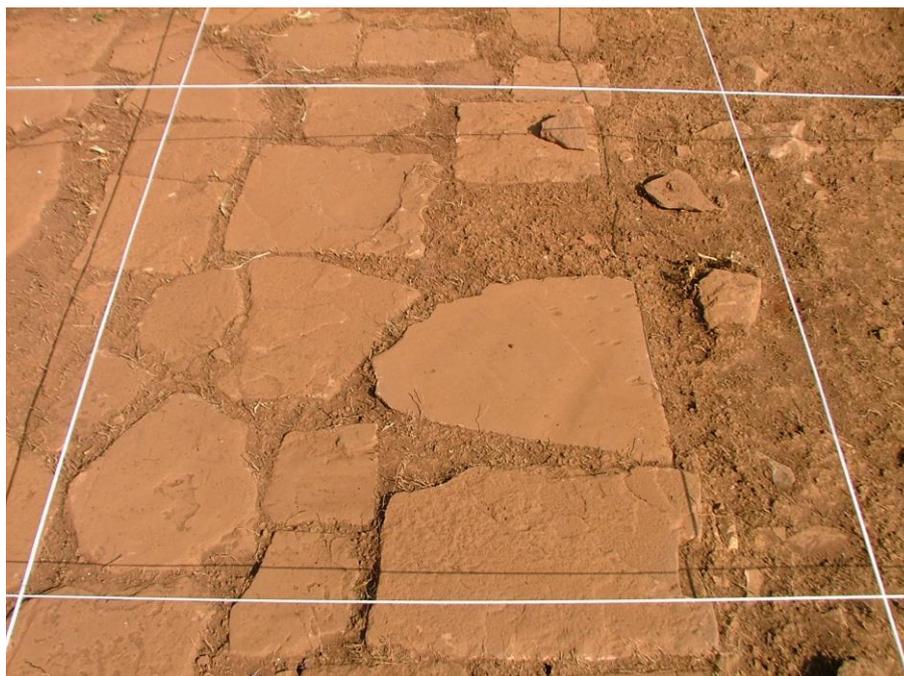
Figura 32 - Localização da escavação



Fonte: IPHAN-RS (2010).

⁷⁶ Fizeram parte da equipe: Mariana Neumann (Arqueóloga IPHAN-RS), Tobias Vilhena (Arqueólogo IPHAN-RS), Candice Ballester (Arquiteta IPHAN-RS) e Pilar Mondejar (Arqueóloga IAPH).

Figura 33 - Piso de casa de índio



Fonte: IPHAN-RS (2010).

Como atesta o Quadro 1 logo abaixo, a coleção arqueológica compunha-se majoritariamente por fragmentos de telhas (dos telhados e seus alpendres). Outros achados importantes foram pequenas divisórias (separando eventualmente espaços de moradias) e fogueira na parte interna das habitações.

Quadro 1 - Material arqueológico coletado nas escavações

Material arqueológico	Quantidade
Cerâmica	468
Lítico	25
Louça	65
Vidro	16
Metais	92
Total	666

Fonte: IPHAN/RS (2012).

Não foram coletados muitos objetos, pois em sua grande maioria já se encontravam gastos e danificados⁷⁷. Dentre os objetos podemos destacar a descoberta de moedas do século XIX, que permitiram deduzir uma contínua ocupação (ou visita) do local após o fim da redução (ver Figuras 34, 35, 36 e 37). Ambas as peças encontravam-se consideravelmente danificadas pela ferrugem e/ou deposição de pátinas. O local de origem da moeda de 1824 pode ser aferida pela letra B, ao lado do ano, que aponta a Casa da Moeda da Bahia.

Figura 34 - Frente de Moeda datada de 1824



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.47.

⁷⁷ Até pouco tempo era prática comum nos sítios arqueológicos missioneiros atividades de limpeza e poda sem a devida atenção ao patrimônio arqueológico enterrado, o que danificou e descontextualizou diversos artefatos.

Figura 35 - Verso da Moeda datada de 1824



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.47.

Figura 36 - Frente (cara) de Moeda datada de 1869



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.96.

Figura 37 - Verso (coroa) de Moeda datada de 1869



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.96.

Além das moedas foram coletados outros materiais metálicos, tais como 47 cravos e 5 fragmentos de facas. Assim como as moedas, estas peças encontravam-se em avançado estado de oxidação (Figuras 38, 39 e 40).

Figura 38 - Facas e cravo



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.2.

Figura 39 - Cravo



Fonte: IPHAN-RS (2012).

Figura 40 - Cravos e placa



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.106.

A cerâmica – embora frequentemente fragmentada- apresenta diferentes técnicas de confecção (roletada, torneada e modelada) e decoração (pintados, escovados, ungulados, vidrados, pinçados e brunidos). Existem diferentes partes

dos corpos (base, corpo, base, pé), um fragmento de grés e um fragmento de cachimbo cerâmico (Figuras 41, 42, 43 e 44).

Figura 41 - Fragmento de cachimbo



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.74.

Figura 42 - Cerâmicas Pintadas



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.34.

Figura 43 - Cerâmicas roletadas e torneadas



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.27.

Figura 44 - Decorações plásticas



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.34.

O material lítico (Figuras 45 e 46) possui registro de várias técnicas de trabalho (polimento, lascamento e picoteamento) e matérias-primas utilizadas (arenito, sílex,

quartzo, calcedônia, e basalto). Abrangiam artefatos desde o uso doméstico (facas, lascas e lascas térmicas) até o construtivo (fragmentos de base de colunas trabalhadas) e bélico (boleadeiras).

Figura 45 - Sílex trabalhado



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.65.

Figura 46 - Boleadeira



Fonte: IPHAN-RS, Catálogo 425.85.

Ao longo desta trajetória, a Arqueologia foi paulatinamente sendo incorporada no escopo dos programas de gestão dos sítios arqueológicos missioneiros. Como podemos ver especificamente no Anexo C⁷⁸, obras corriqueiras como salvamentos emergenciais e mesmo acompanhamento de obras de restauro tornaram-se mais comuns.

Esta postura ajudou a consolidar o conceito de trabalho integrado, isto é com a participação de profissionais das mais diversas áreas, lembrando a proposta inicial do projeto *Arqueologia Histórica Missioneira* e mesmo aquela de La Salvia, no início dos anos 1980, que tinham como propostas agregar colegas de diferentes profissões, especializados na preservação de bens culturais, nos quais o patrimônio arqueológico também se insere.

Esta posição conciliadora em Kern foi, várias vezes, reiterada; inclusive na sua defesa de uma atuação conjunta no processo de avaliação entre o registro documental, o arqueológico e o arquitetônico (1985, 1994, 1995 e outros trabalhos). Outras posições semelhantes, isto é, que propunham, por exemplo, a análise conjunta de fontes da história, antropologia e arqueologia, podem também ser encontradas em Ravn (1997) e Deetz (1988).

A tentativa em Kern (1998) era aperfeiçoar práticas de arqueologia de preservação e integrar as fontes de investigação necessárias (LIMA, 2002;). Ou como salienta Kern (1998, p. 14) “um trabalho de tal envergadura exige a participação de equipes interdisciplinares de pesquisadores, dentre os quais arqueólogos, historiadores e etnólogos”.

Além desses pesquisadores, em todos os momentos, diferentes profissionais como antropólogos, arquitetos, geógrafos, engenheiros florestais, museólogos e educadores, assim como uma dezena de arqueólogos, contribuíram para a discussão. Um movimento intencional de aproximações entre diferentes ciências, que buscavam reunir informações sobre o complexo patrimônio cultural local.

⁷⁸ Embora trate-se de uma análise mais específica de São Miguel das Missões, podemos notar que diversas vezes a arqueologia foi incluída em escavações pontuais.

Figura 47 - Sítio Arqueológico de São Lourenço-RS



Fonte: Eneida Serrano/IPHAN-RS, 2008.

Em pesquisa que tomou como fonte de informação teses e dissertações sobre arqueologia produzidas na UFPE, USP e PUCRS, José Alberione dos Reis destaca a ampla gama de diversidade temática produzida no meio acadêmico brasileiro e para a falta de clareza – intencional? - nos conceitos utilizados pelos pesquisadores (REIS, 2005).

No caso aqui analisado, desde a década de 80 do século passado, os temas múltiplos propostos no programa *Arqueologia Histórica Missioneira*, que tinham como objetivo conhecer um complexo contexto cultural, revelam uma interação forte com diversos campos das ciências humanas. Caminho metodológico que se complexificava quando o pesquisador teórica adotava técnicas de campo advindas da Escola Francesa ou mesmo inglesa (escavação por decapagem e/ou quadriculamento). Uma verdadeira mescla de teorias adaptadas a uma realidade latino-americana.

Em outros países o diálogo com outras áreas do conhecimento tem sido fundamental para o incremento das práticas de gestão. Recentemente, por exemplo, o Parque Histórico Nacional de New Bedford (*NPS*), nos Estados Unidos, desenvolveu um amplo estudo sobre a ocupação histórica da área sob sua responsabilidade (HEITERT; ELQUIST; GILLIS, 2012; SHA, 1993; SMITH; WATERTON, 2009).

Esta cidade teve seu auge econômico no século XIX, quando *quakers* financiaram embarcações que saíam de seu porto em busca de baleias. Deste animal extraíam forneciam espermacete (óleo de baleia), utilizadas no fabrico de velas, e diversas matérias-primas. Esta sua fama lhe rendeu a alcunha: “A cidade que ilumina o mundo” (SHA, 1993).

O projeto estadunidense incluiu uma ampla reunião de informações históricas contidas em arquivos, consulta aos relatórios de escavações e seus respectivos acervos, além de estudos geotécnicos. A partir destas informações foi possível elaborar uma carta de potencial arqueológico que auxiliará no planejamento urbano, propor recomendações para futuras pesquisas e orientações sobre a elegibilidade para o tombamento nacional de estruturas. Historiadores, geofísicos, arquitetos e Arqueólogos compunham a equipe (HEITERT; ELQUIST; GILLIS, 2012).

Apenas desta forma será possível combater noções monolíticas como aquelas que identificam alguns personagens como os pais fundadores de uma sociedade, ou que localizam em um determinado período o início de uma cidade. O exemplo típico deste enfoque é aquele que estabeleceu certa ‘Experiência Americana’ hipotética na criação do conceito de liberdade, ao mesmo tempo que desconsiderava as liberdades dos afro-americanos, classes trabalhadoras e cidadãos empobrecidos (LITTLE; SCHAKEL, 2014; CORBISHEY, 2011).

Ao desconstruirmos este enfoque para torná-lo mais democrático e inclusivo poderemos abrir as portas para novas vozes existentes na área. Discursos há muito suprimidos, podem assim colaborar na tradução da miríade de línguas faladas pelos mais diversos estudiosos, especialistas, cidadãos engajados e gestores Arqueólogos e outros profissionais do patrimônio podem contribuir para trazer estas vozes à tona (LITTLE; SCHAKEL, 2014; HOLTORF, 2005 e 2007).

De acordo com Kern (1998), o enfoque multidisciplinar vinculava-se diretamente ao novo paradigma que marcava as Ciências Sociais, na década de 90 do século passado e que apontava o diálogo multidisciplinar como uma das principais características para a construção do conhecimento (LIMA, 1993 e 2001; HOLTORF, 2005).

O pesquisador Tétart (2000) assim refletia sobre este novo enfoque destacando que o cruzamento efetivo entre os diferentes enfoques históricos (e as

ciências sociais) confirmaria a fecundidade das reflexões contemporâneas. Ambas não se excluem, mas sim se complementarizam. Segundo este historiador a palavra chave para esta forma de lidar com a pesquisa seria: cruzamento.

Trata-se de cruzamento conflituoso entre os diferentes campos do conhecimento, mas que, felizmente, já naquela época sentiam “[...] abalos, diluições e soluções de continuidade que apontam para trocas transdisciplinares e solidariedade de entrecruzamento teórico e metodológico” (REIS, 2005, p. 116).

‘Atitude’ esta que nos trabalhos executados nas Missões assumem um caráter de contínuo conflito entre diferentes áreas (Arqueologia X Arquitetura, História X Antropologia, etc.), mas que como destaca Reis “é um marcante assumir para com os comprometimentos teóricos, sociais e políticos nas construções do passado” (REIS, 2005, p. 123; PERSON; SHANKS, 2001, p. 8; LIMA, 1993 e 2001).

4 AÇÕES EDUCATIVAS E O ENGAJAMENTO POLÍTICO CULTURAL

Desde sua criação no ano de 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional demonstrava, em seus documentos internos, a importância da realização de ações educativas para promoção, proteção e preservação do patrimônio nacional.

No próprio anteprojeto para criação do SPHAN, Mário de Andrade já destacava a relevância do caráter estratégico das imagens e dos museus. Neste documento ainda era sugerida a criação de uma Seção de Museus que se encarregaria em organizar museus nacionais pertencentes ao SPHAN, além de promover exposições em nível regional e federal e articular-se com instituições regionais (IPHAN, 2014).

Estas iniciativas voltadas para os museus duraram toda a 'fase heróica' (1937-1967), se concentrando, sobretudo,

na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão (IPHAN, 2014, p. 6).

O próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade, chegou a apontar que:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, inculcá-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Mas é a partir de meados da década de 1970 é que a questão foi abordada de modo mais incisivo, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a iniciativa de Aloísio Magalhães. A proposta deste Centro girava em torno da discussão sobre os sentidos da preservação, convergindo para a ampliação da concepção de patrimônio. Neste sentido, buscava

abranjer questões como a necessidade de promover modelos de desenvolvimento econômico autônomos, a valorização da diversidade regional e os riscos da homogeneização e perda da identidade cultural da nação (IPHAN, 2014, p. 7).

O CNRC tinha como um dos seus principais objetivos impedir o esmagamento dos valores da formação cultural brasileira, haja visto o acelerado processo de desenvolvimento econômico e à expansão dos meios de comunicação de massa à época. Propunha, entre outras coisas, a formulação de um sistema de coleta, processamento e divulgação de informações, com o intuito de fortalecer o planejamento e a execução de ações e na consolidação de um sistema de referência básico, e de abrangência nacional, de informações sobre a cultura brasileira (IPHAN, 2014).

Este novo enfoque considerava os sujeitos envolvidos na dinâmica da produção, da circulação e do consumo de bens culturais. Sendo estes sujeitos legítimos detentores do 'saber-fazer' e agentes ativos do destino de sua própria cultura (IPHAN, 2014; OLIVEIRA, 2011).

Mesmo não sendo um projeto voltado diretamente para a educação, as diretrizes teóricas e conceituais defendidas e os métodos empregados pelo CNRC contribuíram para o estabelecimento de novos parâmetros, que agiriam, desde este momento, em uma interlocução mais abrangente entre diversos processos educacionais e a preservação patrimonial.

Como exemplo deste processo de construção de política de gestão na área surge, em 1981, o *Projeto Interação*. Dentre seus objetivos, propunha-se desenvolver:

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local (BRANDÃO, 1996, p. 293).

Este projeto buscava o fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse. Para tanto, colocava como referência a dinâmica cultural, a pluralidade e a diversidade cultural brasileira. Observava ainda o

binômio cultura-educação como indissociável, relacionando a Educação Básica com os diferentes contextos culturais e o cotidiano dos alunos. Professores e membros da comunidade deveriam participar ativamente de todos os níveis do processo educacional.

Este desenvolvimento de ações sociais efetivas e transformadoras, muito próximas à área de Educação, também era visível na Arqueologia. Principalmente a partir da década de 1970, quando influenciado por teorias pós-processualistas e marxistas surge uma nova visão sobre os papéis da ciência arqueológica, criando-se o conceito de Arqueologia Pública. (FUNARI, ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006; HOLTORF, 2005; SOARES, 2005).

Arqueólogos passam a refletir sobre as funções sociais da Arqueologia e como deveriam ser estabelecidas as relações entre os acadêmicos, o processo investigativo e a sociedade como um todo. O livro *Public Archaeology* (1972), do pesquisador norte-americano Charles Robert McGimsey, professor de Antropologia da Universidade da Lousiana, é considerada hoje a publicação que inicia este novo campo da Arqueologia (MERRIMAN, 2004).

Na Inglaterra, o enfoque voltado para a comunidade durante projetos de arqueologia e patrimônio foram significativamente raros antes dos anos 1970. Embora voluntários e amadores tivessem uma participação ativa em associações de preservação, foi apenas com as ações para preservação de projetos como o *RESCUE: The British Archaeological Trust* (1971), *SAVE Britain's Heritage* (1975) e *The Interpretation of Britain's Heritage* (1975), que tem início a defesa mais ativa de um engajamento com a arqueologia e o patrimônio (WATERTON; SMITH, 2009).

Estes trabalhos e mais aquele de Charles Robert McGimsey e Cressey, colocaram a 'comunidade' no centro dos trabalhos de pesquisadores americanos, ingleses e mesmo australianos (CRESSEY; REEDER; BRYSON, 2003; WATERTON; SMITH, 2009).

Nesta época, uma nova noção de patrimônio começava a ser naturalizada, modelando e sustentando os parâmetros de um debate que abarcava a participação mais efetiva da comunidade e do público e afirmando a importância do patrimônio para as futuras gerações. Esta mudança foi cristalizada quando da elaboração da nova legislação do patrimônio inglês, como deixam claro o *Ancient Monuments and*

Archaeological Areas Act, de 1979, e o *National Heritage Act*, de 1983, e o *Planning Act*, de 1990 (WATERTON; SMITH, 2009).

No Brasil, é principalmente com a abertura democrática nos anos 80, que a Arqueologia Pública, ganha espaço para se desenvolver. Além da elaboração de legislações estaduais de proteção dos sítios, monumentos e coleções arqueológicas, o fim da censura e tortura oportunizou a construção de espaços de comunicação entre os pesquisadores, suas práticas arqueológicas e um contato mais eficaz com sociedade (BASTOS; FUNARI, 2008).

Arqueólogos inseridos em Universidades, junto com arqueólogos de empresas privadas (responsáveis por acompanhar obras de construção civil), passaram a discutir frequentemente sobre o tema. Trabalhos foram elaborados envolvendo, pela primeira vez, comunidades e os vestígios materiais escavados⁷⁹. Neste contexto de mudança na relação entre Arqueologia e comunidade, foram desenvolvidos os primeiros trabalhos nas Missões.

4.1 AÇÕES EDUCATIVAS E ARQUEOLOGIA NAS MISSÕES

Ao mesmo tempo em que se iniciavam as intervenções arqueológicas continuadas nas missões, com o projeto *Arqueologia Histórica Missioneira*, um novo enfoque voltado para a extroversão do conhecimento passou a ser valorizado nas práticas cotidianas de preservação, durante a década de 90 do século passado (Figura 48).

Já em 1987, o projeto *Missões 300 anos* desenvolveu ações integradas de valorização dos sítios arqueológicos, por meio de um Encontro de Educadores. Foi avaliado o potencial do tema e o estabelecimento das diretrizes para sua ação, com projetos que passaram a ser executados posteriormente. A partir desse evento,

⁷⁹ Importante destacar que a partir destes primeiros trabalhos voltados para um diálogo maior com o público surgiram publicações e instituições brasileiras voltadas especificamente para a Arqueologia Pública como, por exemplo, a *Revista de Arqueologia Pública*, em 2006, e o Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, ambos da UNICAMP.

outras ações de educação patrimonial se iniciaram na região⁸⁰ (CUSTODIO *in* BARRETO, 2008).

Foi, contudo, com durante o projeto *Arqueologia Histórica Missioneira* que houve, definitivamente, a inclusão da educação como um tópico importante da pesquisa, mediante a integração de profissionais e universitários em atividades do tipo sítio-escola.

Figura 48 - Visita guiada durante o Programa Arqueologia Histórica Missioneira



Fonte: IPHAN-RS, entre 1985-1990.

Diversos alunos de graduação e pós-graduação participavam das atividades de campo e laboratório e, em um segundo momento, o próprio Sítio-Escola Internacional (SEI), criado em maio de 1992, permitiu a realização da pesquisa de campo e de discussão teórica. As atividades de ensino e pesquisa em Arqueologia do SEI foram coordenadas pela área de concentração em Arqueologia do Curso de Pós-Graduação em História da PUCRS e pelo Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA).

A formação de recursos humanos oportunizou pela primeira vez na região platina a transmissão simultânea dos conhecimentos obtidos na própria pesquisa. Uma nova geração de arqueólogos surgia através de uma experiência vivida.

⁸⁰ Várias ações anteriores ajudaram a consolidar a prática de educação para o patrimônio, executada nas Missões, como, por exemplo, a construção do Museu das Missões o Espetáculo de Som Luz e as descobertas arqueológicas em São Lourenço Mártir.

Estágios contribuíram para a formação de arquitetos, historiadores, urbanistas e especialistas em Arte do período colonial, assim como Etnologia Histórica das comunidades indígenas coloniais encontradas na região.

A própria Convenção da UNESCO, relacionada à proteção do patrimônio cultural da Humanidade, estabelecia como um dos seus vetores a criação de centros regionais de treinamento e formação voltados para a produção científica e salvaguarda do patrimônio. Fenômeno que se expandiu com os contatos frequentes com profissionais brasileiros, platinos (uruguaios, argentinos e paraguaios) e europeus.

Outros objetivos do SEI incluíam a maior integração dos sítios históricos sul-rio-grandenses, através de atividades de recuperação e consolidação dos bens de cultura material; (b) colaboração crescente entre os pesquisadores locais e de países vizinhos e europeus; (c) ser um elo com a comunidade regional platina (KERN, 1994).

Foram montadas ainda exposições didáticas nos sítios, assim como foram produzidos materiais de extroversão como vídeos, exposições fotográficas e cartilhas didáticas (*Missões: uma história de 300 anos* e *Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul*) (CUSTODIO *apud* BARRETO, 2008). Surgiram ainda textos científicos, monografias de graduação, dissertações de pós-graduação além de relatórios para as agências de financiamento (Figura 49). Ao mesmo tempo um banco de dados reuniu todas as informações bibliográficas, textos históricos, mapas de época, documentação gráfica e documentação fotográfica.

Figura 49 - Capa do Livro Os Primeiros Habitantes do Rio Grande do Sul



Fonte: IPHAN (2001).

Abriram-se também portas para diversos especialistas nas áreas de História, Arquitetura, Antropologia e Arqueologia. Esta atuação multidisciplinar permitiu a ampliação da discussão sobre a complexa realidade histórica da Região do Rio da Prata.

O modo de trabalho ajudava na formação intelectual de alunos que estudavam o passado regional e que tratou de incentivar a entradas de estudantes no campo da Ciência e Tecnologia. Pesquisadores estrangeiros foram convidados a participar, proferindo palestras ou contribuindo no debate sobre as problemáticas científicas que surgiam durante as escavações.

Todas estas ações refletiam uma grande preocupação profissional em oportunizar o reconhecimento do patrimônio arqueológico e sua identificação pela sociedade local. Este interesse fica claro quando Arno Kern afirma:

No futuro, se forem transformados os sítios em museus ao ar livre, se forem instalados museus de sítios com a documentação material exposta, estas evidências levarão a comunidade local a participar ainda mais ativamente de sua salvaguarda. Neste momento, estes importantes testemunhos históricos têm seus espaços repensados para um uso adequado (KERN, 1998, p. 62).

Neste contexto, uma proposta do Professor Arno Kern, foi a criação de um Centro de Documentação e pesquisa, destinado a ampliar os acervos arqueológicos e artísticos missioneiros, ter espaço para atividades de formação e apoio ao turismo. O programa foi desenvolvido pelo Arquiteto Maturino Luz, que à época trabalhava nas Missões, e posteriormente projeto foi desenvolvido pelos arquitetos Luiz Antônio Bolcato Custódio (IPHAN/RS), Ceres Storchi e Nico Rocha⁸¹.

Os resultados das pesquisas arqueológicas deixavam, então, de ficar restritos aos cientistas interessados no desenvolvimento da práxis de campo e laboratório, mas passavam a gerar outros produtos importantes para a socialização do conhecimento.

⁸¹ Este projeto posteriormente foi rechaçado por prever instalação das estruturas muito próxima às ruínas, fora da área cercada, mas defronte à igreja. Internamente o debate sobre este projeto foi retomado neste ano de 2014.

A partir da experiência do SEI, várias outras ações de extroversão surgiram e puderam trilhar o mesmo caminho. A ação de Educação Patrimonial dentro do Programa Integrado de Valorização (PIV), realizado entre 1994 e 1998 é um bom exemplo disso.

Após a imersão em um tema específico, universitários de diferentes áreas desenvolviam atividades práticas simultâneas em campo. A rede escolar participou por meio de visitas guiadas. Concomitantemente, o profissional responsável, Luiz Claudio da Silva, formado em engenharia ambiental desenvolveu projetos como o da Revitalização da Quinta das Ruínas de São Miguel Arcanjo e pôs em prática uma trilha de Interpretação Eco-cultural da Missão de São João Batista (CUSTODIO *apud* BARRETO, 2008).

Também ocorreram experiências de simulação de campo arqueológico. Esta atividade contou com a participação de escolares do Ensino Fundamental, sob a coordenação do arqueólogo José Otávio Catafesto de Souza – profissional formado no projeto *Arqueologia Histórica Missioneira* - e do chefe do Escritório Técnico do IPHAN nas Missões, Arquiteto Vladimir Stello, durante a escavação de São João Batista (Figuras 50, 51 e 52).

Figura 50 - Simulação de atividade de campo em São João Batista



Fonte: IPHAN (1990).

Figura 51 - Simulação de atividade de campo em São João Batista



Fonte: IPHAN (1990).

Após escavarem pedaços de louça em um pequeno tanque de areia, localizado em uma área delimitada, os alunos reconstruíram toda a peça. Vários procedimentos técnicos, praticados pelo pesquisador arqueólogo, eram postos em prática: coleta, limpeza, identificação e recomposição de vestígios arqueológicos. Ao final, os alunos percebiam que faltava um pedaço, de forma que o material ficava incompleto. O entendimento de que as partes eram importantes para entender o todo ficava, assim, evidente: espaço aberto para se discutir a perda de informações, com a coleta de material por um não arqueólogo ou o comércio ilegal de material arqueológico.

Figura 52 - Escolares simulam reconstrução de material arqueológico



Fonte: IPHAN (1990).

Figura 53 - Sítio-escola em São Miguel das Missões



Fonte: IPHAN (1990).

Com este evento a arqueologia é introduzida no meio educacional missioneiro, contribuindo com a dessacralização dos referenciais temporais, ao colocar, por meio de uma experiência prática, a vivência de conteúdos históricos. Desse modo, colaborou para o encurtamento da distância até então existente entre a população e os bens culturais (PARDI, 2002).

Figura 54 - Ação educativa São Miguel das Missões

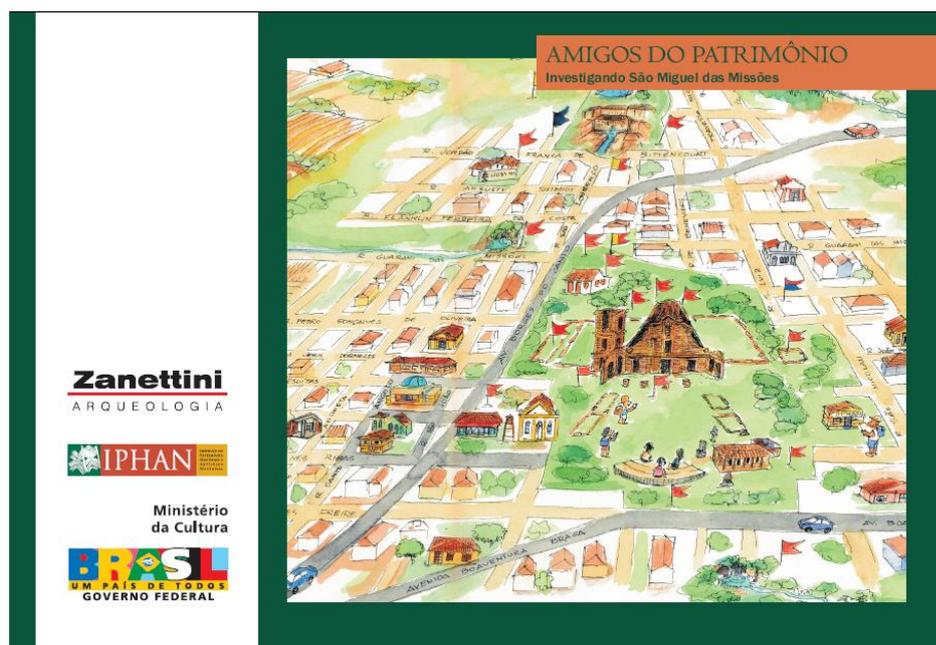


Fonte: IPHAN-RS (1990). (Foto: Ana Meira).

Por sua vez na área da Fonte Missioneira, entre os anos de 2009-2010 foram desenvolvidas diversas ações educativas simultâneas aos trabalhos de prospecção arqueológica. Dentre estes temos a publicação de cartilha “Amigos do Patrimônio. Investigando São Miguel das Missões” que trazia informações de fácil compreensão sobre os trabalhos de arqueologia que ocorreram no município ao longo dos anos. Também foi elaborado um encarte com dados pontuais de outras referências patrimoniais do município, além daquela reconhecida e prestigiada “pelos profissionais do patrimônio” (Figura 55 e 56).

Para tanto elementos arquitetônicos referenciais para a comunidade como igreja, hospital, restaurante, CTN⁸² e mercearias ganham destaque. A partir de suas representações – produzida por ilustrador profissional – os alunos conseguiam relacionar as ruínas com outros elementos significativos de sua vida em comunidade. Isto é, o patrimônio arqueológico deixava de ser apenas uma peça na paisagem, ganhando espaço e significado na vida dos moradores locais (ver Figuras 51 e 52 abaixo).

Figura 55 - Encarte do Projeto Fonte Missioneira



Fonte: IPHAN-RS/Zanettini Arqueologia (2010).

⁸² Centro de Tradição Nativa (CTN) ou Centro de Tradição Gaúcha (CTG) são sociedades civis sem fins lucrativos que têm como principais objetivos divulgar e promover o folclore e as tradições da cultura gaúcha. Frequentemente nestes locais ocorrem a celebração da cultura gaúcha por meio de eventos que valorizam a dança e churrasco.

Figura 56 - Cartilha do Projeto Fonte Missioneira



Fonte: IPHAN-RS/Zanettini Arqueologia (2010).

As outras ações daquele projeto envolveram cerca de 600 pessoas – crianças, jovens, terceira idade, guias⁸³. O foco principal das atividades foi apresentar à população do município os resultados dos trabalhos desenvolvidos, assim como estabelecer uma relação sobre o aproveitamento dos recursos hídricos no período missioneiro e nos dias de hoje (Figura 57).

Figura 57 - Ação Educativa na Fonte Missioneira



Fonte: Zanettini Arqueologia (2010).

⁸³ As oficinas foram realizadas pela empresa Zanettini Arqueologia, responsável pela escavação da área da fonte.

Figura 58 - Palestra realizada com funcionários do IPHAN



Fonte: Zanetinni Arqueologia (2010).

Figura 59 - Palestra realizada com funcionários do IPHAN



Fonte: Zanetinni Arqueologia (2010).

Servidores do IPHAN e do município também foram alvo das ações educativas. Palestras foram especialmente elaboradas para este público de forma a explicar os motivos das escavações na área da Fonte Missioneira e comunicar os resultados obtidos. Tal iniciativa se deve ao fato que muitos destes profissionais – jardineiros, seguranças, bilheteiros, etc. – são o primeiro elo de contato entre o turista e as ruínas (Figuras 58 e 59).

Em um contexto mais amplo, é possível afirmar que todas as práticas de ação educativa, desenvolvidas até hoje nas Missões, relacionam-se à perspectiva ampla de desenvolvimento de uma ‘Pedagogia Museológica’ em nossa sociedade (BRUNO, 2007).

Mais precisamente, o conceito de Pedagogia Museológica, tratado nesta pesquisa leva em conta as diferentes maneiras como essa concepção foi recebida e percebida pelas sociedades, ao longo da história. O conceito de pedagogia não é observado como aquele campo consolidado, cujo objetivo é a reflexão, ordenação, sistematização e crítica do processo educativo. Também não é considerado e nem tratada a Museologia como área do conhecimento voltada ao cuidado e ao uso do patrimônio cultural. Na realidade, o conceito é observado a partir de suas marcas recuperadas de uma trajetória longa, através da História (BRUNO, 1997; BRUNO 2006).

Observando esta ação como inerente às sociedades humanas a autora ainda dialoga com Pomian (1984) quando afirma:

De um lado estão as coisas, os objetos úteis, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. (...) De um outro lado estão os semióforos, objetos que não tem utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado, não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura (POMIAN, 1984, p. 71).

Desta forma, podemos compreender a Pedagogia Museológica como uma verdadeira Pedagogia da Memória, onde os objetos semióforos participariam no intercâmbio que une o mundo visível e também o invisível (POMIAN, 1985, p. 51-86). Ao mesmo tempo, de acordo com Bruno, no mundo contemporâneo essa visão tem sido trabalhada pela disciplina Museológica:

Trata-se de uma pedagogia direcionada para a educação da memória a partir das referências patrimoniais que, por um lado, busca amparar do ponto de vista técnico os procedimentos museológicos e, por outro, procura ampliar as perspectivas de acessibilidade e problematizar as noções de pertencimento. É, portanto, um caminho permeado por experimentações, mas, especialmente, por análises críticas sobre a função social dos museus na atualidade (BRUNO *in* MILDER, 2006, p. 122).

A perspectiva apresentada aqui procura deixar claro que as várias ações educativas, desenvolvidas nas Missões – principalmente a partir do projeto *Arqueologia Histórica Missioneira* - representam momentos esporádicos em que práticas de educação se voltaram para o patrimônio.

Esta afirmação faz-se necessária, tendo em vista que o conceito Educação Patrimonial, largamente aplicado em nosso país, tem sido apontado como ação fundadora das atividades de educação e patrimônio. Como foi possível observar, no entanto, a prática das atividades de extroversão e divulgação científica elaboradas durante a execução do projeto *Arqueologia Histórica Missioneira*, ajudaram a consolidar outro olhar para a comunicação do patrimônio arqueológico.

A partir daquele projeto outros eventos cotidianos como visita de escolas e cerimônias religiosas passaram a ser acompanhadas pelos técnicos da casa (ver figura abaixo). Os limites para uma atuação mais efetiva e tecnicamente rigorosa encontravam seu limite no escasso corpo técnico do IPHAN nas Missões⁸⁴.

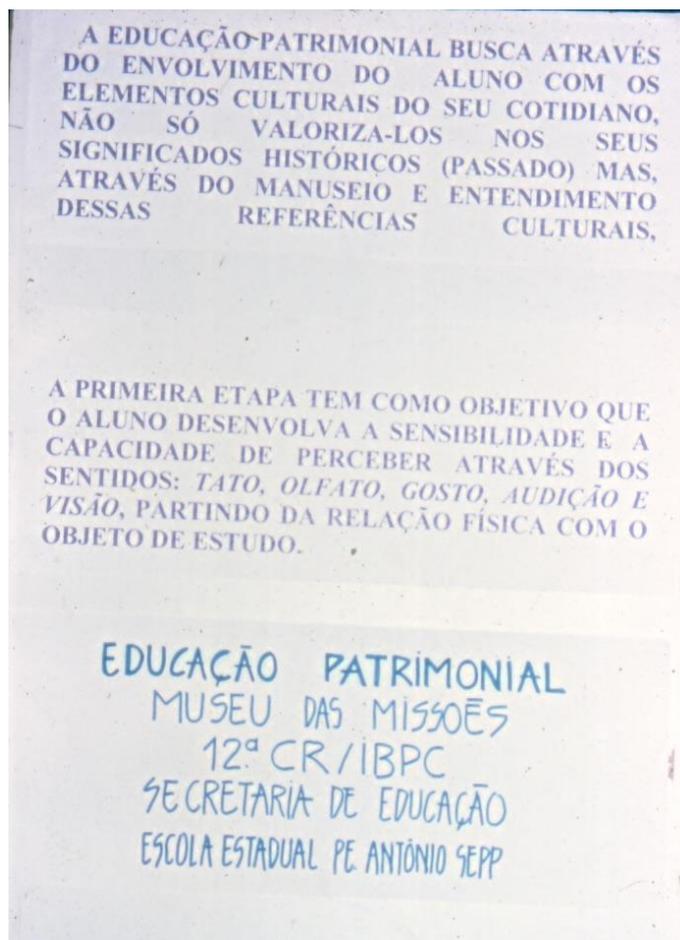
Podemos dizer que a Educação Patrimonial, como metodologia de trabalho foi, na realidade, construída a partir do conceito inglês de *Heritage Education*⁸⁵, introduzida em nosso país, em 1983, a partir de ações desenvolvidas por Maria de Lourdes Parreiras Horta.

Isto ocorreu poucos anos antes da efetivação do Programa *Arqueologia Histórica Missioneira* e influenciou de forma significativa as práticas adotadas pelo IPHAN na região durante toda a década de 1990 como podemos ver na explicação institucional abaixo.

⁸⁴ No início do projeto o IPHAN contava com dois técnicos arquitetos concursados em seu Escritório Técnico em São Miguel das Missões. Atualmente existe apenas um técnico não concursado.

⁸⁵ O conceito desenvolvido na Inglaterra e que foi desenvolvido no Brasil, abarcava uma noção de patrimônio que partia de objetos tais como utensílios e vestígios materiais. Estes permitiriam conhecermos como as pessoas se socializavam e viviam em diferentes tempos.

Figura 60 - Cartaz do IBC sobre Educação Patrimonial



Fonte: Acervo: IPHAN-RS (1990[?]).

Figura 61 - Ação educativa São Miguel das Missões



Fonte: IPHAN-RS (1990). (Foto: Ana Meira).

Cabe destacar que, além das diversas iniciativas de ações educativas nas Missões no campo da arqueologia, outras áreas também foram contempladas (Figura 59). Por exemplo, a sinalização interna dos sítios passou a ser implantada com o objetivo de contextualizar as estruturas arquitetônicas e evidenciar o patrimônio ecológico existente.

Mais recentemente, estruturas de passarelas ajudam a preservar os remanescentes – evitando a proximidade do público de estruturas frágeis – e, ao longo do percurso, servem de orientação aos visitantes (Figura 62).

Figura 62 - Passarela no Sítio Arqueológico de São Nicolau, RS



Fonte: Arquivo Candice Ballester (2009).

As atividades desenvolvidas nas Missões não estão desarticuladas de seu contexto histórico, pois várias outras ocorreram anteriormente em nosso país. No campo das ações educativas centradas no patrimônio arqueológico, tem-se, por exemplo, diversas ações desenvolvidas pelo arqueólogo Paulo Duarte⁸⁶, ainda na década de 1960, quando o Instituto de Pré-História (IPH) já mantinha uma exposição

⁸⁶ Paulo Alfeu Junqueira Duarte, nascido em 1899 e falecido em 1984, foi arqueólogo e professor de pré-história na Universidade de São Paulo (USP). Foi fundador do Instituto de Pré-História da USP em 1959, continuando sua trajetória acadêmica até ser perseguido na época da ditadura militar com o AI-5, sendo obrigado a deixar a USP.

de Arqueologia, além das inúmeras palestras proferidas pelo por aquele pesquisador. (BRUNO, 1998; BRUNO *in* MILDER, 2006).

Aquele Instituto divulgou suas ações neste campo como em um artigo lançado em 1982 com o título de “Arqueologia e Museologia: experiências de um trabalho integrado. Pesquisas e exposições do Instituto de Pré-História da USP”, elaborado pelas pesquisadoras arqueólogas Solange Caldarelli e Cristina Bruno.

4.2 MÉRTOLA VILA MUSEU

Tal como nas Missões brasileiras em Portugal surgiram esforços destinados a fazer da cultura e do patrimônio um vetor primordial para o desenvolvimento local. Contudo, um exemplo extraído daquele país permite perceber que este esforço não se restringiu às ações educativas, tendo alargado seu campo de atuação para o desenvolvimento econômico e social.

Este é o caso do Projeto Mértola Vila Museu⁸⁷. Com o fim do regime Salazarista, várias prefeituras portuguesas incentivaram projetos que seriam irrealizáveis anteriormente. Logo, na pequena aldeia de Mértola, entre os anos 1978 e 1980, foram desenvolvidas escavações com a participação de jovens da própria comunidade⁸⁸.

A partir de 1980 foi criada a Associação para a Defesa do Patrimônio de Mértola (ADPM) que tinha como principais objetivos inventariar, estudar, defender e valorizar⁸⁹ o patrimônio local. Com o enfoque amplo, desde o início a multidisciplinaridade foi uma das ações posta em prática. A participação de etnógrafos, arquitetos e biólogos foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto. Experiências inovadoras no âmbito do teatro e da animação foram bem recebidas pela comunidade.

O desafio principal deste projeto era inicialmente conseguir sustentar esta forma de trabalho diante de uma região relativamente extensa (1280 km²) e que

⁸⁷ O projeto recebeu outros nomes ao longo dos últimos 30 anos: Projeto Mértola e Projeto Integrado de Mértola.

⁸⁸ O projeto teve início com o convite do prefeito Serrão Martins ao seu antigo mestre da Faculdade de Letras de Lisboa, Claudio Torres, para realizar escavações arqueológicas naquele povoado.

⁸⁹ Termo que busca fugir da tradução direta do francês de “mise en valeur” (colocar em valor).

enfrenta um contínuo processo de migração da população que busca melhores oportunidades de emprego em outras cidades.

Os menos de 10000 habitantes estão distribuídos por toda a área, permanecendo apenas 14% na sua sede. Esta pulverização faz com que haja gastos consideráveis na infraestrutura e serviços⁹⁰.

Já na década de 1990 o objetivo era consolidar o projeto. Para tanto, vários núcleos museográficos foram espalhados por toda a vila e a atuação não ficou restrita ao núcleo urbano.

Outro aspecto importante desenvolvido pela equipe de Mértola foi o da formação. Cursos de formação profissional, pós-graduação e técnicos começaram a ser oferecidos. Com relação ao último foi criado um Instituto de formação profissional especializado em vários campos de intervenção no patrimônio e turismo. Deste curso saíram vários pesquisadores que hoje atuam na equipe de Mértola (MARTÍNEZ, 2004).

Interessante notar que este projeto é contemporâneo àquele desenvolvido nas Missões. Ambos começaram a ser executados no fim dos anos 1970 e buscaram consolidar desde essa época uma atuação constante na região. A diferença fundamental, no entanto, é que aquele de Mértola consolidou-se definitivamente na aldeia (MACIAS; TORRES, 2001; TORRES, 2009; PALMA, 2012).

Em Mértola os momentos de convivência intensa e esforços conjuntos permitiram construir as bases programáticas e políticas de um projeto local sustentável e continuado. Cursos técnicos de arqueologia e empregos em museus dirigidos para a comunidade permitiram uma grande ligação da comunidade com seu patrimônio.

Suas dificuldades atuais estão vinculadas às mudanças político-econômicas em curso no país e em toda a Europa. Desde o início da crise econômica em 2010, o corte de gastos tem diminuído consideravelmente o financiamento para pesquisadores atuarem na região. Se em um primeiro momento foi possível fixar parte da população jovem, hoje a cidade envelhece. Muitos saem em busca de emprego em outros países.

⁹⁰ Ver entrevista no Anexo com Cláudio Torres, como deixa claro o pesquisador de Mértola Cláudio Torres.

A crise econômica também levou à mudança política regional. O Partido Comunista (PC), a longo tempo no poder, perdeu as eleições, assumindo a Câmara Municipal o Partido Socialista (PS). Um novo arranjo político e institucional se faz necessário.

5 PAUSA PARA O DIÁLOGO

Ao longo dos últimos 30 anos, vários foram os trabalhos de Arqueologia levados a cabo nos sítios missioneiros. Estes projetos centraram-se, majoritariamente, em atividades de cunho preservacionista, vinculadas às áreas de Arquitetura e restauro.

Em vários momentos, buscaram-se recuperar parte das estruturas remanescentes, como a fachada da igreja de São Miguel Arcanjo, ou ainda as paredes da casa dos padres, do sítio arqueológico de São João Batista. A presença de arqueólogos naquele contexto foi, muitas vezes, voluntária; outras, temporária; e na maior parte do tempo com o objetivo de recuperar estruturas edificadas.

Neste contexto os diversos trabalhos de campo de Arqueologia reuniram um grande número de profissionais, compostos por professores e alunos de diversas faculdades do Rio Grande do Sul (PUC/RS, UFRGS, IAP/UNISINOS) e que iam fazendo intervenções nos diversos sítios arqueológicos missioneiros, a fim de poder conhecer de forma mais profunda a história das reduções.

O material encontrado era recolhido; os dados eram levados até os laboratórios e reservas técnicas, para serem tratados e postos em uma estante, onde permaneciam sem nunca mais serem vistos pelo grande público. Foco de trabalho de um ou outro pesquisador interessado no tema.

A pendulação sazonal de interesse na área, a falta de projetos continuados e a visão da Arqueologia como ciência auxiliar do restauro, possibilitou, até este momento, por exemplo, apenas dois grandes projetos de pesquisa de maior fôlego e que envolveram profissionais e a comunidade de forma simultânea. O próprio órgão responsável, como vimos, carece de corpo técnico (arqueólogos principalmente) fixo nos sítios missioneiros.

Os mesmos fatores que dificultaram a formação de um programa de preservação e científico somados ao movimento cíclico de gente com outros costumes e cultura que, de uma forma geral, não demonstram grande interesse em satisfazer a curiosidade das pessoas da terra, criaram localmente, certa

estranheza, quando não uma quase completa indiferença e repúdio ao pesquisador arqueólogo.

Esse problema não é muito diferente daquele enfrentado em outras partes do mundo com eloquente patrimônio arqueológico– como México e Itália-, onde ainda hoje ocorre certa dificuldade em conciliar o conhecimento e a divulgação na agenda de pesquisa, com a participação da comunidade de fora da Arqueologia (McDAVID, 2004 *in* SHACKEL, 2004; CHAMBERS, 2004).

Em Serra Leoa, por exemplo, após a guerra civil que dilacerou o país, o desafio é conseguir desenvolver programas que atraiam tanto o público estrangeiro como interno. O Comissariado para Relíquias e Monumentos nacional tem proclamado como patrimônio nacional diversos monumentos. A maior parte deles, no entanto, está relacionada com o período da escravidão (que permite associação com a história europeia), restringindo a proteção ao patrimônio cultural ‘indígena’ a uma parcela mínima. Esta falta de interesse sobre o patrimônio interno em Serra Leoa, não pode ser percebida nos museus europeus e norte-americanos, onde existem inúmeros artefatos deste país (BASU, 2008).

A própria história indígena não foi incorporada ainda na História nacional daquele país. Suas histórias sobrevivem hoje em ‘*mieux de mémoire*’ ainda não usurpados pelos ‘*lieux de mémoire*’ nacionalizantes (BASU, 2008; NORA, 1989).

Cada vez mais a Arqueologia preocupa-se com os aspectos sociais e públicos de sua atuação, tentando aprimorar os modos de se relacionar com a sociedade. Ciência que tem como um dos objetivos a compreensão da cultura material associada ao ser humano, a Arqueologia assume um papel interpretativo de sociedades antigas.

Materializados nesta ciência, estão vários aspectos que permitem recuperar informações sobre estas sociedades, como o seu modo de produzir, agir e se relacionar. Ou seja, esta ciência tenta se aproximar do “[...] mundo material usado e transformado pelos homens” (FUNARI, 1992 *in* ORSER, 1992, p. 7).

Defendendo a vertente de uma Arqueologia Pública Democrática, Holtorf (2007) sustenta que existe um pressuposto desse modelo, que é a valorização igualitária do conhecimento. Sua linha argumentativa assemelha-se muito à do

educador brasileiro Paulo Freire (1980), que propõe, entre outras coisas, que todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos. Ao mesmo tempo esses saberes podem variar de acordo com a trajetória de vida de cada um dos indivíduos, possuindo, no entanto, igual importância (FREIRE *apud* CARVALHO, 2009).

Como existe uma igualdade no valor das pessoas e de seus conhecimentos, todos podem ser estimulados a se relacionar com a Arqueologia. Não porque ela é detentora da verdade, ou está relacionada às aventuras Hollywoodianas, mas porque esse campo de pesquisa pode ser um fascinante instrumento para a leitura crítica do mundo que nos cerca; composto pela cultura material (CARVALHO, 2009, [sp.]).

Sob este aspecto, como é possível constatar a partir do estudo sobre o processo de elaboração e execução do Projeto Arqueológico da Fonte Missioneira, em 2007, um dos pontos-chave da aproximação da comunidade com a Arqueologia foi o cuidado com que se deve tratar pontos relacionados à memória coletiva da cidade.

Durante o tempo de desenvolvimento deste projeto, foi realizada uma escavação de ampla extensão, em um terreno com vários remanescentes arqueológicos (fonte d'água, canalização e tanque), com o objetivo de recuperar informações acerca do abastecimento hídrico da redução de São Miguel Arcanjo. Desde o início, houve desconfiança da população quanto à validade de uma pesquisa, em um local tido como suficientemente conhecido, através de informações (orais) dos moradores mais antigos. A conclusão sobre a sua o colocava como o lago dos antigos jesuítas.

Esta explicação serviu como fundamento para que, em décadas anteriores, inúmeros projetos políticos propusessem readequar aquele espaço para sua antiga função. Esse fato é visível hoje quando vemos acúmulo de terra, em certos pontos, em função do uso de retro escavadeiras. Corresponde às tentativas anteriores e mal sucedidas de abrir 'o antigo lago'.

Para a efetivação do projeto arqueológico da Fonte, foi necessário o estabelecimento de um canal de interlocução entre o órgão responsável pela gestão do patrimônio arqueológico e a Prefeitura Municipal. A arqueologia teve que ser apresentada, não como um policial da verdade sobre a história daquela região, mas como um instrumento capaz de se aproximar desse passado.

No campo da Arqueologia, é possível perceber que os seus profissionais, cada vez mais, observam que as comunidades têm uma noção de pertencimento de seu próprio passado e querem participar dos processos de tomada de decisões. Desta forma, essas comunidades têm a sua própria ideia de valorização patrimonial.

A mudança de perspectiva na Arqueologia tem início nos anos setenta do século passado, assim como a visão das muitas histórias que podem existir em um mesmo lugar. Especificamente segundo a perspectiva da arqueologia norte-americana, este novo olhar surge com o Ato dos Direitos Civis (1964), quando uma visão até então essencialmente branca da paisagem passa a ser vista como 'multirracial', levando aos órgãos responsáveis a tornarem suas interpretações do passado mais inclusivas (SHACKEL *in* SHACKEL, 2004). Os diferentes interesses individuais e de grupos começaram a ser tratados, para se compreender o significado da cultura material.

Um exemplo deste novo enfoque pode ser observado hoje, através das atividades de Arqueologia Pública, empregadas no Latifúndio Levi Jordan, em Brazoria, Texas. A partir de um projeto de Arqueologia tradicional, a equipe-chefe desenvolveu um programa que conseguiu envolver os descendentes dos antigos proprietários da área, assim como os descendentes de escravos, que ainda viviam na região. Através de atividades práticas e participativas (reuniões constantes entre equipe e descendentes, página na *internet*, etc.), foi possível desenvolver os conceitos de "colaboração" e "consultoria", no contexto da Arqueologia histórica e da Antropologia Americana.

Desta nova vertente da Arqueologia, se aproximou a *Antropologia Sociocultural*, a partir da discussão do diálogo e do trabalho colaborativo. Como ficou claro em diversos trabalhos de Arqueologia Pública, no entanto, ao mesmo tempo em que se desenvolve a criação de laços, é necessário aprofundar o conhecimento, de todos os participantes, sobre o passado. Este deve ser debatido por meio de oficinas de capacitação que tragam informações novas (McDAVID, 2004 *in* SHACKEL; CHAMBERS, 2004).

Nas Missões, como forma de sanar o desconhecimento da comunidade com relação ao seu patrimônio arqueológico, assim como minimizar a desconfiança

para com o arqueólogo, foram elaboradas ações de educação patrimonial naquele projeto. Foram desenvolvidas cartilhas didáticas e um mapa da cidade, com os sítios arqueológicos identificados, para serem distribuídos nas escolas da região; foi estabelecida uma rotina de visitas aos locais de escavação, por escolares do município; e, por fim, criados mini-cursos, ministrados para profissionais que atuam com o patrimônio arqueológico na região.

Perseguiu-se, assim, a definição de Funari e Bastos, segundo a qual, “[...] através da educação patrimonial o cidadão torna-se capaz de entender sua importância no processo cultural em que ele faz parte, cria uma transformação positiva entre a relação dele e do patrimônio cultural” (BASTOS; FUNARI, 2008, p. 1131). Mesmo assim, o alcance efetivo da atuação da Arqueologia permaneceu limitado, visto que, ao fim do projeto, aquelas iniciativas se encerraram.

Ficou claro que uma ação isolada e rarefeita, ao longo de seis meses, é insuficiente para diminuir os preconceitos e desconfianças, quanto ao trabalho do arqueólogo.

Fica claro que a falta de um cronograma de ações a longo prazo é um dos principais fatores que levam a sucessivas ações pontuais de Arqueologia. O vai-e-vem de instituições e projetos, ao longo dos últimos 30 anos, é um reflexo desta falta de continuidade.

Mas este não é um caso específico missioneiro. O desafio de pôr em prática projetos de longa duração tem sido enfrentado por outros órgãos do patrimônio ao redor do mundo. No caso de Mértola, por exemplo, projetos guarda-chuva multidisciplinares conseguem gerar comprometimento entre os diversos membros (ver ANEXO B; entrevista com Cláudio Torres).

O alcance da atuação de um “Programa de Turismo Cultural”, para a região missioneira, era buscado a partir de um enfoque que abrangia as áreas do turismo cultural e ambiental, a conservação de estruturas, museologia e museografia, implantação de roteiros de visitação, interpretação sinalização e difusão dos remanescentes do antigo povoado (IPHAN, 1998).

No mesmo texto, a atuação do arqueólogo restringe-se, praticamente, a ações de ‘evidenciação’ de remanescentes arqueológicos (casa dos índios, igreja,

adega, etc.) dos quatro sítios. O texto, no entanto, não deixa claro quais os critérios técnico-científicos seriam adotados para 'expor', ou melhor, colocar em valor este ou aquele bem. Tais ações postas em prática, ao que tudo indica, vinculariam a atuação do pesquisador arqueólogo às ações rotineiras de consolidação, empregadas pelo IPHAN.

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Conforme relatado na introdução, este trabalho tinha como objetivo inicial analisar como foi construída a relação entre Ciência Arqueológica e a Educação, nas Missões Jesuítico-Guaranis.

Com esta finalidade sistematizou-se o desenvolvimento dos conceitos de preservação, arqueologia e restauro; se identificaram e organizaram as escavações arqueológicas que ocorreram nos remanescentes; se observou as ações educativas realizadas e, por fim, se elaborou uma análise de acordo com os preceitos de Preservação Arqueológica ditados pelas Cartas Patrimoniais e pela própria experiência de trabalho ocorrida nas Missões.

Segundo esta análise, nos últimos 30 anos, diversos trabalhos de pesquisadores e gestores tentaram incluir definitivamente a Arqueologia como instrumento de trabalho cotidiano para o gerenciamento do patrimônio arqueológico. Estas tentativas ao longo do tempo enfrentaram diversas dificuldades como quebra de financiamento, falta de suporte logístico e dificuldade de interpretação da lógica de trabalho entre arqueólogos e arquitetos.

Como analisado anteriormente, a inserção da arqueologia dentro das obras de restauro é um fato recente. No caso brasileiro, ainda mais tardio; com o início do Programa Monumenta nos anos 2000 em Porto Alegre, Recife e Bahia, quando arqueólogos protestam e exigem a presença definitiva de arqueólogos em campo. Como já era exigido por lei.

Até aquela época a presença do pesquisador se fazia de forma esporádica. A própria falta de uma política de preservação e estrutura técnica capacitada para gerir aquele projeto foi um forte entrave. O IPHAN contava então com apenas cinco técnicos arqueólogos capacitados para atuar em todo o país.

A alternativa encontrada desde a década de 1990 foi terceirizar várias de suas atividades como gerenciamento, coordenação e execução de projetos. Ao IPHAN caberia cumprir atividades de rotina como análise e fiscalização de projetos.

Esta postura distanciou os especialistas em preservação arqueológica do trabalho de campo e reforçou o caráter temporário e fugaz das atividades de pesquisa arqueológica.

No entanto, como ficou claro ao longo da pesquisa, compreender os critérios nacionais que nortearam o IPHAN, ao longo dos seus mais de 70 anos, para a presença ou não de arqueologia durante os projetos de restauro revelou-se uma tarefa impossível diante das idiossincrasias regionais.

Caracterizado como um órgão nacional que atua no âmbito estadual através de suas regionais, este Instituto costuma moldar-se conforme as especificidades regionais. Como Ton Ferreira e Suely Amâncio (2011) apontam, em artigo sobre o Programa Monumenta em Sergipe, ficou evidente que a mera análise do arcabouço legislativo (leis, decretos, portarias, etc.) seria insuficiente e não daria conta da realidade local (2011). Era necessário compreender como leis, técnicas e teorias se adaptaram em um contexto regional.

Sob esta ótica, foi possível perceber que a formação contínua de arqueólogos e arquitetos no estado do Rio Grande do Sul e a experiência técnica adquirida com os trabalhos nas reduções jesuítico-guaranis ajudaram a consolidar um terreno mais sólido para a prática de preservação e restauro em território nacional.

Mesmo tendo adquirido papel de relevo apenas recentemente, a Arqueologia pôde contribuir – ainda que por pouco tempo- para diminuir a distância entre o bem cultural e parte da comunidade. Fosse através de atividades educativas ou através do conhecimento produzido antes e depois das escavações.

Com isso não se quer afirmar que os desafios principais foram superados e nada mais existe por fazer. Como exposto no início desta conclusão, a interrupção das atividades de pesquisa é um dos maiores desafios. Somam-se a ele: a falta de atividades cotidianas de aproximação com os diversos agentes sociais (políticos, indígenas, agricultores, etc.), a articulação com os diversos órgãos que atuam nos sítios missioneiros (IBRAM, Prefeitura, Governo estadual, etc.) e, por fim, socialização mais adequada dos bens arqueológicos para aqueles que hoje são excluídos do circuito de visitação (portadores de necessidades especiais,

indígenas, etc.). Ao final, são propostas algumas poucas ações que poderão ajudar neste campo.

6.1 SUGESTÕES PARA O FUTURO LOGO ALI

Esta pesquisa foi mais uma contribuição que visa dar prosseguimento às discussões sobre o desenvolvimento do conceito de Preservação Arqueológica no Brasil. Ao mesmo tempo, ao tomar como foco de estudo as ruínas de quatro povoados missioneiros também buscou contribuir na análise das ações técnicas de preservação de um importante legado cultural latino americano.

Sobretudo, o que se quis foi ultrapassar limites até agora impostos à arqueologia missioneira. Isto é, superar uma visão que coloca a Ciência Arqueologia como uma mera técnica de resgate do passado para aproximá-la da gestão cotidiana do patrimônio cultural local.

Ao longo dos anos, diversas foram as ações postas em prática de forma a proteger, preservar e divulgar a história sempre presente das Missões Jesuítico-Guaranis. Como parte da experiência adquirida ao longo de uma vivência prática de gestão e, agora, tendo como suporte teórico e crítico, a tese realizada, serão propostas sugestões que poderão ser levadas em conta em ações futuras:

- Realização de concurso público federal que efetive técnico arqueólogo nas Missões. Uma das maiores críticas ao trabalho desenvolvido nas Missões é a falta de profissional fixo que possa atuar cotidianamente no planejamento e execução do programa de gestão do patrimônio arqueológico. Sua presença ali é urgente;
- Realização de concurso público para arqueólogo a ser lotado nas prefeituras municipais missioneiras onde existam sítios tombados. Este profissional auxiliará no diálogo com o órgão federal de preservação e a comunidade. Ajudará, por exemplo, no desenvolvimento de uma carta de potencial arqueológico municipal, que servirá de ferramenta de trabalho para o planejamento urbano de cada cidade (construção civil, infraestruturas, etc.);

- Elaboração de um circuito de visitação sensorial aos sítios arqueológicos. Esta atividade desenvolvida por educadores e técnicos do patrimônio tem como objetivo oportunizar o acesso de portadores de necessidades especiais ao patrimônio cultural. Estruturas e/ou artefatos arqueológicos como cerâmicas e metais poderiam ser foco de um trabalho inicial. A colaboração de associações como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) seria fundamental, pois estas possuem profissionais com experiência em lidar com deficiência e promover o bem estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência;
- Elaboração de projetos de escavação que contemplem estudos de gênero. Neste sentido, um projeto primordial seria aquele focado no *Cotiguaçu*. Neste local viviam viúvas e órfãos, e os dados materiais ali coletados nos ajudariam a conhecer mais profundamente a organização social nas Missões;
- Requalificação e/ou construção de Laboratório de Arqueologia e Reserva Técnica nas Missões. Esta estrutura serviria de apoio ao desenvolvimento das atividades de pesquisa locais;
- Como parte do item acima, requalificar a reserva técnica institucional de forma que ela possa ser aberta ao público. No local poderia, por exemplo, ser formatado um programa de ensino sobre curadoria e conservação de objetos arqueológicos para adolescentes, ou visita guiada para conhecer o cotidiano de trabalho do arquiteto e do pesquisador arqueólogo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Marisa Coutinho... [et al.]. Curadoria das coleções arqueológicas pré-históricas brasileiras no MAE/USP. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 7, p. 199-201, 1997.

_____. (Org.). **Organização e gerenciamento do Acervo Arqueológico Pré-Histórico Brasileiro no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**. Relatório científico final. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 1999.

ALMEIDA, L. Ferrand de. Alguns documentos para a história da arqueologia em Portugal. **Conimbriga**, 4, p. 103-105, 1965.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre o trabalho teórico**. Lisboa: Presença, [s.d.].

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. **Rodrigo e o SPHAN – Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Minc/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

BARCELOS, Artur. Henrique. Franco. **Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista**. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-EDIPUCRS, 2000. v. 600.

BARRETO, Euder Arrais (Org.). **Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.

BASTOS, Rossano Lopes; FUNARI, Pedro. Paulo. A. Public Archaeology and Management of the Brazilian Archaeological-Cultural Heritage. In: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William H. (Orgs.). **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008. p. 1127-1133.

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos; GALLO, Haroldo (Org.). **Normas e Gerenciamento do patrimônio arqueológico**. São Paulo: SSR/IPHAN, 2005.

BASU, Paul. Confronting the past? Negotiating a Heritage of Conflict in Sierra Leone. **Journal of Material Culture**: London, v. 13, p. 233, 2008.

BOTALLO, Marilúcia. As coleções de Arqueologia Pré-Colonial Brasileira do MAE/USP: um exercício de documentação museológica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 8, p. 257-268, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura, Educação e Interação: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues... [et al.]. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRASIL. **Manual de gerenciamento do patrimônio arqueológico**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IBPC, 1993.

_____. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio.** Ministério da Cultura. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

BROCHADO, J. P... [et al.]. **A cerâmica das Missões Orientais do Uruguai, um estudo de aculturação indígena através da mudança na cerâmica. Arqueologia da Área do Prata.** In: SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA DA ÁREA DO PRATA E ADJACÊNCIAS. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969.

BROCHADO, José Proenza; LA SALVIA, Fernando. **Cerâmica Guarani.** Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

BRUNO, Maria Cristina. Oliveira. **Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos. Cadernos de Sociomuseologia,** Lisboa, Centro de Estudos de Sociologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 10, 1997.

_____. **O museu Instituto de pré-história: um museu a serviço da pesquisa científica.** Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

_____. **Museologia e Museus: Princípios, problemas e métodos. Cadernos de Sociomuseologia,** Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, n. 10, 1997.

_____. **A luta pela perseguição ao abandono.** Tese de Livre Docência (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo São Paulo, 2000.

_____. **Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória.** In: MILDNER, S. E. S. **As várias faces do patrimônio.** Santa Maria: Pallotti, 2006. p. 119-140.

_____. **Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos. Cadernos de Sociomuseologia,** Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 10, 1997.

BURKE, Peter. **O renascimento.** Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

_____. **O Renascimento Italiano – Cultura e Sociedade na Itália.** São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

BYRON, Georg Gordon (Lord). **The Age of Bronze.** In: "The Works of Lord Byron" Poetry, Vol. 5 (Project Gutenberg Ebook). Ernest Hartley Coleridge, 2007.

CAPITEL, Anton. **Metamorfosis y teorías de la restauración.** Madrid: Alianza, 2009.

CARLE, Cláudio Batista. **O conhecimento dos metais nas Missões. RS-Brasil.** In: Kern, Arno. **Arqueologia histórica missioneira.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

CARONE, Edgard. **A evolução Industrial de São Paulo: 1889-1930.** São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo A. **As possibilidades da arqueologia pública**. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=31>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

CAVAGNARI, Geraldo. L. **EUA, a estratégia do Chacal**. Disponível em: <<http://www.galizacig.com/index.html>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

CESCHI, Carlo. **Teoria e Storia del restauro**. Roma: Bulzoni, 1970.

CHILDS, S. Terry; CORCORAN, Eileen. **Managing archeological collections: technical assistance**. Washington, DC: Archeology and Ethnography Program, National Park Service. 2000. Disponível em: <<http://www.cr.nps.gov/archeology/collections>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

CRESSEY, P. J.; REEDER, R.; BRYSON, J. Held in trust: community archaeology in Alexandria, Virginia. In: DERRY, L.; Malloy, M. (Eds.). **Archaeologists and local communities: partners in exploring the Past**, 1-17. Washington, D.C.: Society for American Archaeology, 2003.

CURTIS, Julio Nicolau Barros de. O espaço Urbano e a Arquitetura produzidos pelos Sete Povos das Missões. In: WEIMER, G. **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. **Missões uma História de 300 anos**. Comissão Missões: Porto Alegre: IPHAN/ 12^a CR, 1987.

_____. **A redução de São Miguel Arcanjo**: contribuição ao Estudo da Tipologia Urbana Missioneira. 2002. 199pg. Dissertação (Mestrado em 2002) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. **Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/IPHAN, 2004.

_____. Missões jesuíticas: arquitetura e urbanismo. **Cadernos de História**, n. 21. Online. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/projetos-cadernos.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

DEETZ, James. **In small things forgotten. The archaeology of early American life**. Garden City/New York: Anchor Press/ Doubleday, 1977.

_____. American Historical Archaeology: methods and results. **Science**, v. 239, p. 362-367, 1988.

FABIÃO, Carlos. Para a História da Arqueologia em Portugal. Estudos. **Penélope. Fazer e Desfazer História**, Portugal, n. 2, fev. 1989.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

FERREIRA, Lúcio M. **Vestígios de civilização: a arqueologia do Brasil imperial (1838/1877)**. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, Campinas, 2002.

FERREIRA, Ton; AMÂNCIO-MARTINELLI, Suely. O Programa Monumenta e a problemática da aplicação da arqueologia na restauração dos monumentos históricos brasileiros. **CLIO Arqueologia**, UFPE, v. 26, n. 1, p. 21-47, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ e IPHAN, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação com prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Rescuing ordinary people's culture: museums, material culture and education in Brazil. In: STONE, Peter G.; MOLYNEAUX, Brian L. **The presented past – Heritage, museums and education**. Londres: Routledge, 1994. p. 120-135.

_____. "South American Historical Archaeology" In: **Historical Archeology in Latin America**. Columbia: The University of South Carolina, 1994b.

_____. A Hermenêutica das ciências humanas: a história e a teoria e práxis arqueológicas. **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 10, p. 3-9, 1995.

_____. DOMÍNGUEZ, Lourdes. La Arqueologia urbana en América Latina: el caso de Habana Vieja, ciudad arqueológica. **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 113-124, 2002.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika. Editorial. **Arqueologia Pública**, n. 1, p. x-x, 2006.

_____; SILVA, Gladison. José da. Nota de Pesquisa sobre o Projeto de Pesquisa do Acervo de Arqueologia e Patrimônio de Paulo Duarte 06/03/2007. **História e História**, v. 2007, p. 1-25, 2007.

_____; CARVALHO, Aline Vieira de. **Palmares: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 135-144, 2005.

_____; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

FURLONG, Guillermo Cardiff. **La arquitectura en las misiones guaraníicas**. Buenos Aires: Estudios 57, 1937.

_____. **Misiones y sus pueblos de Guaraní**. Buenos Aires: Imprensa Balmes, 1962.

GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, Pedro Paulo A; PINTO, R. **Os estudos sobre a Antiguidade no Brasil**: as contribuições das discussões teóricas recentes. O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha, R. Hingley. São Paulo: Annablume/CAPEs, 2009.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica**. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2002.

GREGORIUS, Magister. **Narracio de mirabilibus urbis Romae**. edição de R. B. C. Huyghens, Leyden, 1970.

GUTIERREZ, Ramón. La misión jesuítica de San Miguel. **Revista DANA**, Resistência, CEDODAL, Argentina: Centro de Documentación de Arquitetura Latinoamericana, n. 14, 1982.

_____. **As missões jesuíticas dos Guarani**. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, UNESCO, 1987.

_____. **Arquitetura y Urbanismo em Ibero-América**. Madrid: Cátedra, 1992.

HARRISON, RODNEY. **Heritage**: critical approaches. Londres e Nova York: Routledge, 2013.

HEITERT, Kristen; ELQUIST, Ora; GILLIS, Nichole. **New Bedford Whaling National Historical Park**: archaeological overview and assessment (Volume I). National Park Service – New Bedford Whaling National Historical Park, Massachussets, 2012.

HERBERTS, Ana Lucia; GHIZZO, Idemar; MATOS, Felipe; SCHUCH, Edmara; MORAES, Tobias Vilhena de. Diagnóstico das condições de preservação do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL) a partir do acervo missioneiro de São Nicolau. In: VII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA DO NÚCLEO REGIONAL SUL SABSUL, 2010 Jaguarão (RS). **Caderno de Resumo**. Rio Grande, 2010. p. 51.

HOLTORF, Cornelius. **From Stonehenge to las Vegas**: archaeology as popular culture. Oxford: Altamira Press, 2005.

_____. **Archaeology is a brand**. Oxford: Archaeopresse, 2007.

HOWARD, Michael. **Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. **Programa de Turismo Cultural**. Relatório de Grupo Interdisciplinar de Trabalho. Brasília: IPHAN, 1998.

ICOMOS. CARTA DE LAUSANNE, CARTA PARA A PROTECÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, 1990. **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, 15, jun. 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **O patrimônio cultural no âmbito do licenciamento ambiental**. Relatório de Grupo Interdisciplinar de Trabalho. Brasília: IPHAN, 1998.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN/MINC, 2014.

INTERNATIONAL COMMITTEE ON ARCHAEOLOGICAL HERITAGE MANAGEMENT (ICAHM). **Carta Internacional para la Gestión del Patrimonio Arqueológico**. 1990. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/charters/arch_sp.htm>. Acesso em: 23 jan. 2009.

JAMESON Jr., John H (edited by). **The Reconstructed Past: reconstructions in the public interpretation of archaeology and history**. Plymouth, UK: Altamira Press, 2004.

JOHNSON, Matthew. **An archaeology of capitalism**. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. O futuro do passado. Os arqueólogos do novo milênio. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia (Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia)**. Porto, Portugal, v. 42, n. 1-2, p. 115-136, 2002.

KERN, Arno Alvarez (Org.). **Arqueologia histórica missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

_____. **A carta internacional da Arqueologia ICOMOS**. Porto Alegre: SAB, 1995.

_____. A arqueologia e o Sítio-Escola Internacional do curso de pós-graduação em História da PUCRS. **Veritas**, Porto Alegre, v. 39, n. 154, p. 199-209, 1994.

KING, Maria Elizabeth E. Curators: ethics and obligations. **Curator**, v. 23, n. 1, p. 10-18, 1980.

LA SALVIA, Fernando. **Evidenciação, interpretação e ambientação dos remanescentes das antigas missões jesuíticas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, 1982.

_____. São Lourenço Mártir: algumas idéias para uma pesquisa arqueológica. **Revista Ciências e Letras da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras**, Porto Alegre, v. 3, p. 67-75, ago. 1983.

_____. A arqueologia nas Missões e uma perspectiva futura. In: 5º SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, Santa Rosa, 1983. **Anais...**, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Centro de Estudos Missioneiros.

LEVINTON, Norberto. **La arquitectura del pueblo de San Juan Batista: tipología y regionalismo**. Buenos Aires: Faro, 1998. 41 p.

LIMA, T. A. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista**, 1993.

LIMA, Tania. Andrade. A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências. **Revista de Arqueologia Americana**, México, v. 20, p. 53-79, 2001.

_____. Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica: possibilidades e limites. **Revista Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, v. XXVIII, n. 2, p. 7-23, 2002.

_____. Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 19, p. 125-141, 2006.

LIMA, T. A.; SILVA, R C Pinheiro da. O conceito de sítio arqueológico histórico: implicações legais. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 35/36, p. 12-20, 2002.

LITTLE, Barbara J. **Historical Archaeological: why the past matters**. California, Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

LITTLE, Barbara J.; SCHAKEL, Paul A. **Archaeology, Heritage and Civic Engagemente: working toward the public good**. Walnut Creek, California: Left Coast Press Inc., 2014.

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio. **Museu de Mértola – Arte islâmica**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2001.

MANACORDA, D. **Archeologia urbana a Roma: Il progetto dela Crypta Balbi**. (Biblioteca di archeologia medievale). Itália: All'insegna del Giglio, 1982.

MARTÍNEZ, Suzana Gómez. Mértola, Vila Museu. Un proyecto cultural de desarrollo local. In: NOGUÉS, Antonio Miguel (Coord.). **Cultura y Turismo**. Signatura Demos, 2004.

MATTOS, Hebe. A vida Política. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (dir.). **História do Brasil Nação: 1808-2010/ A abertura para o mundo: 1889-1930**. São Paulo: Objetiva, 2012, v. 3

MAYERHOFER, Lucas. **Reconstituição do Povo de São Miguel das Missões**. Tese de Concurso. Rio de Janeiro: UFRJ, 1947.

MCDAVID, Carol. From traditional archaeology to public archaeology to community action. The Levi Jordan Plantation Project. In: SHACKEL, Paul A; CHAMBERS, Erve J. **Places in mind: public archaeology as applied anthropology**. New York: Routledge, 2004. Cap. 2.

McGIMSEY, C. R. **Public archaeology**. New York: Seminar Press, 1972.

MELIÁ, Bartomeo. **El guarani conquistado y reducido**. Centro de Estudios Antropológicos. Universidad Católica, Assunción, Paraguay, 1993.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e patrimônio arqueológico. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 20, p. 33-36, 1984.

_____. A psicologia social no campo da cultura material. **Anais do Museu Paulista**, 1996.

MENSCH, Peter Van. O objeto de estudo da Museologia. **Pretextos Museológicos**, Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, n. 1, 1994.

MERRIMAN, Nick. Introduction – diversity and dissonance in public archaeology. In: MERRIMAN, Nick (Org.). **Public archaeology**. Londres: Routledge, 2004.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer. (Org.). Apresentação. In: MILDER, S. E. S. (Org.). **Educação patrimonial: perspectivas**. Santa Maria (UFSM): Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, p. 33-63, jul./dez. 2005.

_____. **Materiality**. Durham/London. Duke University Press. (Materiality: an introduction), 2005.

_____. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

_____. **Trecos, troços e coisas. Estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MONTES, Augusto Molina. **Considerações sobre a restauração arquitetônica em arqueologia**. 1998. 83 f. Tradução de IPHAN/DEPROM. Tese (Doutorado em Antropologia) - Escola Nacional de Antropologia e História, Cidade do México, 1998.

MONTFAUCON, B. de. **L'Antiquité expliquée et représentée en figures**. Paris: Debécourt, 1719.

MORAES, Tobias Vilhena de; FRIZZO, Rafael; CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato.

Avaliação sobre práticas de preservação do patrimônio arqueológico no licenciamento ambiental - 12ª SR do IPHAN. In: CONGRESSO NACIONAL DA SAB: ARQUEOLOGIA ETNICIDADE E TERRITÓRIO, 14., 2007. **Anais...**, Florianópolis, 2007.

MORAES, Tobias Vilhena de; MORAES, Camila. Azevedo. Reserva Técnica do Escritório Técnico I - Missões (IPHAN/ Rio Grande do Sul). In: JORNADAS INTERNACIONALES MISIONES JESUÍTICAS: INTERACCIONES Y SENTIDOS DE LA CONVERSIÓN, 12., 2008. Buenos Aires. **Anais ...**, Buenos Aires: Bibliografika de Voros, 2008.

MORLEY, Edna J. Morley. (Org.). **Métodos arqueológicos e Gerenciamento de bens culturais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Iphan (Departamento de Promoção), 1994. (Caderno de Debates).

MOSHENSKA, Gabriel; DHANJAL, Sarah (edited by). **Community archaeology: themes, methods and practices**. Oxford: Oxbow Books, 2012.

MÜNTZ, E. **Les Arts à la cour des papes pendant le XV e le XVI siècle**. Paris: Thorin, 1878-1882. 3v.

NORA, Pierre. 'Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire', **Representations**, v. 26, p. 7-25, (Spring), 1989.

NOVICK, Andrea Lee. The management of archaeological documentation. **Curator**, v. 23, n. 1, p. 30-42, 1980.

NOWATZKI, Carlos Henrique (Org.). **O sítio arqueológico de São Miguel das Missões: uma análise sob o ponto de vista da geologia**. São Paulo: AllPrint, 2004.

_____. A Geologia Arqueológica na Unisinos. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 5, n. 75, 2007.

OJEDA, C. A. M. Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. **Revista do Museu**. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/patrimonio/3924.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no Iphan**. [Monografia de Especialização] - Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília, 2011.

ORSER Jr., Charles E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1992.

PALMA, Maria de Fátima (Coord.). **Carta arqueológica do concelho de Mértola**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, D. L. 2012.

PARDI, Maria Lúcia Franco. **Gestão do patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante) – UCG. Goiânia: IGPA, 2002.

PEARCE, Susan. **Archaeological curatorship**. London/New York: Leicester University Press, 1996.

PÉREZ, Alejandro Villalobos. **Urbanismo y arquitectura mesoamericanos – material didactico**. México, DF: Facultad de Arquitectura UNAM, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

_____. Archaeological Interpretation and the Irish Diasporic Community. In: SCHACKEL, Paul A.; CHAMBERS, E. J. (Orgs.). **Public archaeology as applied anthropology**. Routledge, New York and London, 2008.

PIÑÓN, A. C.; FUNARI, Pedro Paulo. Telling Children about the Past in Brasil. Telling Children about the Past: an Interdisciplinary Perspective. In: GALANIDOU; DOMMASNES, Liv Helga (eds.). **Ann Arbor: international monographs in prehistory**. Michigan: IMP, 2007. p. 869-870.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Einaudi, História-Memória, 1985. v. 1.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente: séculos XVIII-XXI**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora da UNB, 1992.

QUARTIM DE MORAES, João. L'anti-impérialisme en marche. **Nouvel Afrique-Asie**, Paris, p. 52-54, 01 abr. 2005.

RAMAGE, Nancy H. Goods, Graves and Scholar: 18 th-Century Archaeologists in Britain and Italy. **American Journal of Archaeology**, v. 96, n. 4, p. 653-661, 1992.

REIS, José Alberione dos. Um palimpsesto sobre Teoria na Arqueologia Brasileira. **Arqueologia Sul-Americana**, v. 1, n. 1, p. 115-128, jan. 2005.

_____. Lidando com as coisas quebradas da História. **Arqueologia Pública (UNICAMP)**, v. 02, p. 33-44, 2007.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. 2. ed. Madrid: Akal, 1998.

RODRIGUEZ, Miguel Ángel Tabales. **Sistema de análisis arqueológico de edificios históricos**. Sevilha: Secretariado de Publicaciones/Universidade de Sevilla e Instituto Universitario de Ciencias de la Construcción, 2002.

RUSKIN, Jonh. **The seven lamps of architetur**. Toronto: University of Toronto Libraries, 1963.

SAID, EDWARD W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (dir.). **História do Brasil Nação: 1808-2010/ A abertura para o mundo: 1889-1930**. São Paulo: Objetiva, 2012, v. 3

SHACKEL, Paul A. Working with communities: heritage development and Applied Archaeology. In: SHACKEL, Paul A.; CHAMBERS, Erve J. **Places in mind: public archaeology as applied anthropology**. New York: Routledge, 2004.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Re-constructing archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SHULZE-HOFER, Maria Cristina; MARCHIORI, José Newton Cardoso. **O uso da madeira nas reduções jesuítico-guarani do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IPHAN, 2008.

SMITH, Laurajane; WATERTON, Emma. **Heritage, communities and archaeology (Duckworth debates in Archaeology)**. London: Duckworth, 2009.

SOARES, F. C. Experiências educativas. MILDNER, S. E. S. (Org.). **Educação patrimonial: perspectivas**. Santa Maria (UFSM): Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005.

SOCIETY HISTORY ARCHAEOLOGY (SHA). The society for historical archaeology. Standarts and Guidelines for the Curation of Archaeological Collections. **The Society for Historical Archaeology Newsletter**, v. 26, n. 4, 1993.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. O significado social do sítio arqueológico preservado. In: V SIMPÓSIO SULRIOGRANDENSE DE ARQUEOLOGIA. **Anais ...**, Rio Grande: FURG, 1988.

SPON, Jacob; WHEELER, G. **Voyage d'Italie, de Dalmatie, de Grece, et du Levant, fait aux annees, 1675 et 1676, 2 v. 16s**. Amsterdam, 1679.

STELLO, Vladimir Fernando. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das Intervenções 1925-1927 e 1938-1940**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Programa de Pós-Graduação em EC, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SUGER, abade. **Mémoire sur son administration abbatiale**. cf. Panofsky, E. e Oeuvres. Paris: A. Lecoy de la Marche, 1867.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, W. F.; MOI, F. P. (eds): **Cenários regionais de uma arqueologia plural**. Porto Seguro: Annablume/Acervo, 2009.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

TORRES, Claudio. Memória comunitária. Espaço cultural. **Xelb 9: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História, Actas do 6º encontro de Arqueologia do Algarve**. Museu Municipal de Arqueologia/Câmara Municipal de Silves Silves, 2009. p. 13-18.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

TUNBRIDGE, J. E.; ASHWORTH, G. J. **Dissonant heritage: the management of the past as a resource in conflict**. Chichester: Wiley, 1996.

TWAYLOR, W. W. **A study of archaeology**. Southern Illinois University Press, 1967.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Dictionnaire raisonné de l'architecture Française du XI au XVI siècle**. Paris: Librairies-Imprimeries Réunies, [s. d.]. 1967. v. 10.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"**. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2012.

VOLKMER, Márcia Solange. O lúdico. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. (Org.). **Educação patrimonial: perspectivas**. Santa Maria (UFSM): Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005.

WATERTON, E.; SMITH, L. **Heritage, communities and archaeology**. London: Bristol Classical Press, 2009.

WEIMER, G. **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

WILLEY, G. R.; SABLOFF, J. **A history of American Archaeology**. New York: W. H. Freeman & Co., 1993.

WINCKELMANN, Johann Joaquim. **Reflexões sobre a arte antiga**. Porto Alegre: Movimento, 1975.

_____. **Réflexions sur l'imitation des œuvres grecques en peinture et sculpture**. Alerçon (Orne): Aubier, 1990. (Coleção Bilíngüe).

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **A retomada dos acervos das Casas Bandeiristas**. Relatório Técnico. São Paulo: Departamento de Cultura do município de São Paulo, 2004.

_____. **Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista**. 2005. n. 424. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. (Coord.). **Organização da Reserva Técnica de São Miguel das Missões, RS**. Projeto de Catalogação e Armazenamento. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2008.

_____. Organização da Reserva Técnica de São Miguel das Missões, RS. Projeto de Catalogação e Armazenamento. **Relatório de Atividades**, IPHAN, n. 1, fev. 2008.

ACERVOS CONSULTADOS

Arquivo do Escritório Técnico do IPHAN/ Missões – Rio Grande do Sul

Arquivo do IPHAN – Rio Grande do Sul

Arquivo do *New Bedford Whaling National Park* - EUA

Arquivo e Biblioteca do Museu Paulista – São Paulo

Arquivo Geral das Índias em Sevilha - Espanha

Arquivo Noronha Santos – Rio de Janeiro

Biblioteca da PUCRS – Rio Grande do Sul

Biblioteca da PUCSP – São Paulo

Biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola – Portugal

Biblioteca do Departamento de Arqueologia – Univ. de Coimbra - Portugal

Biblioteca do IFCH – Unicamp

Biblioteca do MAE-USP

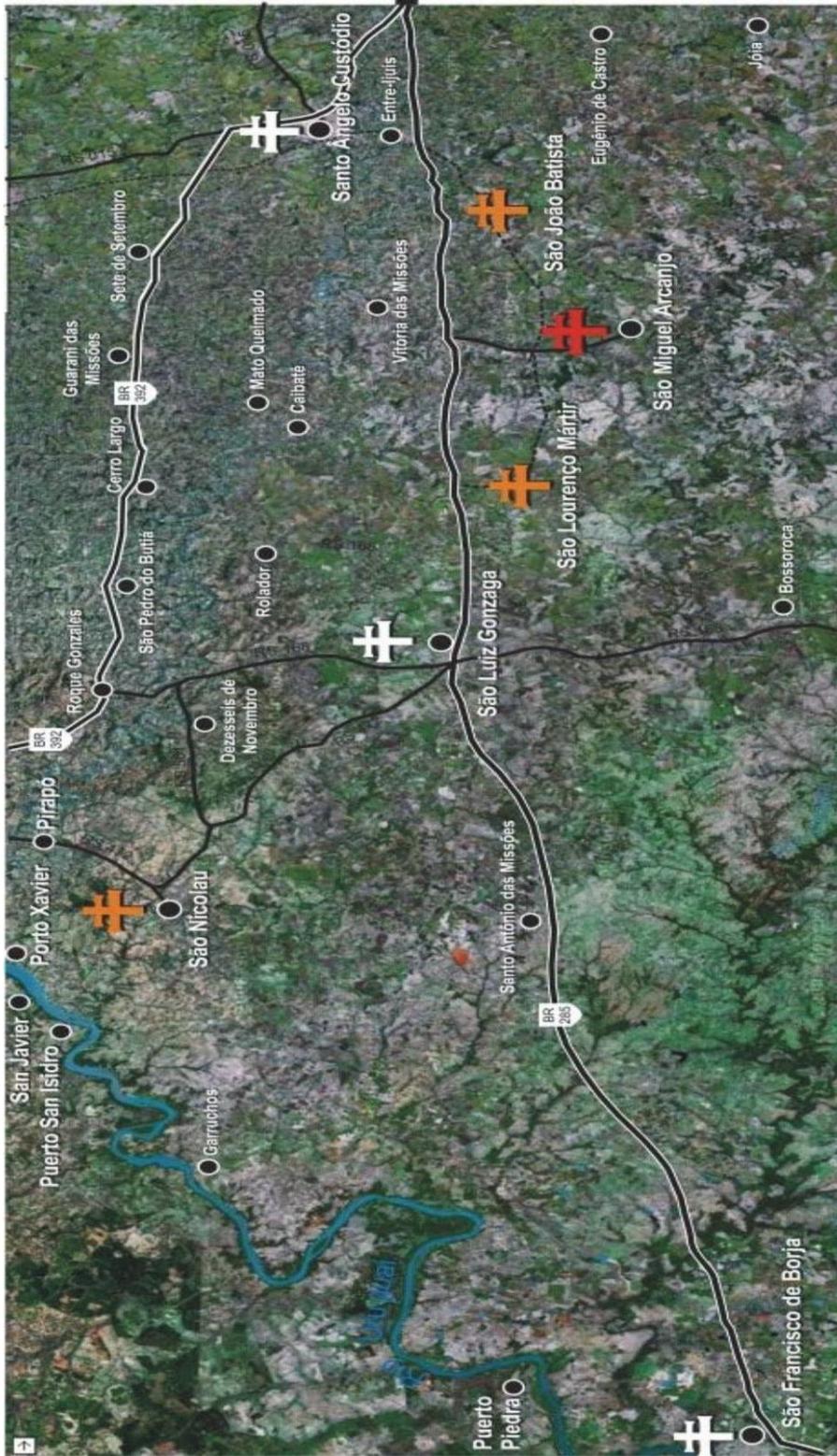
Biblioteca do *National Park Service* em Lowell - EUA

Biblioteca Joanina – Universidade de Coimbra – Portugal

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

ANEXO A - Planta do Sítio Arqueológico

Sítio Arqueológico



Fonte: Imagem do Google 2008 Desenho: Candice Ballster

-  Redução Jesuítico-Guarani
-  Redução Jesuítico-Guarani - Patrimônio Nacional Brasileiro
-  Redução Jesuítico-Guarani - Patrimônio da Humanidade
-  Municípios - Região de Missões / Rio Grande do Sul
-  Rodovia Federal - BR
-  Rodovia Estadual - RS
-  Estrada Vicinal - sem pavimentação

ANEXO B – Entrevistas

1. Prof. Dr. Arno Kern (entrevista concedida em 22/10/2012)¹

Tobias Vilhena - As dificuldades que foram percebidas durante os trabalhos ali e coisas que as vezes extrapolam as próprias publicações, assim, as publicações, eu acho que elas trazem um olhar já com um trabalho executado, com as fontes, materiais já pensadas, escritas, aquele exercício de reflexão sobre o que é que foi visto e percebido durante a escavação, mas, assim, o que eu gostaria de entender nessa visão de vocês na época é: como é que vocês perceberam o que é que vocês estavam fazendo ali, este trabalho, que é um trabalho que marcou a história da arqueologia brasileira. Isto é importante dizer, porque se vai conversar sobre a arqueologia histórica no Brasil, hoje o que tem como referência é a questão missioneira que foi colocada ali. Foram temas que vocês levantaram ali, temas que estavam sendo pensados pela primeira vez dentro de uma ótica que eu acho que extrapola uma questão nacional. Uma questão regional também que estava sendo pensada ali, uma questão sobre o próprio tema da arqueologia dentro de um enfoque regional.

Arno Kern - Eu acho que o trabalho partiu basicamente de uma exigência da UNESCO. Como é que nós colocamos este povoado missioneiro aí, das Missões, como patrimônio da UNESCO que não tinha nenhuma atividade arqueológica mesmo. Não sei se conhece a Carta de Atenas, é uma carta de arquitetos. E nessa Carta de Atenas tem um item que diz que o trabalho de arqueologia começa antes da arquitetura e continua durante a arquitetura. Isso aí tinha sido esquecido. E quando o pessoal da UNESCO chegou e disse: "*Escuta, mas não tem arqueólogos, não vai sair esse processo, então tem que arranjar arqueólogos para fazer este trabalho*". E aí surgiu duas possibilidades de fazer o trabalho: um tipo de trabalho que o La Salvia fez e outro tipo de trabalho que eu propus. O trabalho do La Salvia foi de ser contratado praticamente e ficar meses escavando sozinho no sítio missioneiro. Eu achava que isso era absurdo, porque a minha matriz era a arqueologia francesa e

¹ Ambas entrevistas, após a transcrição, foram revistas de forma a permitir uma maior fluência na leitura e melhor compreensão das perguntas e respostas.

na arqueologia francesa os professores não são só pesquisadores, eles trabalham nas universidades onde os seus alunos que eles orientam, doutorandos, mestrandos, alunos de iniciação científica. E a ideia é de fazer campanhas anuais que podem durar uma semana, duas ou três, pode durar um mês, mas depois esse material vem para o laboratório, ele é analisado, as interpretações são realizadas e você parte para outra campanha com uma série de ideias novas e vai pensar em função do material encontrado, das dúvidas colocadas principais do material. Então, a minha ideia foi nunca me desvincular da Universidade. A Universidade também não aceitaria que eu fosse trabalhar para outra instituição e eles ficariam pagando sem ter o meu serviço aqui, então que fosse contratado pela outra instituição não me interessava nada, porque não ia deixar a pós-graduação e a possibilidade de ir dar congressos e circular por aí. Então, eram duas propostas de trabalho que se desenvolveram. Eu não sei em que medida, isso aí agradava ou não, mas foi a minha maneira de ver o tipo de trabalho que se desenvolvia, o trabalho do La Salvia não dava origem a publicação nenhuma, não tinha nenhuma publicação. Saiu uma publicação só no encontro lá dos Estudos Missionários, na verdade, quando ele ficou sabendo que eu também não queria entrar no meio do trabalho dele, eu não quis ir para lá, porque eu já tinha trabalhado naquilo. Eu escolhi o que ninguém tinha trabalhado que era São Lourenço, então, me deram uma publicação dele sobre o que é que se devia fazer em São Lourenço e agradeci muito por aquilo. Eram ideias que ele tinha do trabalho de campo que tinha desenvolvido e interessante, mas uma pesquisa não se pode resolver em termos de relatórios. Isso acho que é um problema da pesquisa que se desenvolveu na arqueologia de salvamento nacional. São feitos relatórios são entregues para instituições que pagam a pesquisa e o mundo acadêmico não fica a saber de nada. Então, na verdade, não sei que tipo de produção de conhecimento é essa, porque a produção de conhecimento implica uma difusão desse conhecimento. Então, eu achava que, primeiro, a ida dos alunos a campo era fundamental para formar uma nova geração de arqueólogos. Eu achava um pouco difícil desenvolver a arqueologia num estado grande como Rio Grande do Sul com meia dúzia de arqueólogos, tinha que ter formados muito mais. Eu me lembro que quando me interessei pela arqueologia, nós conhecíamos muito pouco da arqueologia do Rio Grande do Sul, era aluno do Schimitz. Ele tinha levantado uma série de sítios, mas ele disse: “Olha talvez não haja lugar no Rio Grande do Sul

para mais do que seis arqueólogos”. Pelo que se conhece dos números de 1970. Eu imaginava, pelo tamanho do estado, que devia haver muito mais. A França tinha 2000 sítios numa área que corresponde ao Brasil do sul, pouco menos. É preciso procurar muito mais. É uma história de longa duração esse povoamento pré-histórico.

A.K. Eu tive a chance de poder fazer o meu doutorado com Courbain que era alguém formado em arqueologia e em história e trabalhava no mundo grego, ele começou a escavar em Delos e depois foi escavar no litoral da atual Síria, numa colônia grega. Então, tive aulas com um cara que trabalhava com Arqueologia e História. E outra coisa que me envolveu muito na França é a ideia que deve haver um sítio-escola. Então, um sítio-escola é para formar a nova geração, mas o sítio-escola é para abrir também um sítio arqueológico para a comunidade local, para os estudantes do primeiro e segundo grau local, para os professores que querem visitar o sítio e num sítio-escola normalmente vêm pesquisadores da área que se apresentam no sítio-escola. Então, me lembro nós trouxemos o Meliá para falarmos da parte de etnologia do Guarani. Então, uma série de convites foram feitos no sítio-escola de São Miguel. Além dos nossos alunos daqui, vieram alunos de lá e houve um grande interesse em torno disso. Eram opções, então. Eu acho que tinha tido uma boa escolha, fui apenas um aluno bem comportado e bem formado dentro de uma certa escola. Eu achava que o que se fazia na França era muito bom, eu tinha feito estágio tanto em sítios históricos como em sítios pré-históricos. Eu fiz escavações no sítio do Leroi-Gourhan e fiz escavação no sítio que o meu orientador tinha no Vale do Ródano que era bem interessante para um time que começava com uma ocupação daquele grupo de Atenas, depois entrava numa camada de ocupação romana e nós estacávamos na parte alta do sítio. Cada vez que havia uma invasão bárbara de qualquer outra mão subíamos lá para cima e acastelávamos lá encima nessa parte alta e facilitava a defesa. E aí nós íamos encontrando essas etapas históricas e o que me deixou interessado, porque lembrava muito o que nós encontramos aqui, essa passagem da pré-história para história. Sais do mundo bárbaro e entras para o mundo civilizado dos romanos. Então, havia inúmeros exemplos, assim, que podiam ser feitos e comparáveis. Então, o meu interesse era muito grande e por outro lado não podia largar as aulas daqui, dar as aulas aqui na

graduação e na pós-graduação fazia parte da minha vida. E eu achava que essa parte da arqueologia histórica podia ser mais desenvolvida no Brasil. E havia no Brasil certa desconfiança em relação à arqueologia histórica.

T. V. O que é que você me contou uma vez sobre o debate que teve na SAB (Sociedade Arqueologia Brasileira)?

A.K. O pessoal disse assim: "*Eles vão extrair, eles vão abrir uma sociedade de arqueologia histórica*". Não sei se sabe mas nos Estados Unidos a partir do século XIX e, depois, ao longo do século XX se criaram três sociedades de arqueologia. As chamadas Sociedades de Arqueologia Americana é de pré-histórico, onde os arqueólogos pré-históricos estão lá. Depois, se abriu o mundo de arqueologia clássica, onde o pessoal trabalhava num sítio grego ou romano. Depois, abriu o mundo de arqueologia subaquática. E a primeira vez que se fundiram numa só para realizar um congresso, porque as sociedades continuam separadas foi em Tucson no Arizona nos anos '90. Durante um século estes da arqueologia ficaram separados e aqui há um medo que nós criássemos outra sociedade. Eu disse: não, mas não tem porquê. A arqueologia pode ser subdividida em pré-histórica, subaquática, histórica...

T.V. Comparando esse exemplo americano, eles são totalmente federalizados em tudo. Tem arqueologia dos parques e tem arqueólogos ligados só a parque florestais. Tem arqueólogos do exército (forças armadas). Aqui no Brasil tem essa visão um pouco mais centralista.

A.K. De qualquer maneira, o que eu trazia não era nem uma novidade para quem tivesse feito o curso na França. Se eu tivesse feito o curso na Inglaterra - eu vivi na Inglaterra -. O que eu achava interessante era que algumas ideias eram muito boas e outras não. Eu fiz uma seleção daquilo que eu vi e procurei daquilo que se podia adaptar para o Brasil, porque não adianta querer fazer coisas num país onde as verbas eram tão agarradas e restritas. Uma coisa que eu achei que foi um aspecto assim um pouco limitador é que o tempo todo que essa pesquisa durou dois anos. O tempo todo foram verbas que eu consegui, sendo um pequeno professor da Universidade. No campo, chegou a ser um projeto assim do patrimônio da Fundação para a Memória que havia naquela época, então, era sempre bastante complicado e

nesse tempo eu estava envolvido na pesquisa mas eu também não era da Fundação, era da Universidade. Me lembro de um sítio escola de São Miguel - que eu tinha pedido uma verba para sustentar tudo - e eles não sei porquê depois de dar a verba do CNPQ pegaram numa conta minha que eu nem usava mais no BANRISUL, aqui de Petrópolis. E eu tinha fechado conta... E eles tornaram a abrir a conta e botaram o dinheiro lá. E eu não achava. E o pessoal de Brasília dizia: "*O dinheiro já foi!*". E eu na primeira semana de campo eu bancando com meu cartão do American Express. E eu chegava e dizia: "*Eu não sou mecenas do Renascimento... mecenas das artes ou da arqueologia*". Então, havia problemas que iam surgir sempre, sobretudo quando são atividades que estão se engrenando, assim, que estão explorando territórios novos e há situações que são um pouco inusitadas. Eu acho que isso aí não chega a atrapalhar; complica a vida, mas bom... Minha esposa dizia: "*Escuta aqui ó, o rombo está ficando grande com você pagando arqueologia com teu dinheiro*". E o mais engraçado é que na França, quando perguntavam assim: "*qual é o grande problema que você vê na arqueologia lá?*" E aí eu enumerava e dizia sempre falta de verbas. E eles diziam: "*com falta de verbas estávamos nós depois da Segunda Guerra Mundial: parques industriais destruídos, centros de muitas cidades históricas, tivemos que reconstruir a Europa toda, não só algumas cidades ou alguns países que perderam a guerra. Não tem ideia!*" Então, essas dificuldades, problemas de relação entre duas instituições - a universidade e o IPHAN, por exemplo...

T.V. Eu fico imaginando como é que se dava esta relação institucional entre universidade, representada pela sua pessoa lá, e o IPHAN lá.

A.K. Era um acordo entre instituições. Muitos me olhavam como alguém que estava tendo um tratamento muito especial, porque saía muito ao campo e nem sempre era no verão. Algumas aproveitavam no verão para sair com os alunos uma semana ou duas, então, olhavam para mim: "mas já vais de novo para campo? E nós matando-nos a dar aulas". Mas era muito engraçado porque havia de parte a parte, tanto no IPHAN como na Universidade, reações. Porque o que eu fazia para o IPHAN não era nem arquitetura, nem arqueologia pré-histórica. Então, era muito engraçado. E aqui na Universidade a maior parte dos colegas fazia ensino e não pesquisa. Então, nós começamos a montar um plano de ação onde a parte de pesquisa é fundamental. Então, havia muitas dificuldades. Até os alunos também

para saber o que é que se estava realizando ali. Eu me lembro (de) que uma coisa salutar que nós fazíamos era no final do dia reunir todo o mundo e cada grupo falava sobre o que tinha encontrado, o que tinha explicado e se fazia uma visita em toda a escavação para examinar todas as diversas áreas para entender no conjunto o que é que estava acontecendo.

T.V. Eu acho interessante essa dinâmica, porque eu conversei com uma das pessoas que participou uma vez das escavações que era o (Paulo) Zanettini. Ele contou para mim que tentou participar várias vezes e ficou feliz (quando conseguiu). E uma coisa que ele mantém até hoje nas escavações é chegar no final e conversar.

A.K. A pessoa entende assim o que está acontecendo e apela também à dificuldade que os outros estão tendo para encontrar e para resolver o problema. Isto foi muito salutar, porque para mim também foi uma parte boa sair do papel de observador na França para o papel de executor aqui. E a gente também não estava muito preparado para fazer tudo isso. Se você observar os outros pro exemplo participar mas como estagiário numa escavação francesa, e outra coisa é vir aqui e ter que dirigir tudo. Nunca me esqueço de um livrinho que apareceu naquela época que era "Como dirigir uma escavação" que era uma publicação do Patrimônio francês. Então, uma das normas dizia: se você dirige uma escavação, não entre dentro da escavação, não se enfie num buraco, você tem que observar tudo o que está acontecendo e ver se está faltando equipamento aqui, ver o que está fazendo lá, se estão fazendo realmente as anotações, se estão tirando as fotos que têm que tirar, você tem que coordenar tudo. Se você se enfiar num buraco, você perdeu de vista a escavação. E ao mesmo tempo o pessoal dizia: "ah, mas se não escava, não é arqueologia". Porque eu designava pessoas só para tirar fotografias: Lizete (Dias), por exemplo, o Artur (Barcellos), filmaram gravaram, tiraram fotografias e fizeram parte do visual que era fundamental para acompanhar a pesquisa. Mas então era muito interessante, porque estava todo o mundo descobrindo coisas. Eu me lembro, por exemplo, no início, quando foi programada a primeira atividade, parecia uma ideia muito boa inicial do Curtis - que dirigiu IPHAN naquela época. para nos dar alimentação. Fomos visitar o quartel em São Miguel e o cara ficou muito emocionado em colaborar conosco e no primeiro dia da escavação, de repente, pelas onze e

meia, apareceu um caminhão daqueles do exército para carregar vinte ou trinta homens da infantaria lá dentro carregar as marmitas para alimentação. Nos serviram e foram embora. O que sobrou depois comemos na janta. Depois de uma semana, esses caras fizeram na ponta do lápis, porque eles tinham gasto gasolina e em transporte e desistiram no meio do caminho e disseram não podemos manter isso. E aí disseram o seguinte: “Virem-se!”. Mas como, se estava tudo programado? Foi muito engraçado porque você acha que está montando num cavalo e de repente não tem nada. Então, as coisas assim aconteciam. Eles acharam uma boa ideia no começo, depois foram fazer a conta com o representante financeiro e acharam que era demais. Então, normal. Então, esses acontecimentos, na verdade, mostram que, no final, as pessoas olham sempre por si. Nós pegamos a verba e compramos alimentação e contratamos uma moça lá da escola - e ela fazia a refeição para os alunos do segundo grau - e era ótima cozinheira e nos fez almoço e janta tudo certinho na hora, comida caseira fantástica, maravilhosa.

Então, a história do quartel que aprecia no início uma ótima ideia e que tinha sido substituído por uma merendeira escolar e funcionou super bem. Então, são ensaios e erros, você vai descobrindo com o tempo. E depois quando abriram um hotel zero estrelas, o primeiro que tinha naquela região, a fundação estava lá e ficaram sabendo o preço, o lugar. Então, aos poucos estão se acertando essas coisas. Hoje tem pousadas em São Miguel, tem 3 ou 4, carta de vinhos, antes não tinha nada disso. Eu passei anos acampado numa barraca que eu tinha, sentado, com a tampa da máquina colocada em cima do meu joelho e a máquina era uma Lettera 22 da Olivetti e aí digitando uma carta para o Prefeito, uma carta para o Presidente da Universidade, porque precisava da universidade alguma coisa. Mas eram poucas as coisas que se havia naquele tempo. E é claro que numa época assim de pioneirismo, a gente estava começando a abrir um território virgem, a arqueologia pré-histórica já estava fazendo arqueologia há muito tempo, então, eles já tinham já toda uma batida de ir a campo...

T.V. Este trabalho foi o primeiro no Estado a focar sobre Arqueologia Histórica? Isto é, com uma forma científica vinculada à academia.?

A.K. Não. Eu estava a espera de outro trabalho, mas eu era aluno de graduação e quem estava fazendo o levantamento ali no bairro dos Ijuí e passou

pelos sítios arqueológicos foi Brochado com o PRONAPA . Então, na verdade, não era o objetivo a arqueologia histórica, mas o Brochado não deixou de visitar também os sítios arqueológicos e históricos. Então, como eu estava com ele servindo de mão de obra e carregando baldes, então, na verdade, foi uma experiência interessante, porque nós temos visto sítios guaranis e entramos nas missões e eu vi escavar dentro da missão e para mim foi uma experiência ótima e o Brochado fez direitinho o padrão. E depois teve outra escavação, mas essa eu não tive oportunidade de visitar, porque eu estava na França, foi a do La Salvia que não sei como é que foi feita. Eu só visitei o sítio depois. Então, eu não sei bem em detalhe e tive que perguntar o que é que aconteceu. Estava na França a estudar e não pude ver. Bom, e aí, quando eu cheguei da França, peguei o exemplo que eu tinha aprendido na França, principalmente nos sítios históricos que eu tinha visitado.

T.V. Desse exemplo francês que você se inspirou...claro que você quando pega um modelo que está aprendendo, sempre vai adaptando à sua realidade em seu país de origem e tem que adaptar a algumas realidades, portanto, profissionais, como também científicas. Neste sentido, o que é que você diria, que do teu exemplo francês, você teve que modificar aqui no Brasil? Isto é, o que você teve de melhorar, adaptar de forma que pudesse ter sucesso e avançar?

A.K. Na realidade, havia duas escolas lá: o sítio de Leroi-Gourhan, a decapagem em horizontal em grandes superfícies. E eu tive a ocasião de ver como é que o método funcionava, quais eram os limites e as possibilidades do método. E o meu orientador fazia o sistema Wheeler. Isto é, quadrícula de 4 por 4, sistema clássico do tipo de quadrícula. Então, para mim foi muito bom, porque tive a oportunidade de experimentar os dois métodos e ver o que é que cada um trazia de construtivo ou de maior, ou melhor rendimento. No final, sabia todo o suficiente, mas o caminho era um pouco diferente. Então, na medida em que nós começamos a escavar aqui nas missões, eu tinha três escolas para seguir, tinha um levantamento rápido que eu podia fazer um sistema de corte do PRONAPA. Se eram escavações de maior escala, podia optar ou pela quadrícula Wheeler ou pelo sistema de decapagem. Por exemplo, quando nós começamos São Lourenço, a primeira ideia minha era tirar algumas amostras do sítio para saber o que é que tinha de conteúdo o sítio. Eu não sabia se a estratigrafia era longa, se era profunda ou se não era. Então, foi bom ter algumas amostras, tipo um

sistema de sondagem. Depois, por exemplo, em São Miguel para aquela entrada ali, aquilo foi ótimo, porque estavam 4 quadrículas do Wheeler e nós aplicamos o sistema Wheeler para ver como é que funcionava. Foi muito bem também. E outras áreas a gente destacou nisso assim, escavação em grande superfície. Foi muito bom, porque eu dizia assim aos alunos: não existe uma maneira de fazer arqueologia. Tudo o que tem que ver no que existe disponível e saber o que é que se pode aplicar melhor. E aí depende também da etapa da arqueologia que tu estás. Através de uma sondagem para conhecer o sítio, você faz um código, se você optou por uma área para escavar, você pode escolher entre os dois métodos, mas depois tem ainda mais o laboratório e que fazer com o metal, que fazer com a cerâmica, que fazer com o vidro, a loiça inglesa, a loiça missioneira. Eram montes de problemas no laboratório. E depois, então, aquelas etapas de laboratório e elaborar os artigos para congresso, apresentar esses resultados porque isso era a prioridade do sistema. Quando iniciar a segunda campanha no ano que vem, tem que apresentar os resultados da anterior para mostrar que a pesquisa foi em andamento e não ficou tudo guardado num depósito para ser armazenado. E, então, havia uma continuidade. Então a gente começava as escavações, passava pelo laboratório, terminava nas conclusões, interpretações e aí já estava na ida a campo de novo, mas se completava o ciclo.

T.V. Quanto tempo mais ou menos?

A.K. Um ano entre uma campanha e outra. Tinha que estar tudo pronto. Então, isso era obrigatoriedade e isso nos obrigava a trabalhar duro no laboratório ao longo do ano. Mas para os alunos era muito bom, porque podiam não só participar de campo, mas podiam fazer estágio no laboratório no CEPA e ter razoável estágio. Mas era uma experiência boa porque eles terminavam também apresentando seus trabalhos e coisas de iniciação científica. E todo o mundo muito orgulhoso dentro do Departamento de História porque podiam usar o conhecimento sobre história para arqueologia e isso nem sempre era muito evidente na arqueologia pré-histórica, porque a gente tem de pré-histórico muito pouco. Então, para eles era interessante, porque era a idade moderna, era a história americana, latino-americana, era história missioneira, era muita coisa que tinham que estudar para fazerem interpretações.

T.V. Na época tinha alguma participação ativa aí no local de alguém do patrimônio ali acompanhando, vendo as atividades?

A.K. Não. Nos visitavam de vez em quando. Não tinha também ainda essa portaria antes, não havia portaria. A portaria surgiu depois. Então, na verdade, ele não exigiu nem relatório. Eu tenho ali no CEPA, se quiser pode olhar, são 16 relatórios de todas as campanhas que foram feitas. Tudo. Cada quadrícula está no relatório de quem encontrou, o que é que apareceu na estratigrafia, que material, etc. Mas não havia muito interesse. Na verdade, quando viam os resultados, eles ficavam satisfeitos, mas passavam um pouco de lado também para as atividades. Não tinha ninguém da arqueologia lá dentro nem para se interessar. Você é um pioneiro, não se esqueça. Então, era uma situação um pouco estranha. Ficavam satisfeitos, mas havia às vezes algumas dores de cotovelo também não só de parte de colegas meus, como dos arquitetos do patrimônio. "*O Arno está se aproveitando das missões para se projetar*". Como "se aproveitando"? Eu sou obrigado a fazer o trabalho, eu sou obrigado a fazer congressos, publicar livros e artigos. Se eu não publicava, era idiota. Na verdade, é complicada essa história, porque é sempre quando se inicia num território novo, ocorre o que eu chamo incompreensões, porque o pessoal não conhece. Disfunções da burocracia, isso mesmo. Então, nem sempre as coisas te correm muito bem. Essas reações são naturais, acho, pela não compreensão. Eu tive um colega meu que ainda hoje me diz que não existe arqueologia hispânica. Ele estudou na Alemanha e aprendeu que arqueologia ou é pré-história ou é clássica, medieval. Mas essas são divisões de períodos. Arqueologia pode ser ou pré-histórica e pode botar muita palavra, pode ser arqueologia sub-atlântica, de salvamento, o que tu quiser. Mas a arqueologia o que vale... Meu Deus! Então, aquilo foi tipo piadinha: "*então, você vai de novo com as meninas para campo, eh?*". Então, era dor de cotovelo, porque as meninas não se interessam por um projeto e querem passar uma temporada pegando sol no campo fazendo *rap*. Isso é por engano de você. E o cara era muito engraçado porque você além de programar o trabalho, você se esforçava que saísse uma coisa razoável, afinal você também estava numa experiência. Você tinha que averiguar essas piadinhas que, na verdade, mostram que há uma incompreensão. Porque a piadinha vem, mas ela tem um fundo. E você não sabe se levar na brincadeira ou ficar furioso.

T.V. Eu estou imaginando porque é um trabalho de arqueologia dentro de um sítio arqueológico histórico na época e lidar com esse olhar, embora a UNESCO já tivesse tido no início uma dificuldade enorme, mas é importante saber que a própria UNESCO já tinha vindo para cá. Agora, com relação a essa nova forma de olhar no sítio arqueológico ali, de começo ao fim dos trabalhos, você conseguiu perceber uma mudança? No momento você não consegue e tem que ter uma distância assim e se afastar e olhar para aquele evento que estava correndo.

A.K. Não. O que aconteceu foi o seguinte. Os alunos que se destacavam na primeira e na segunda temporada e que queriam continuar, normalmente eram transformados em chefes de equipa logo em seguida, porque sabiam muito mais que os outros. E esses que eram chefes de equipa tu vai ver hoje afinal há quem dirige um museu. Não, na verdade, eles se destacaram de simples alunos para passarem a ser chefes de equipa encarregados de relatórios, sabendo que tinham que anotar todos os planos de todo e de perfil, a trabalhadeira que precisava. E eles aprenderam na prática também. Depois, no laboratório tive de manipular esse material todo e aí sai o artigo sobre o metal, sai o artigo sobre a cerâmica e tal. Todos esses se viram muito envolvidos e esse é muito bom, porque ter um nome afinal bom como hoje sabe que tem condições de tocar na pesquisa de um grupo, uns melhores que outros, mas no final foi interessante. Porque o que eu achava bom no sistema francês é esse delegar as responsabilidades para a pessoa aprender na prática e tem uma frase que eu acho muito boa: "não é na teoria que eu estou aprendendo o negócio, é pela prática e pelo exemplo"; quem dirige tem que dar o exemplo de como é que se faz bem e pela prática, na medida em que aprendendo e fazendo é que os alunos vão aprendendo a verdade; a teoria vem em seguida. Na verdade, o teórico inicial, quem coordena a pesquisa, ao elaborar o projeto já colocou os marcos teóricos, as leituras obrigatórias, mas tem aquela parte prática, oriunda da escavação. E isso é que o pessoal aprendeu a fazer. Aquela ideia. Porque eles obrigavam a ler tudo sobre missões, todo o contexto histórico. Eu acho que no terreno, afinal, era muito satisfatório para mim, porque eu via gente crescendo. Depois, uma coisa interessante q que eles crescem rápido nessa época, de 18 anos a 22 anos. Com o diploma uma pessoa sai já com uma ideia amadurecida. Então, eu acho que esse crescimento era bastante rápido, porque eles

também estão amadurecendo rápido, porque saem da adolescência para serem adultos. Então, isso era muito bom.

T.V. Esse amadurecimento que você está destacando - e agora colocando não uma análise apenas regional do Rio Grande do Sul mas pegando no contexto americano, as atividades que estão sendo feitas noutros sítios - de que forma foi recebido e de que forma foi a relação dos resultados que vocês tiveram na época com as comunidades arqueológicas sul-americanas? Como foi recebido esse resultado?

A.K. Sempre foi muito bom, porque os argentinos estavam começando a fazer a mesma coisa do outro lado e o sítio deles também entravam na relação da UNESCO e tiveram que trocar a atividade de pesquisa e a (Ruth) Pujade que desenvolveu lá em Posadas. Quando nos encontramos em congresso, ainda hoje eu assisto aos trabalhos da Pujade, ela cita meus trabalhos e nós trocamos figurinhas, trocamos nossos textos e desde aquela época acompanhamos o que o outro anda fazendo. Então, desde aquela época começou um ping-pong entre nós. Lastimavelmente, é uma pena que no Paraguai não se fez nada, nunca surgiu um grupo de arqueologia. Então, ficamos nós e os argentinos trocando figurinhas e cada vez que nos encontrávamos passávamos textos que estavam sendo elaborados. A Pujade conseguiu um acordo com o pessoal de Rosário que começou a ajudar. Aliás ajudaram muito com respeito ao laboratório. Então, isso aí foi muito bom. E, além de outras equipes do Brasil que surgiram também, porque surgiam nessas cidades de fazer arqueologia histórica no centro do Rio de Janeiro - aquela zona do Palácio - então, começava a surgir problemas nas escavações que eram necessárias e gente trocava figurinhas. Foi muito bom quando os primeiros grupos de arqueologia histórica começaram a se desenvolver. A gente teria condições de trocar. Eu fiquei muito interessado no trabalho do Albuquerque lá em Recife, que é um centro histórico importante, então, pouco a pouco, sei o que se foi desenvolver para a desconfiança do pessoal da arqueologia pré-histórica. A gente começou a se aproximar. Foi muito bom. Depois, na Argentina também, pessoal de arquitetura da Universidade de Buenos Aires, apesar disso, havia uma troca e mesmo esse pessoal começou a fazer arqueologia de campo como os argentinos e criar equipes, logo tiveram que fazer face a esse tipo de história também. Me lembro da escavação

dos argentinos em Vila Bela foi um trabalho muito bom, porque o cara sabia olhar para um sítio histórico e te dá vontade de ir também. Então, há vários exemplos assim a surgir imediatamente. E era bom a gente ir lá para trocar ideias, para não estar sozinhos para haver um diálogo e ver cada um que experiência está passando e o que é que tem a dizer. No final foi uma boa experiência, eu acho.

T.V. E daquele período para hoje, assim, você observando há uma consolidação da Arqueologia Histórica, do nascimento talvez, mas há efetivação de um padrão de trabalho que estava acontecendo ali - pelo menos é assim que eu observo. Que fatos ou que exemplos que você consegue preservar hoje e que você consegue pôr isso e tem uma ligação com um que foi feito por nós naquela época? Você consegue observar certa linearidade?

A.K. Não, foi um crescendo, eu acho. Por um lado eu acho que a gente sai um pouco prejudicado porque a maior parte do pessoal é obrigado a ganhar a vida e é obrigado a fazer arqueologia de contrato...é muito rápido. Mas, mesmo assim, no ambiente universitário a coisa continua crescendo. Vou te dar um exemplo. Esse semestre a professora que dirige o Doutorado em Arqueologia do Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro, ela tinha dado a parte de teoria arqueológica, mas ela dá de tipo antropológico. ela me chamou para dar uma disciplina de uma semana inteira sobre a relação entre arqueologia e a história, que é o meu campo. Porque a minha formação é de historiador e depois de arqueologia. Então, eu vi, puxei lá, do início das escavações em Roma, Pompeia, Herculano, comecei a montar esse diálogo entre história e arqueologia e também eram compreensões e incompreensões e e tinha visto muita teoria antropológica, mas não tinha formação antropologia, a minha formação era de história. Mas saiu ótima a disciplina porque, então, a gente vê as preocupações além do campo e além do laboratório também é amigo da discussão teórica. Esse percurso se desenvolveu ao longo duma história da arqueologia. E aí peguei uma série de exemplos de arqueólogos que trabalhavam com o tema da arqueologia na pré-história e aí a gente debruçou um estudo que foi de textos da época desde que se começou escavação no Egito, na Mesopotâmia, depois com as escavações na Inglaterra, na Alemanha, na França. Inúmeros autores escreveram sobre isso. E aí começou a nossa aprendizagem e essa situação de relação em termos disciplinar com a história sempre correu super bem, até com

muita tranquilidade com os historiadores, muito mais compreensões do que incompreensões, enquanto que com a antropologia e a pré-história em quase sempre estão unidas assim e há muita discussão e sempre de novos paradigmas e sempre de estar a ultrapassar e para novas etapas. Em certas áreas é mais tranquilo, mas em outras é mais tenso. Mas nos textos de historiadores e arqueólogos se vê um pouco isso, mas a preocupação é outra. Eles pediram a disciplina porque achavam que estavam precisando aí. Então, não só no campo e no laboratório que está a chegar outra etapa de falar mais sobre o histórico da arqueologia e eu acho que isso avança para o crescimento.

T.V. Essa formação tua de historiador, ela certamente influenciou o teu trabalho na época e uma metodologia de trabalho que procurava mesclar a arqueologia com a história. Vocês tinham acesso a documentos? Como é que vocês estabeleceram esta relação com os documentos?

A.K. É o que eu disse. Naquela época eram quatro anos. Então, o trabalho final depois de quatro anos deu um livro de 500 páginas. A bibliografia portuguesa, a documentação em espanhol. E depois como eu consegui a bolsa para fazer arqueologia na França, eu não tinha terminado ainda aqui a dissertação do mestrado e aí eu fui dar uma olhadinha na França para ver se tinha mais alguma coisa para me completar. E o primeiro ano é mais simples, terminei a dissertação, daí defendi terminando lá a tese de doutorado, aproveitando uma bolsa para fazer duas coisas. A aí eu me vi um louco porque eu que encontrei lá era muito mais do que tinha aqui, então, na verdade, terminei a pesquisa lá, o 50% da pesquisa foi feita lá, a redação foi feita lá da dissertação e depois eu vim aqui defendendo num mês e voltei logo. Resultado: dominava muito bem a bibliografia e a documentação. Eu sabia quem tinha escrito tal e tal. Dominava completamente essa parte da documentação e isso ajuda muito na escavação arqueológica aqui. Você sabe a data de fundação, quem organizou isso, quando se construiu tal parte e tal outra parte e os conflitos. Esse contexto todo para mim era muito claro. Mas isso eu tive que passar para os alunos: você tem que ler! E aí eles entendem que é uma documentação primária, não adianta ler o que fulaninho disse.

T.V. Este teu conhecimento histórico no processo de escolha daquilo que vai ser escavado. Qual foi a sua linha de raciocínio para chegar e escolher que aquele local ia ser escavado?

A.K. Quando a gente entrou no povoado missioneiro, eu disse assim “*a gente que abrir um poço teste em cada lugar mais importante: um no cotiguaçu, um no cabildo, um no claustro dos artistas, um na oficina*”. Então, a gente foi ganhando opções desse tipo. Na realidade, talvez - e sou obrigado a reconhecer - o Iphan, que na época só tinha aqui arquitetos, imaginaria que havíamos de fazer aquelas escavações arqueológicas que eles precisavam para as obras. E eu dizia não, porque eu tinha um problema científico. E eu dizia que como você não me paga um salário e quem me paga é a universidade, eu tenho um trabalho para corresponder e resolver ou a partir da documentação escrita ou da documentação arqueológica. Na verdade, eu me sentia um pouco livre para escolher o lugar, então a gente fez e cada ano passava e novas interrogações surgiam e agente decidia ir para outro lugar. Era muito legal isso de ter uma certa liberdade de escolha do que quer fazer. Liberdade também dos convidados que tu ia convidar para ir participar contigo na escavação. E era muito bom, porque no final da tarde, quando a gente tinha terminado a atividade do dia, podia trocar ideia com o pessoal e era muito bom.

T.V. Eu acho interessante poder se colocar convidados e aí colocou aquela afirmação que na época só havia espaço para seis arqueólogos no Rio Grande do Sul. E hoje aqui, em Porto Alegre, você tem oito arqueólogos, só na cidade de Porto Alegre. E pegando a mudança de visão na época, qual é a quantidade de portaria que são publicados, então você consegue quantificar o tipo de projeto e o enfoque dele. Hoje você tem 99% dos projetos são ligados à arqueologia de contrato e 1% arqueologia científica. Na tua época, eu acho que era o contrário.

A.K. Com certeza.

T.V. Essa mudança de paradigma, de enfoque, tem que se situar no novo contexto econômico, cultural e político do próprio país. Te preocupa essa mudança de paradigma?

A.K. Não. Porque quando eu estava na França, a mesma coisa estava

acontecendo lá. O que eles tiveram lá, e que nós tivemos aqui ainda, é que há um instituto só de arqueologia de contrato estatal federal. Na Holanda, então, eles têm o Instituto, mas é uma arqueologia preventiva mas reúne todos os arqueólogos que trabalham para arqueologia de contrato e é um órgão federal. Isso nós não criamos ainda. Imagina a competição com o patrimônio, não sei. Mas lá se criou e só arqueólogos e eles que segurem as atividades e se reúnem e publiquem. Então, eles conseguiram. Mesmo naquela época não tinha ainda institutos, mas eu me lembro que dizia: "cuidado, o fato de satisfazer a arqueologia de contrato não quer dizer que vocês vão fazer uma má arqueologia, têm de fazer a melhor arqueologia de qualquer maneira". A responsabilidade com a produção do conhecimento é fundamental. O que eu notava aqui alguma coisa também interessante é que o pessoal achava que a arqueologia era uma atividade lúdica e que era um pouco happening, tipo Woodstock. Não, não - eu dizia - porque era produção de conhecimentos. Então, se eu vou escavar, preciso de tirar informação e produzir um conhecimento que justifique eu ter escavado. Não adianta só escavar, fazer um relatório. Então, essa imposição da função social da arqueologia, da necessidade de conhecimento, deixei escrito o que é que fizemos, mesmo hoje não se leia. Quando começou a aparecer instrumento de metal, por exemplo, fiquei louco, porque em arqueologia pré-histórica não tem o item de metal. E o que é que se faz com isso? Então, consegui bibliografia na Argentina, no Uruguai, na Europa principalmente na Inglaterra aí começavam a aparecer os manuais de preservação desse tipo de coisas contra a ferrugem. Então, cada item no laboratório era outro território a ser explorado. E arranjar um Cristo que resolva arregaçar as mangas e toca a fazer análise do material! Tanta coisa para fazer, tanto detalhe. Era bem interessante porque tu te sentia um pouco pioneiro. Claro que quando tu é pioneiro, se desculpa um pouco os erros. Mas havia uma responsabilidade de fazer o melhor possível.. Eu me lembro de uma frase do Leroi-Gourhan a respeito disso: "*na arqueologia nada explica fazer uma má arqueologia e tem que fazer uma prova*". E o Braudel também tem uma frase que diz assim: "*toda a história tem que ser a melhor da história possível*". Então isso é verdade tanto na história como na arqueologia. E os caras ficavam, e claro que fazer algo rápido não significa fazer mal feito. Mas havia, assim, frases e ideias que eram apresentadas sempre como ... a história da arqueologia, mas era muito importante.

Nós, os orientadores, fizemos também na ótica da pesquisa que gera conhecimento histórico. Eu seguia essa ótica. Eu tive alguma experiência de arqueologia de contrato, mas não dá tempo. Se eu faço escavação num verão e volto no outro verão, eu tive um ano para pensar e refletir sobre aquilo e aí não tinha muito tempo, porque também havia congressos. E a gente trocava impressões com o Chaves. Ele veio aqui umas cinco vezes. Então isso era muito importante, porque se trocava figurinhas. E circulavam muito as coisas.

T.V. Essa incompatibilidade de tempo que as vezes os arqueólogos se queixam na arqueologia de contrato, a de vocês, embora acho que fosse uma arqueologia científica, estava dentro de uma arqueologia denominada preservação arqueológica, está lidando com um sítio arqueológico e você tem questões vinculadas à preservação do sítio arqueológico. Isso, você relatou algumas vezes da dificuldade de relação - eu acho - com os arquitetos. Essa compatibilidade....

A.K. os arquitetos gostariam que a gente fizesse uma série de trabalhos que não tem condições de fazer. Porque antes de nós entrar na arqueologia missioneira, o La Salvia e eu, eles andaram fazendo umas escavações lá próximo das fundações. E no livro do Wheeler ele diz: cuidado, você não pode romper a relação da parede com a estratigrafia. Então, eles queriam que eu fosse lá fazer certo. Mas eu nunca tive menor ideia, não é a minha especialidade isso. Contrate alguém especializado em conservação de prédio e construções. Eu nunca tive nem uma disciplina sobre isso. Então, havia uma certa frustração, porque eu não podia fazer tudo que eles se imaginavam e eles não faziam tudo que eu podia imaginar, mas no frigar dos ovos sempre houve uma relação que deu certo. Eu me lembro que uma vez a Débora foi comigo a Câmara também. Cada arquiteto que vinha lá, a gente trocava figurinhas e eu ficava olhando o que é que o outro estava vendo e era bem interessante. Eu não me engano do rapaz que morreu muito cedo...

T.V. O Odair (arquiteto do IPHAN-RS), se não me engano.

A.K. Sim. Ele me ensinou como é que se lia um edifício. Tchê, eu fiquei emocionado! Ele começou lá na igreja de São Miguel, lá pela sacristia, e começou: olha que isto foi a primeira coisa que foi feita aqui, olha como isso aqui isso não está

encaixado, a parede ela se encosta... Ele começou a me ler interpretando um lado da fachada da igreja. Eu fiquei emocionado com a ideia de um arquiteto lendo um edifício. Eles liam um edifício. Houve coisa muito boa, a gente aprendeu.

T.V. Esse tipo de parceria já é feita muita pelos mexicanos, eles têm pessoas a se formarem para trabalhar com os monumentos da arquitetura e arqueologia ao mesmo tempo. Creio que na França isso também aconteça. Que característica você acha que o Brasil tem na sua ciência arqueológica que podia ser levada para fora? Porque muita gente fala de se apropriar de elementos de fora do país. Você acha que alguma característica do Brasil em lidar com a pesquisa científica num sítio arqueológico...?

A.K. Acho que não. Não creio numa maneira de fazer brasileira que caracteriza isso. Mas nós somos bons experientes daqui que ajudam muito. O pessoal veio da Argentina sempre ouvindo o que é que eu queria dizer sobre missões. E como eu tenho um conhecimento também histórico, que muitas vezes eles não têm, eu faço um jogo entre material. Este jogo é entre a documentação escrita e a documentação material. Acho que a gente tem de falar disso, tem que fazer isso e não pode esperar que os outros vêm. Você tem que ir lá e pegar o material e utilizar. Mas eu acho que logo logo a gente aprendeu a trabalhar com a iconografia, documento escrito, documento material e o testemunho oral; a fazer pergunta para o pessoal mais velho. Eu andava atrás de um senhor lá que tinha morado em...

T.V. Você morava aonde?

A.K. Em São João Baptista. Tinha as ruínas da casa dele lá. Então, essas informações são sempre muito boas. Se aprende a trabalhar, deve haver certa flexibilidade para trabalhar. Claro que algumas vezes é normal quando a gente começa, tem que ser mesmo diagnóstico. Arqueologia diagnóstica. A arqueologia é muito mais, não se limita só à arqueologia de contrato. Tem outras considerações teóricas também.

T.V. E nesse contexto atual da Arqueologia Histórica, de trabalho, de pesquisa, você teria alguns exemplos que poderia citar e que mostram, de certa forma, um papel de avanço?

A.K. Vou te falar da última coisa que eu visitei foi o cais do Valongo no Rio de Janeiro que a Tânia está escavando, foi espetacular, de material belíssimo, de origem africana. Tanto material que eu nem sei quando eles vão terminar de analisar aquilo de tão rico que é. Ou a escavação de campo de batalha do Albuquerque, em Pernambuco, de Guararapes. Então, foi bem interessante para arqueologia mundial, não só para a arqueologia de campo de batalha. Temos bons exemplos. E achei um bom trabalho também que foi desenvolvido em Belém do Pará no antigo porto. Tem algumas coisas boas. Tem algumas coisas ligadas a arqueologia pré-histórica. E tem cidades magníficas.

T.V. E o teu papel, assim, você é um dos primeiros arqueólogos a sair e a estudar fora para se formar academicamente fora do país e ganhar experiência fora, como é que a arqueologia brasileira era vista e como é vista hoje? Ela é vista, é citada, ela é percebida fora do país por outros profissionais hoje?

A.K. Não sei. Hoje se circula tanto no estrangeiro. Tem tanto brasileiro por aí. Hoje é bem mais conhecida do que naquela época. Naquela época para sair era difícil. Eu tive antes em Tucson no Arizona. Eu tive numa missão franciscana. No México eu tive dando uma olhada também.

T.V. Isso foi antes?

A.K. Antes da França. Eu tinha que conciliar com a Maria Lúcia também. Mas naquela época não tinha pessoal da arqueologia. Então, a gente começou mais recentemente. Quando eu tive na escola de Altos Estudos de Ciências Sociais estudando, éramos 30 brasileiros. Hoje me disseram que tem 600 lá.

T.V. E estes geralmente são de ciências humanas, história, arqueologia.

A.K. É. Nossa! É uma ótima formação. Mas eu não me arrependo. E uma coisa que eu acho muito estranho porque naquela época tínhamos duas superpotências, uma os Estados Unidos e outra a União Soviética e uma terceira via que foi depois a Europa Ocidental. E fiquei muito satisfeito da escolha que fiz,

porque, na verdade, se faz uma arqueologia ótima. E eu já via, naquela época, pessoal a fazer comentários por uma questão ideológica. A escolha seria a Rússia, ou os Estados Unidos. Tinha diversas correntes, diversas ideias e havia uma interação entre todos e com diversas ideologias. O debate era muito intenso e muito bom.

T.V. Eu conheço exemplos de arqueólogos na França, arqueólogos nos Estados Unidos. Tinha experiência de arqueólogos indo para a União Soviética naquela época?

A.K. Não. Havia um problema da União Soviética, porque eles –vamos dizer assim os russos – ocuparam muitos territórios. Então, não podia fazer uma arqueologia daquela região, mas dos “russos”. Já havia um problema e tinha que seguir um materialismo dialético.

T.V. Materialismo até dá para a arqueologia.

A.K. Não, mas o exemplo é um arqueólogo inglês que era comunista foi à União Soviética e voltou da União Soviética decepcionado pelo baixo nível teórico dos caras: Gordon Childe. Fez belíssimos trabalhos nos anos 30 e 40. Tendo voltado da União Soviética disse que continuava marxista, mas não daquele jeito. Era uma certa ortodoxia ali na União Soviética. Não era bom. Depois, o que incomoda é que às vezes a gente está lendo um livro de um antropólogo biológico e o livro começava assim, falava cientificamente sobre a evolução. De repente, da segunda página, o cara se lembrava de dizer que quem não acreditava era um mero burguês capitalista, aí parava e voltava a falar cientificamente atrás. Aí, depois, outra vez, dizia que quem era contra o Darwin era um retrógrado burguês capitalista decadente. Parecia que tinha uns ataques de repente. Era cansativo aquilo.

T.V. Estes arqueólogos soviéticos costumavam participar dos eventos da associação?

A.K. Nunca. Havia até um problema pra sair.

T.V. Nem nenhum dos países da esfera comunista como, por exemplo, Hungria...?

A.K. Da Europa chegava gente de todos os lados. E foi ótimo haver gente da Espanha, da Itália, da Inglaterra. Eu me lembro uma vez a Margaret estudou na Inglaterra e convidou um inglês que fazia escavações no Egito. E ele disse: “ Você não quer falar francês comigo?” Eu achava ótimo ver ele falando inglês; eu adoro o inglês da Inglaterra. E eu acho bonito o som do inglês. Animadíssimo. E era muito legal esta troca. Achei genial.

T.V. Esta troca, como é que ela se dava no dia-a-dia?

A.K. Existe uma instituição que é o Colégio de France – eles são eleitos para dar aula lá - e lá eram só catedráticos. Então, tu ias assistir a um seminário do Claude Lévi-Strauss, mas o Lévi Strauss não podia dar o seminário porque estava a dar um curso nos Estados Unidos. Aí seminário de Leroi-Gourham a partir de tal data no segundo andar. Então, estes nomes assim que você via atuando ali. Tu ia passando ali pelo corredor da Escola de Autos Estudos Sociais e com aqueles nomes de grandes de pesquisadores ali: Braudel, Duby. Era legal. Mas depois tu ia ver que ela estava lá a tomar um cafezinho debaixo do banco no intervalo. Era muito legal. A primeira vez que eu vi o Hodder foi num seminário na Sorbonne, estava dando um curso lá. Era muito bom.

T.V. Mas eles eram acessíveis?

A.K. Sempre foram. Todos eles. Superacessíveis.

T.V. Acessíveis mesmo se você está com dúvida e quer marcar um horário com eles para conversar?

A.K. Não, não. Tem uma norma. Fala com a secretária, pede uma reunião. Mas normalmente aceitavam. Eram muito abertos.

T.V. Acho que é interessante esta parte de relação que é extremamente importante para o fundamento, para a troca de ideias, de experiências.

A.K. Tinha que ser muito objetivo e conciso. Ter um questionário de dez questões e depois começar com outras questões quando ele vier.

T.V. Tinha que se chegar com um objetivo para conversar assim.

A.K. Tem que ser sempre objetivo. Fala e diz qual é o seu projeto de pesquisa, o que é que está fazendo. Nada de piadinha no meio. Nada. Tudo sério. E eles são muito educados também quando mostram divergências em relação com os colegas. Há um grande respeito pelo trabalho do outro. Sabia que o camarada lutando por falta de verba, por problemas institucionais de abrir territórios novos. Não se conhecia muito bem a metodologia mais adequada para aquilo, este problema de territórios novos. Respeita-se muito este trabalho do outro. Isso é importante. E aqui havia um pouco, as vezes, nem sempre se sentia muito bem esse respeito deste esforço.

T.V. Isso aqui ou lá?

A.K. Aqui. Lá não, lá havia um respeito muito grande. Aqui quando voltei com o doutorado da França, eu ouvi uma frase do diretor do instituto. Ele cegou uma vez e disse assim: "Enquanto vocês faziam turismo na Europa, nós estávamos carregando essa universidade nas costas." Mas há um pequeno detalhe. Eu não estava fazendo turismo, eu queria aproveitar para fazer uma parte da minha tese em francês. Custou-me fazer aquilo.

T.V. Era uma visão de certa forma elitista?

A.K. Eu tive que defender na língua dos nativos e isto era um problema. Se alguém vem da Espanha e quer defender em espanhol, eu aceito sem problema nenhum e pode defender a tese dele aqui em espanhol. Mas lá não, era francês e tinha que ser em bom francês. Se não, eu era um bárbaro, não era ainda um civilizado.

T.V. Agora, tem uma coisa que queria te contar. Eu tive um curso de história e era especialmente arqueológico brasileiro. E nesse curso você foi classificado como um arqueólogo da segunda geração e assim, no Brasil, você estaria junto do Walter Neves, o Brochado, pessoas do mesmo período histórico de formação.

A.K. Está certo. Aqui entre nós (Rio Grande do Sul), temos o Rohr, o Schimitz são nossos professores. Eu fui aluno dele, de iniciação de arqueologia, era aluno de

graduação. Aquela foto que andou a circular por aí do grupo reunido, eu era aluno de graduação.

T.V. E tomando que todo o mundo está assim iniciando, comparando com a geração anterior, você é considerado como o *enfant terrible*, de que forma você observa assim a tua formação na época como sendo um desafio à geração anterior?

A.K. Foi um desafio.

T.V. Em que sentido?

A.K. Foi um desafio, porque é o seguinte. Nós tínhamos um problema muito sério aqui que era a falta de bibliografia. Entrava na Globo que era a melhor livraria da época, assim um método de história, aí estava tudo misturado antropologia e história e todas as ciências humanas em monte de literatura. Não tinha bibliografia na época. E eu cheguei lá e encontrei bibliotecas fantásticas, aí feito um louco, no meu trabalho a citação de obras que o pessoal aqui não conhecia. Então, saí e apresentou uma mudança e vinha com ideias que por alguns podiam ser um pouco subversivos em relação com quem era tradicional. Nesse sentido, mas aí eu noto que aqueles que tinham segurança naquilo que faziam, achavam que isso era fundamental, que a ciência tem construção em cada geração e que é obrigação da nova geração de ajudar. Muitos tinham esta ideia e aceitaram muito fácil, os que acharam que nós éramos subversivos em relação a alguma coisa que era tradicional, esses aí infelizmente não estão progredindo. Eu sinto muito, mas ficaram para trás. A gente aceitou muito bem as ideias. Inclusive, uma vez surgiu uma discussão muito interessante em relação à minha tese, porque na minha tese é o seguinte: eu vou fazer a minha tese na França e o tema era aqui no Prata e não tinha muita bibliografia lá. Tinha muita coisa de bibliografia geral e assuntos deles. O que é que eu fiz? Eu recolhi tudo o que podia de publicações de todo o mundo que tinha andado por aqui, inclusive argentinos que andaram por aqui, e mandei via aviação. Eu tive que ir buscar lá no aeroporto e carregar uma caixa pesadíssima cheia de separatas e livros, e eu tive um bom material para pesquisar. Mas grande parte das coisas que eu coloquei ali eram ideias tiradas das aulas e das leituras que ia fazendo lá. Então, quando eu voltei, não só eu tinha feito um rearranjo com tudo

aquilo que eu tinha levado, eu tinha as informações de arqueólogo, mas enquanto que para um arqueólogo o sítio X 45 é o meu sítio, para mim não era. Aí qual foi a reação do Schmidt que era o meu mestre? Quem trabalhava com ele, na equipa dele, chegou e disse assim: "*mas ele pega nosso trabalho e pega tudo isso e sai fazendo outras ideias diferentes das que nós tínhamos no nosso trabalho*". Aí, o Schmitz deu uma risadinha e disse: "*não, nós ficamos na cozinha fazendo o prato, mas quem leva o prato para servir no restaurante para ao cliente é o garçom e é esse que vai receber os elogios no final.*" É engraçado. Alguns aceitavam que você vinha com ideias novas, mas, mesmo assim, havia sempre uma certa tensão.

T.V. Outra questão. A partir da geração anterior, da geração da década de '80, aí você pega a década de '90 e começa a haver o surgimento de instituições de pesquisas espalhadas pelo país. Começa a ter uma diversificação dessas instituições. Existiam críticas à tua geração anterior ou como você observou essa nova geração? Também teve críticas essa nova geração?

A.K. Eu acho que a nova geração... Eu tive sorte porque, como eu fui para França e não participei do PRONAPA, esta gente estava preocupada em desencadear o plano e eu só ficava olhando. Eu não sei bem o que é que o pessoal resolveu atacar, mas fiquei de lado e não me vi envolvido em nenhum debate. Até agora pelo menos não.

T.V. E uma outra questão. Agora vou estudar na Universidade de Coimbra. Uma coisa que eu senti com outros institutos de arqueologia fora do país, foram dados muitos pelos Estados Unidos, pela França, pela Inglaterra, aqui na região, na Argentina, Uruguai. E mais recentemente eu tenho visto esta inclinação mais para Portugal, para Espanha, que são lugares que, de certa forma, têm uma proximidade conosco. O que é que acha disso?

A.K. Têm, têm. Quando eu fui uma das primeiras vezes a Portugal, havia notado o seguinte: eu tinha ficado muito tempo isolado lá em relação ao Brasil, tudo bem. Eles sempre tiveram algum problema em relação ao Brasil, tudo bem, era a colônia que tivera dado certo, mas tiveram sempre algum problema, mas eles foram uma vez imperialistas, foram colonizadores. Eu ouvi uma vez uma colega minha da Universidade Nova de Lisboa a dizer: "ah, nós temos aqui um problema sério,

porque a gente foi colonizadora em relação a vocês e não sabe bem como tratar vocês. Um complexo de culpa. E eu digo assim: "*Pensa da seguinte maneira: Olha para a minha cara, eu não tenho nada a ver com Portugal. Eu sou de origem alemã, mas que língua falo? Eu não falo alemão, eu falo português. Vocês fizeram um trabalho magnífico. Eu larguei o alemão de lá e só falo português. Como é que vocês conseguem fazer com que os alemães, julgando-se raça superior, abandonem a sua língua, a sua cultura e se aportuguesem. É um milagre! Conseguir pegar poloneses, alemães, italianos, todo o mundo e aportuguesar todo o mundo. Todo o mundo é lusófono. Pensa assim. É uma coisa boa*" Mas eles eram muito fechados, inclusive, era uma situação engraçada também, porque quando diziam que iam para Paris, para Berlim ou para Londres, diziam vamos para a Europa. Eles não se julgavam na Europa também. E é interessante isso também. Maria Lúzia estranhou também que o pessoal da Espanha não citava nunca e também não citavam os franceses. Eles viviam um pouco num mundo a parte. Mas a partir daquela época de grandes descobrimentos e aquelas comemorações, começou uma abertura e quando entraram na Comunidade Europeia foi um boom para eles. uma das coisas que eles fizeram foi se abrirem para o Brasil e a gente ficou espantada de como as coisas tinham crescido no Brasil. Eles não tinham ideia de que numa cidade provinciana do Porto Alegre tivesse tantos cursos de história. Nós temos três doutorados de história. É muita coisa para uma cidade que não é uma grande capital, nem nada. Eles começaram a repensar em relação ao Brasil. Mas, ao mesmo tempo, como estavam entrando na Comunidade Europeia, se viram muito atraídos pelo que a Europa tinha para oferecer. Então, eles podiam ir dar palestras em diversas outras capitais europeias e essa abertura para a Europa coincidiu também com a abertura em relação à África, porque, bem ou mal, Portugal e Espanha têm muito interesse na África. E também sempre a relação com o Brasil foi aquela que poderia ser. Agora, os brasileiros, com certeza, começaram a invadir Portugal e Espanha. E eu acho uma ótima invasão, porque a gente tem muito que aprender lá, de um país a gente aprende muita coisa boa.

T.V. Quando você esteve lá na França, é um olhar curioso deles que você reflete porque está conversando com eles pela primeira vez e é extremamente curioso, tanto pelo aspecto linguístico, mas curioso em relação à cultura. É uma coisa que eu não vi noutros países, pelo próprio olhar, assim.

A.K. A primeira vez que fui a Coimbra, eu cometi um erro. Eu cheguei lá e tentava me aproximar e dizer que somos amigos e tal, lusófonos, e aí comecei a ser alegre e contar piadas e não é uma boa ação. Eles acham que um professor universitário que conta muitas piadas é um cara superficial que perde tempo. Você tem que ser sério, usar um blusão, um blazer com botões dourados e gravata sempre. E todo o começo tem sempre esse problema de ser outra cultura mais formal que a nossa.

T.V. E nem os americanos são assim. Os americanos são formais assim. Os portugueses, além disso são formais cartesianos até. Uma vez você colocou isso...

A.K. E eles até acham estranho um tipo de comportamento nosso. Eu, uma vez chegado lá, comecei a pegar todas as piadas de portugueses que conhecia, aquelas sobre os portugueses alentejanos, porque para eles o burro é o alentejano. E eles ficavam olhando. Um cara lá me disse: "*Como é que você no Brasil, aí, conhece mais piadas de alentejano do que nós.*" Eles são um pouco ingênuos, eu acho.

T.V. Agora, neste contexto, assim, tendo este contato, o que é que você acha que vale a pena para a minha pesquisa que está indo além do que eu estava fazendo aqui de levantamento? O que é que você acha que eu posso aprender com eles lá que vale a pena para depois quando eu voltar aqui? Na arqueologia científica relacionada com a preservação, é interessante que, numa conversa que eu tive com o André Teixeira, ele disse: "*Você está trabalhando no Rio Grande do Sul?*". É engraçado, porque no Rio Grande do Sul cabem três Portugais e meio e tem um arqueólogo trabalhando dentro do instituto do património¹. Aqui a gente tem, em Lisboa, seis arqueólogos trabalhando. É muito mais.

¹ Em 2011 havia apenas um arqueólogo concursado no IPHAN do Rio Grande do Sul.

A.K. Não. Na França são 1500 arqueólogos.

T.V. Agora, o que é que vale a pena em relação a uma arqueologia que é desenvolvida aqui.

A.K. Tem três grandes centros lá: Lisboa, Coimbra e Porto. Visitando os três e entrando em contato com o pessoal que está lá, vai sabendo o que estão fazendo lá. E visitando os sítios que eles estão trabalhando. Até há sítios romanos no Porto, do lado de Coimbra tem Conimbriga que é uma cidade romana. O museu deles é uma gracinha. O trabalho feito no sítio arqueológico é muito sério também. E o pessoal da Nova de Lisboa tem uma escavação muito boa que deve visitar num castelo que fica no sul, no Alentejo.

T.V. Mértola também. Me falaram muito bem.

A.K. Ah, Mértola é uma cidade árabe. Eu achei meio pobrezinha, pequenina, mas é um trabalho sério. É uma cidade árabe que está sendo escavada. É interessante. Na ida para o sul passa por Mértola e volta. Vale a pena. Depois o vinho deles é razoável.

A.K. Não, não. Acho que vale a pena. É uma bela experiência. Eu sempre que vou, volto satisfeito de lá. Eu vou agora em Março ou Abril, tenho uma banca lá em Coimbra, eu fui convidado.

T.V. Sim, sim. Uma coisa que eu não te falei, porque foi muito rápido, assim... eu tive agora nos Estados Unidos. Eu fiquei lá em New Bedford, com o pessoal do National Park, na cidade que é conhecida pela história do Moby Dick. Então, você tem toda a história vinculada ali à tradição marítima deles. Arqueologia subaquática e arqueologia das antigas casas dos quakers. E eu tive muito contato com muito pessoal do National Park. Até um deles conhecia você. Stephen Pendery. Um americano. Ele falou que te conhecia e conheceu você na França. Ele tentou te levar alguma vez para os Estados Unidos e te convidar para alguma coisa, mas a agenda não deu. Mas é um pessoal muito bom e que trabalha com a parte de preservação. E é extremamente interessante que você vê são vários portos, assim, da arqueologia de uma cidade que é um parque e você tem a administração regional. E é muito interessante para você ver este

tipo de fórmula de património arqueológico na região. Valeu bastante a pena, assim.

A.K. Agora, para quem vê esta divisão entre Arqueologia Histórica e Pré-histórica nos Estados Unidos, pega no Google e clica em Sociedade de Arqueologia Histórica. Tem duzentas. É impressionante.

T.V. Eu contei. Eu fiquei na região da Nova Inglaterra, em Massachusets, e eu fui conhecer até o centro deles em Lowell, que é quem administra e é onde tem um centro como se fosse um quartel general do parque e eles têm lá o laboratório deles que abriga todas as coleções que são retiradas do parque, como se fosse São Miguel das missões cercadas. E eles, assim, para a região deles, que seria o sul do estado, eles têm cinco arqueólogos atuando, sem contando os National Park espalhados. E você tem aí dos parques pessoal do exército, arqueólogos do exército, são militares, ainda por cima.

A.K. É a arqueologia da marinha.

T.V. Lá você tem arqueólogos do exército com carreira no exército e que vai escavando. E você tem também pessoal do parque florestal, não é do parque histórico. E tem lá um arqueólogo que é especialista, por exemplo, em prevenção de incêndios para não afetar os sítios que têm lá. Então, ele aprende todas as técnicas para previr incêndios, preservar e para não danificar. De um certo modo, vejo isto como extremamente bom, mas isto insere problemas que é o inverso do que a gente pega aqui. Por exemplo, lá você encontra arqueólogos espalhados, mas estes são restritos a uma área. Por exemplo, um facto que aconteceu em New Bedford, é uma cidade portuária, uma cidade conhecida pelo Moby Dick, a irmã do Herman Melville morou lá e ele visitava e o Moby Dick começa na cidade, quando ele vai e entra num templo lá na cidade. E aconteceu um facto que era assim, ela tinha uma empresa. E assim, vamos falar da arqueologia de contrato. Ela tem um órgão vinculado apenas à arqueologia de contrato. Cada estado tem um diferente. E numa das situações lá em New Bedford, a gente estava começando um trabalho de aprofundamento do porto e eles acharam uma âncora do século XVIII, e começou uma briga do parque, da equipa do parque, para que se salvasse e se aprofundasse o estudo

arqueológico na área. Eles tiveram que brigar com pessoal da arqueologia ligado ao órgão do governo estadual que lida com arqueologia, intensificavam assim uma disputa. Outra questão que dá muito problema lá que é assim: são federalizados. O sítio que é protegido e que vai ser escavado é aquele restrito ao parque. Não tem uma obrigação federal que obrigue que, por exemplo, vai ter uma obra ali numa casa. Então, o cara, é a propriedade privada dele, ele faz o que quiser. O que é que acontece com isso. acontece uma coisa que deu um problema no passado. Foi feito um programa. Teve no canal *Discovery Channel* de lá que é um caçador de tesouro, então, ele literalmente vai para um lugar com máquina e rede escavadeira e começa a escavar. Ele tira a pistola da guerra civil ou da revolução americana e pega vários objetos da arqueologia histórica ou pré-histórica e guarda e vai vender, vai tentar vender. E como é que se resolve isso? Vai entrar a justiça no tempo inteiro. Mas, assim, a propriedade privada, se o cara quiser deixar escavar, pode escavar e fazer o que quiser com objetos. Ele ganha com uma pistola. Ele vendeu por 400 dólares e ele dividia entre as pessoas. Aqui no Brasil é tudo extremamente centralizado e é o que dificulta muito, às vezes, sobrecarregando um órgão.

A.K. Por outro lado, isso aí é ilegal e não podem. Então, tá. Uma coisa, no começo da atividade arqueológica nossa não tinha muita atividade patrimonial. Acho que foi depois da portaria que começa a ser obrigatório. O que não impedia que a gente fizesse alguma coisa. Eu me lembro que o Ribeiro, por exemplo, sempre queria fazer levantamento de arqueologia de contrato aí no interior e ele dá palestra nas escolas e também procurava fazer. Em São Miguel, em escolas, a gente deu palestras dentro da escola. Os convidados deram palestras dentro da escola para professores e alunos. Na França tem um ou dois dias onde abres o sítio para quem quiser visitar e tu coloca pessoas que já têm uma certa experiência na escavação a acompanhar o pessoal e servir de guia e mostrar o que está sendo feito. Inclusive, quando a escola de São Miguel nos visitou na escavação, no dia seguinte, o pessoal tinha que voltar para a aula e daí três menininhos, em vez de ir para a aula às oito da manhã vieram para a escavação porque queriam escavar.

T.V. Olha só. Eu tinha aqui duas dúvidas. Na época que você tem a vinda da Maria Lourdes Horta e ela atuou aqui com uma parte de arqueologia patrimonial. Essa ideia de você, até é interessante de colocar, porque ...

A.K. Essa é uma ideia que eu trazia da França; dos Jornadas de portas abertas. Uma vez tu abre o sítio, manda vir pessoal, põe a turma a acompanhar e explicar a escavação de maneira que a comunidade local saiba o que está sendo feito.

T.V. É interessante, porque muitas vezes buscam analisar questões de educação patrimonial no Brasil em busca de uma provável data de fundação, assim...

A.K. Talvez outro sítio, não sei.

T.V. Mas eu acho que é um conceito diferente.

A.K. É outro conceito. A gente fazia isso na zona missioneira, porque eu sou de lá, eu conheço essa turma. Ah, o pessoal acredita nos tesouros e tal. Era fundamental mostrar o que nós estávamos fazendo. Então, para nós abrir o sítio e mostrar o que está a ser feito é explicar o que é que se queria.

T.V. Agora, só mais uma pergunta. Tem uma questão que na tua época era recorrente e até hoje ela surge, muitas vezes vão classificar São Miguel 'as missões'. Então, eu já ouvi a seguinte visão, que normalmente é posta por pessoas da área da arquitetura, que São Miguel não seria um sítio arqueológico, seria um sítio histórico. Claro que isso é uma visão focada na ideia deles daquele foco que eles estão investigando. É possível?

A.K. Não. O que você tem que fazer, quando ouve estes comentários, é responder com outra pergunta: “de onde você tirou isso? Você é original nesta tua ideia. Nenhum documento da UNESCO, nenhum documento da história, então, de onde você tirou isso? Você está inventando. A não ser que tu me consegue provar que esse é um sítio histórico, se não é um sítio arqueológico”. Em todos os documentos da UNESCO, que é o órgão maior, fala em sítio arqueológico. “De onde é que você inventou isto?” E, depois, o pessoal chega e pensa: mas história é ciência? Então, vou voltar a pergunta anterior: o que é que é para você ciência?

T.V. Eu ouvi, até quando coloquei este comentário, falar que não era um sítio arqueológico.

A.K. Mas as missões estão cheias dessas interpretações. Aqui mesmo na entrevista à Semana o repórter chegou e me disse: "eh, mas você falou do armamento que deram do guarani!". Então, se armaram de guaranis, dir-se-ia que os jesuítas não construíram um estado dentro do estado. Ou seja, você acabou de mudar o verbo dentro da frase. Até, então, os historiadores estão dizendo que foi das missões. No mento em que você diz "dir-se-ia que" ou "é bem possível que", não há hipótese. Você mesmo fez isso mudando o teu verbo, eu disse para ele. Mesmo você não acredita nisso. Se não, tu não mudaria o verbo.

T.V. - É engraçado, porque quando colocam este conceito, tentam aplicar questões legais. Por exemplo, eles colocaram assim: "*não, mas na lei o sítio arqueológico que é colocado são sítios arqueológicos pré-históricos com os sambaquis*". Ali, eu cheguei e disse o seguinte: "*olha, vocês se levaram por esse conceito, por essa visão, mas nem assim se fundamenta, porque em trabalhos posteriores ali na região, no entorno e dentro do sítio, foram identificados materiais pré-históricos*". Além disso, os materiais não estão restritos apenas ao período missioneiro. Trabalhos posteriores. Você pega do Cláudio Carle, da Vera Thaddeu. Ali dentro identificando objetos posteriores às missões. Você tem uma continuidade histórica ali. E não tem como fundamentar assim.

A.K. Não. E outra coisa. Quando nasceu aqui a Arqueologia, nem sítios históricos, nem sítios arqueológicos. Se usava o conceito da geologia de jazidas. As primeiras normas, as primeiras leis que surgiram falavam de jazida. Então, estes conceitos também vão ser aprimorados. A ciência está em condução. Tu tens que saber o seguinte. Existe um artigo nunca escrito nos livros de teorias que é uma teoria que é o 'achismo': "eu acho que é, e logo é". Isto não é comprovado cientificamente, por isso, não está publicado esse capítulo, mas é a coisa mais popular que você coloca. Há coisas que eu acho que são diferentes. Sim, mas 'achar' não é uma ciência. Tu achas que é um sítio histórico, parabéns. Escreve um artigo defendendo isso, uma tese. Mas duvido que você encontre bibliografia sobre isso. Os caras acham que é e saem chutando que é, mas de onde é que tiram?

T.V. Não. É uma opinião que às vezes eu coloco assim que eu vejo e sinto: tem que se apoiar tudo. E parece uma opinião quase religiosa. Você vai ver que não tem nada a ver.

A.K. É. Na ciência tem que provar. Porque na religião, a questão é diferente, não precisa provar. Mas ciência tem que provar.

T.V. Eu sinto muitas vezes essas questões assim ligadas ao patrimônio são muitas vezes vinculadas a uma opinião quase de fé. É porque é! Isso é uma questão que você, às vezes, não vê extrapolando para fora, mas você vê internamente.

A.K. Inclusive na Carta de Atenas fala na atividade da arqueologia sem diferença entre pré-histórico e histórico. É arqueologia, atividade arqueológica e ponto. O resto é enfeite.

T.V. Agora, você consegue observar algum interesse, se você fosse interpretar além, haverá algum interesse político?

A.K. Isto a gente chama de corporativismo. São mais corporações de profissionais, às vezes da mesma profissão, mas não necessariamente, que se juntam com uma ideia dessas. Mas esse meu colega que disse que a arqueologia não pode ser histórica, ele se esquece de que são períodos históricos que não querem dizer nada. Fala em história e pré-história, mas, na realidade, é história e ponto. É arqueologia ponto. É antropologia ponto. Vai por havendo acréscimo, adjetivo qualificativo e você esquece o nome próprio. Arqueologia e ponto. Não, mas é complicado. Porque também esses conceitos são polissêmicos. Dependendo do país, depois muda o conceito. É uma briga!

2. PROF. DR. CLÁUDIO TORRES (entrevista concedida em 14/06/2013)

Tobias Vilhena: Então, boa tarde, hoje estou aqui em Mértola, dia 14 de Junho de 2013 com o professor arqueólogo de Mértola Cláudio Torres. Boa tarde Cláudio! Então, vamos começar a entrevista. Eu gostaria que você desse, pelo menos, um breve relato da tua formação inicial na área de arqueologia: como começou, por que é que vocês se interessou por arqueologia, o que te levou para seguir esta carreira.

Cláudio Torres: Bem, principalmente objetos políticos até porque com arqueologia nós estamos a descobrir, e cada vez é mais claro, a arqueologia habitualmente contradiz a informação histórica-livresca, contradiz, é o seu oposto. Principalmente a arqueologia dá-nos uma informação não escrita, uma informação de aqueles que não sabiam escrever, portanto, dá-nos uma informação daqueles que não sabiam escrever. Portanto, damos uma informação desconhecida até será ativada como investigação científica. Portanto, damos habitualmente a vida dos outros, dos que nunca tiveram história. Portanto, esta é uma parte importante mesmo no mundo medieval, no mundo tardo-medieval vamos buscar informação a outro lado. As mulheres na cozinha não têm história escrita evidentemente. As comidas, os saberes etno-arqueológicos ou etnográficos não têm escrita, mas têm objetos, artefactos que depois, no fim de contas, nos dão uma informação absolutamente oposta a outra informação livresca dos textos, dos documentos escritos daqueles que sabem escrever. Claro, obviamente. Portanto, foi um pouco já por aí que por interesse, depois de um exílio de muitos anos, o voltar a Portugal, o voltar ao prazer de encontrar um território que me estava vedado durante quinze anos e isto também foi a alegria do regresso e é uma alegria que passa, por exemplo, pelos cheiros e pelos sabores. É o que acontece a um exilado. Fundamentalmente o que mais dói no exílio é os cheiros e os sabores que a gente não tem, que perdeu e que recupera ao voltar. Portanto, foi um pouco por aí também o regressar, a festa, o reencontro, o ver as pessoas o reencontrar outros espaços e principalmente participar naquilo que foi o 25 de Abril em Portugal. Quer dizer a grande mutação sociopolítica que estava a acontecer aqui neste país, no sul, portanto, na zona da esquerda. Portanto, por várias razões históricas aqui, na

península ibérica, nas planícies feudais, senhoriais do sul obviamente tinham uma oposição dos camponeses muito mais politizada. Portanto, os partidos de esquerda estavam aqui no sul. E digamos a direita conservadora e ligada à igreja e aos poderes antigos estava no norte. Portanto, Portugal estava claramente dividido entre um norte conservador e um sul mais progressista com projetos políticos mais interessantes. Portanto, não foi por acaso que desde a minha entrada na faculdade, a participação nos cursos, foram dez anos interessantes, dez anos de... a seguir ao 25 de Abril em que eu dei aulas, dei história de arte. Eu tinha feito Artes bizantinas lá no Oriente e, portanto, vinha com uma certa carga informativa da estrutura do mundo visual da arquitetura, de técnica decorativas, de pinturas murais, etc.. do mundo bizantino que me tinha interessado até então.

T.V. Uma dúvida. A tua formação, colocando uma data, ela começa em que época exatamente, assim?

C.T. Eu fui muito jovem, porque estava em Belas Artes no Porto, estava a fazer escultura. Eu tenho a mania que tenho as mãos artistas. Portanto, gosto de desenhar, gosto de esculpir. Portanto, estava nas Belas Artes quando fui preso por razões óbvias naquela zona, eram lutas da minha geração. E, portanto, o ter a prisão cortou-me completamente a hipótese de poder continuar a estudar nas Belas Artes. Portanto, tive que fugir. Depois da fuga, a ida para o estrangeiro e perder o contacto com o país, etc. Portanto, o tentar ainda nos orientes da Europa prosseguir com a formação plástica, mas não era possível naquela altura. Ainda naquele leste europeu o realismo socialista era dominante, portanto, era perfeitamente inoperacional já para a minha formação e para o meu gosto na altura. Portanto, obviamente escolhi ao lado e fui para História de Arte. Havia um instituto em Bucareste, um instituto de história de arte interessante que havia uma velha escola naquela antiga Roménia, uma escola de estudos bizantinos com uns velhos e sábios antigos do século XIX que ainda mantinham a tradição do estudo bizantino e, portanto, fui. E havia uma certa autonomia até. Havia um instituto próprio só para história de arte e foi realmente uma escola de que gostei imenso, não só pela qualidade como pelo ambiente e principalmente porque era uma classe de professores intermédio entre o teórico e o prático. Ou seja, muitas vezes fomos par ao interior da Roménia, por exemplo, fazer estudos de pintura mural para ver

tecnologicamente como é que era feita, que pigmentos eram usados. Tudo isso foi um aspecto muito interessante desses anos que estive ligado ao instituto de história de arte de Bucareste. Portanto, depois, tentei fazer ainda uma formação quando vim para Paris, um doutoramento com um personagem de que também fiquei muito amigo que era o Grodecki que era o professor de medieval na Sorbonne, que era um personagem ele próprio exilado do leste europeu por outras ocasiões e, portanto, umas certas identidades de análise e também porque eu, na altura, estava interessado em fazer um trabalho de doutoramento sobre arquitetura em madeira no leste europeu. Há ali uma mancha do sul da Polónia, da Checoslováquia e da Roménia do Norte, há ali uma mancha enorme de uma arquitetura extraordinária em madeira. E na altura ele me propôs de fazer um trabalho sobre a estrutura construtiva, técnicas construtivas e mesmo decorativas da madeira, da arquitetura em madeira dessa zona. E, portanto, comecei a trabalhar com ele e foi um encontro e também um prazer encontrar aquele homem cheio de curiosidade que também gostaria de ter feito um trabalho como este e não tinha tido ocasião, porque a história de arte em Paris era mais sólida, mais ligada à pedra, ao gótico. Portanto, ninguém o deixou fazer um trabalho mais comum sobre estruturas de madeira. Portanto, foi isso que foi interrompido pelo 25 de Abril em Portugal. Portanto, este projeto acabou, fui-me despedido, voltei para Portugal e entrei rapidamente na Faculdade de Letras em Lisboa por razões várias, até porque não havia ainda uma tradição. Não havia sequer um instituto de história de arte, havia umas cadeiras de história de arte, havia uma certa curiosidade e, portanto, fui recebido imediatamente para começar a preparar um instituto, um centro formativo na história de arte na faculdade de Letras em Lisboa. Portanto, foi um período interessante. Foram dez anos de convulsão completa em que todo o professorado reacionário e conservador foi posto na rua, foi posto em casa a receber o salário, mas não vinham dar aulas.

T.V. Como é que era caracterizado esse período pré-25 de Abril aqui em Portugal? Artisticamente o que é que aconteceu nesse período?

C.T. Está a ver? Eu não estava cá. Portanto, é um período que se conhece do passado, da sua evolução. Portanto, na altura, eu estava na Escola de Belas Artes do Porto que era a mais prestigiada do país na altura por várias razões. Era onde estavam os grandes mestres, na altura, estavam a dar aula lá e era uma escola

excepcional. Estava relacionada, se quisermos, esteticamente com o Henry Moore digamos. Já estava nesta fase quando eu saí. Já o Henry Moore era uma espécie de deus criador e inspirador da nova escultura moderna. Portanto, depois perdi completamente o contacto, como é normal. O regresso era um mundo que eu vinha a encontrar tão convulsivo como eu próprio, estava tudo a pernas para o ar. Eu estava também a vir a encontrar uma coisa que não conhecia. Eu vim, ainda por cima, para Lisboa diretamente. E, portanto, um mundo perfeitamente desconhecido. Nunca tinha vindo ao sul também. Portanto, foi o como a própria geração que vinha a encontrar, os alunos e os amigos, estava a ver todo de novo, é construir de novo qualquer coisa diferente. É evidente que o regime anterior ao 25 de Abril era um regime que tinha vindo lentamente a degradar ele próprio, o fascismo e a direita do poder nos últimos anos tinham vindo a degradar-se, quer dizer não tinham a violência nem a capacidade de resistência do início do meu tempo, em que a máquina repressiva era muito mais poderosa e, ainda por cima, como é normal, durou ainda mais vinte anos quase. Naquela altura, com o 25 de Abril, a questão estava ali que fazer-se por causa da guerra colonial. Principalmente, a guerra eram três frentes de batalha: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Uma guerra necessariamente a perder-se, porque era inevitável historicamente as colónias já estavam a ser desembargadas pela Inglaterra, pela França em toda a África e, portanto, era só uma questão de tempo, porque não iam aguentar-se muito mais. Portanto, havia um proliferar naquela altura do 25 de Abril, um proliferar de grupos. O Partido Comunista, onde eu militava, ainda era o partido dominante até '68 mais ou menos. Em '78 muitos dos militantes, e nós também saímos do partido por causa da invasão da Checoslováquia, por razões evidentes. Foi um corte muito evidente sobre aquilo que a gente hoje ainda considero que foi liquidar-me completamente a hipótese de poder avançar e de poder criar uma outra sociedade baseada na estrutura clássica do marxismo-leninismo. Portanto, perdeu-se completamente o pé. E nessa altura vim a encontrar em Portugal o resto de um Partido Comunista muito poderoso ainda, porque estava longe, as notícias que vinham de Praga e que chegavam aqui eram ténues, muito frágeis e muito filtradas. Portanto, mas entretanto tinha proliferado uma enormidade de grupos políticos ligados ao Maoismo e tardo-maoismo, grupos de todo o género. Portanto, foi neste embate na universidade, por exemplo, eu chegava a ter aulas em anfiteatros cheios por quatro

ou cinco grupos políticos que se insultavam uns aos outros em plena aula. Portanto, grupos principalmente maoístas, principalmente, havia também alguns trotskistas muito bem organizados e uma maioria sempre do partido comunista ou da juventude comunista. Portanto, foi neste ambiente todo que começamos também, eu nesta altura comecei também a militar num partido jovem, que era um partido que na altura era obviamente marxista, era um movimento de esquerda socialista parecido com o do Chile. Portanto, este era um grupo mais pequeno, mais intelectualizado, que era muito forte na universidade, no mundo intelectual e completamente vazio no resto do país, no mundo operário, camponês. Mas tinha um papel importante porque nesta altura a dominante militar era ainda forte. Os militares que tinham feito o 25 de Abril, era ainda forte na estrutura do poder. Portanto, nesta altura, então, foi a organização também pelo grupo interessante do MES que entretanto é um partido que depois acabou. Nós fechamos o partido numa festa de comes e bebes. Fechou. Foi um partido ótimo que fechou como deve ser. E depois viemos, então, organizar uma série de ações de acompanhamento do que estava a acontecer aqui no Alentejo. Como era uma zona de gigantesco latifúndio, havia os donos da terra eram meia dúzia, decadentes senhores que viviam já em Lisboa, já nem sequer aqui viviam. Havia os palácios mais ou menos abandonados onde eles vinham de férias no seu território imenso. Havia senhorios feudais onde tinham caminhos de ferro próprios dentro, enormes. Portanto, nesse mundo próprio, a massa trabalhadora estava concentrada em aglomerados muito concentrados do pequenos que é o típico da estrutura urbana do Alentejo. A superconcentração que é para ficar o campo livre dos senhores, porque as terras eram todas para trigo. Era trigo a dominante desde os anos mais longínquos.

T.V. Era trigo principalmente para Portugal ou era também para exportação?

C.T. Era teoricamente autossustentável ou melhor para importar, era o nacional-fascismo que era tentar produzir tudo internamente. E, portanto, era para se chegar a autossustentabilidade do pão, do trigo. E hoje como acontece em todas as grandes extensões agrícolas é para os interesses capitalistas que é para exportar, para ocupar, não é para alimentar as pessoas. Portanto, nesta altura, aquela massa de camponeses eram uns escravos da terra, ainda como se fosse em época medieval. Nunca tinham tido terra, não sabiam fazer mais nada se não plantar

trigo e safar e mais nada, portanto, não havia nenhuma tradição como por exemplo o camponês do norte que faz tudo e sabe fazer tudo. Aqui no sul não. Não havia.

T.V. E nenhum tipo de organização social?

C.T. Estavam todos angariados no Partido Comunista, claro, porque eram operários agrícolas. Ganhavam o seu salário e pronto. Estavam sempre juntos, iam em bandos organizados pelo senhor que os levava de camioneta, de tratores para aqui e para ali para fazer o trabalho das azeitonas e do trigo principalmente. Portanto, era um ambiente que foi explosivo. Acontece que rapidamente a grande e o mais importante facto político do 25 de Abril em Portugal foi a ocupação das terras no Alentejo, a ocupação. Os bandos de operários agrícolas ocuparam as terras dos senhores e eles foram postos fora. Portanto, já não viviam aqui, mas muitas das casas deles foram ocupadas. Houve, depois, um controlo e aí o partido comunista envolveu-se como estrutura de poder local e, portanto, evitou destruições das casas dos senhores. Portanto, muitas destas casas ficaram intactas, porque houve um controlo político para evitar o pegar fogo e o destruir as casas dos senhores, porque eles viviam em Lisboa. Nesta altura, foi a grande explosão e a gente expeliu-os todos para você.

T.V. Ah, para o Brasil.

C.T. Foi tudo para o Brasil. Foi uma libertação para lá instalar todo aquilo que eram os grandes proprietários da terra do Alentejo e foram todos viver para o Brasil. Era uma estrutura imensa de terras, de aldeamentos concentrados muito ricos em património arquitectónico: igrejas, casas, etc. E logo nas primeiras eleições, o poder local era todo comunista. Foi uma apropriação total, digamos, de mesmo do poder. Portanto, na primeira fase, o próprio exército que tinha tomado o poder veio ajudar os camponeses, quando houve lutas e guerrilhas - houve algumas, veio ajudar, veio dar poder à ocupação das terras, veio ajudar a ocupar as terras. Portanto, muito cedo começou não a ocupação, mas a reconstrução e a reconstrução de qualquer coisa. A reconstrução de uma nova sociedade. Claro. O tópico era outra coisa. E é aí que veio também o desejo de milhares de jovens como eu e outros, na altura, que vinham para o Alentejo dar uma mão, participar na festa da construção. Portanto, é trabalhar com as primeiras autarquias, com as primeiras câmaras municipais, ajudar

a criar mecanismos de sustentabilidade.

T.V. Então, o seu contacto com o Alentejo primeiro foi nesse tipo de atividade...

C.T. Era o meu aluno na faculdade de Letras em Lisboa que era o Fernão Martins, que foi o primeiro Presidente da Câmara eleito em Mértola e era meu aluno em Lisboa. Portanto, ele, nós fazíamos, na altura, os trabalhos académicos eram trabalhos práticos sobre o local de origem do estudante. Portanto, ele vinha estudar, vinha fazer uma igreja, um levantamento, uma estrutura, um arquivo histórico e precisamente ele veio fazer o seu trabalho para mim sobre o arquivo histórico de Mértola. Portanto, era para saber se havia ou não havia arquivo, onde é que ele estava, se estava em boas condições, começar a fazer um relatório sobre o estado legível ou não do arquivo histórico que todas as pequenas vilas tinham. E assim começou e foi com ele que vim pela primeira vez a Mértola, nunca tinha vindo. Foi ele que me trouxe ver a sua terra, mostrar a sua terra e, portanto, começar nessa altura, logo na primeira vinda aqui a Mértola ir ver as coisas. Ir ao castelo, levado pela mão do novo jovem presidente da câmara e no castelo - foi mesmo assim isto, viemos cá foi na primavera de '78 - junto à Torre de Menagem era uma zona que estava completamente abandonada e no chão havia pedaços de cerâmica e eu peguei um bocado da cerâmica e era um bocado de corda seca da época islâmica. E estava no chão. E, portanto, aqui comecei a perguntar-me de onde é que isto vem e depois, com o próprio presidente da câmara, começamos a perguntar e uns miúdos disseram que havia lá um buraco e que a gente ia lá buscar. E, portanto, naquele buraco que era a entrada - você já foi lá cima - ao criptopórtico e encima ao criptopórtico tinha uma abertura e estava completamente cheio. E daquele buraco saía uma figueira, uma árvore grande que saía do buraco, mas tinha um cantinho para onde os miúdos entravam rastejando. "A gente vai lá e tira de lá, de dentro." Portanto, foi isso, este facto, assim, que logo me programei para no outono, portanto, daí a uns meses, porque com estes materiais - nós não tínhamos nada nos nossos museus, não havia coisa nenhuma do século XI, século XII.

T.V. Não tinha interesse em trabalhar com o islâmico? Qual era o interesse, assim, da pesquisa científica até aquela época? Porque o que chama mais a atenção é esse novo olhar para um material que existia...?

C.T. Não, não existia em abundância. Quer dizer o que havia em Portugal antes de Mértola de época islâmica. Havia vagamente uma ideia de que alguns castelos poderiam ter uma parte ou uma porção ou restos de época muçulmana, mas tudo muito vago, porque não havia nenhuma investigação arqueológica direta, nunca tinha havido nenhum interesse arqueológico direto. Nós estávamos numa fase - está a ver? a nossa história é feita pelos conquistadores que vêm do Norte que na historiografia clássica são libertadores porque vêm libertar o sul dos Mouros, dos que invadiram. Houve uma historiografia clássica que dá a invasão da península ibérica por uns árabes que atravessaram o estreito e que se instalaram e, depois, há a reação, a reação dos autóctones indígenas que depois, ao longo dos anos, se vão organizando para voltar a expulsar os invasores. É essa história de uma forma simples e eficaz que era contada na escola, dos heróis conquistadores, dos cavaleiros.

T.V E o período islâmico como um período sombrio talvez, como um período sem grande...

C.T. Não é sombrio, é um período de pretexto para fazer os heróis. Porque nem sequer é sombrio, porque na tradição popular os Mouros são todos positivos. Aqui diz-se o que é antigo e bom e sólido é do tempo dos Mouros - a tradição popular, os camponeses e não só aqui no sul, em todo o norte e em toda a península. A tradição curiosamente e dessa época é uma tradição positiva, não só pela moura encantada. O que é a moura encantada? São mulheres muito bonitas que estão enterradas num buraco, cheias de beleza, que surgem e vêm dar boa sorte. Nunca é mal. Nunca são associadas com o mal. Foi um período curioso. O sul da península era uma zona mediterrânica, era e é ainda, portanto, é o mediterrâneo que tem a ver com o desenvolvimento urbano das cidades, da estrutura viárias, da tradição mediterrânica. O norte atlântico para lá da serra da Estrela, para norte, para lá da zona serrana por cima, aquela zona toda é não urbana, uma zona rural, ruralizada, pobre, não havia cidades e, portanto, é uma zona feudal, de estrutura feudal europeia, de tradição que vem de Toulouse, todo o sul da França e que

depois se prolonga até Santiago de Compostela. Portanto, o norte da península, os caminhos são sempre horizontais, leste-oeste, oeste-leste, portanto, ligados a uma estrutura senhorial, de pequenos, de castelitos que são uma espécie de ninhos de águias para os senhores e a sua família. E, portanto, à volta, o mundo que rodeia o castelo de pobres camponeses e esfomeados que são atacados até pelo próprio senhor quando quer ir buscar a mulher ou ir violar uma rapariguita. Portanto, é o ataque às outras à volta. É uma zona hostil. Portanto, ele está metido no seu ninho de águia de onde sai só para ir fazer corridas, saques e, por exemplo, ir atacar o sul ou onde há cidades e riqueza acumulada. Portanto, aquilo que a gente hoje ouviu falar na nossa infância e área formativa, os cavaleiros que vêm do norte e vêm contra os Mouros do sul são grupos de bandidos armados que vêm roubar a cidade. Saquear a cidade. É a sua formação e a sua própria única forma de acumular riqueza. É roubá-la. Não produziam e roubavam na cidade. Portanto, esse mundo foi um mundo que começou a ser modificado, se quiseres, ideologicamente primeiro com o 25 de Abril e depois na prática, como dizia há bocado, em que a arqueologia muda completamente. Nós tínhamos arqueologia aqui. Nunca tinha havido arqueologia medieval, mas também não havia em geral. Arqueologia medieval surge nos finais dos anos '70, mais ou menos, em toda a Europa curiosidades - no sul da França um pouco antes - mas aqui surge só depois do 25 de Abril.

T.V. Sim. Agora, na prática, Mértola como é que ela contribuiu nesse novo conhecimento sobre esse período? Que resultados permitiram aprofundar esse conhecimento e contestar a visão que era posta anteriormente? Quais são os resultados que você considera, assim, os mais relevantes nesses 35 anos de pesquisa?

C.T. É um processo longo, é um processo que vem desde o nada. Portanto, começamos aqui a trabalhar, nós fazíamos aulas durante todo o ano. As aulas eram várias. Eu dava aulas das mais variadas, histórias de arte da antiguidade, mas depois também sociologia de história de arte e várias outras cadeiras ligadas ao mundo visual. E, durante o ano, eu preparava a equipa que viria para Mértola e isto era visto como um prémio, o vir para aqui trabalhar à bruta, trabalhar no meio do calor mais brutal era o prémio. Coitadinhos! Explorados foram eles. Então, vinham nem festas. Então, não havia transportes. Eu tinha um jipe muito velho. A Faculdade

de Letras tinha um outro que mal andava e nunca chegava cá inteiro, mas era uma aventura e um esforço vir de tão longe, porque não havia transporte, era péssimo. Aqui a Câmara Municipal tinha um único carro velho, uma carrinha velha velha que era o seu instrumento de trabalho, não havia mais nada nestes municípios. Porque os municípios de antes do 25 de Abril eram nomeados pelo governo. Portanto, era o presidente da câmara que era nomeado pelo estado central. Eram nomeados 4 ou 5 pessoas funcionários muito imponentes e importantes. E, portanto, esta construção foi também esta o criar, o organizar o poder local foi também uma coisa fundamental nesta altura. Como é que se organiza um poder em contrapoder. Portanto, o local, o regional, juntar as pessoas e, depois, isso tudo com alegria, com festa, convívios, grandes reuniões em que se discutiam as questões básicas da zona. Portanto, eram a participação destes grupos de estudantes foram também muito importantes neste sentido, porque ninguém vinha para aqui. Isto era o fim do mundo. Mesmo o fim do mundo. Aqui a vila velha, sabe como é que chamavam aquela zona ali em baixo junto ao museu islâmico, aquela zona, a ponta? Era a favela. Porque ali havia todas aquelas casarões grandes estavam cheios de famílias com muitos filhos, então, estavam ali, a gente chegava ali e era criança por tudo o lado, gente cheios da fome, uma massa da gente de criança. Era uma coisa hoje inimaginável. Era assim. E, depois, a gente entrava aqui na vila velha e - você nunca o teve - era o cheiro da miséria - você não sabe o que é isso. Era o cheiro do trapo, do trapo sujo que nunca foi lavado. Portanto, era aquilo que eram bandos de pobres que andavam de porta em porta a pedir para comer. Portanto, essa era aquilo que nós vínhamos encontrar. Portanto, a pequena burguesia estava lá fora, fora da muralha, para lá. Não havia ainda a avenida nova. Havia aqui uma pequena mancha, aquilo chamado Rabal. O Rabal daqui tinha aqui as casas dos pequenos comerciantes, da pequenina burguesia, porque era a que havia. Dentro, as casas antigas já estavam abandonadas há muito. Estavam repartidas em famílias. Viviam lá dentro, várias casas dentro, o nosso centro de estudos islâmicos estava dividido em quatro ou cinco casas e com muita família lá dentro. Era um mundo completamente diferente.

T.V. Aí, nesse contexto, até retomando uma pergunta que eu tinha feito, nesse contexto que você tem uma questão relacionada à miséria na própria cidade, tem cientistas chegando e começando a trabalhar em campo, escavando, de alguma forma, esse contexto social influenciava a escolha de vocês do que é que vocês queriam pesquisar ou não? Como é que era definido o critério de um escavação?

C.T. Pois, não é fácil. Não é fácil. Até porque estávamos em atividade política o dia todo, à noite nós, toda a equipa que vinha voluntária - porque aqui ninguém recebia nada, não havia dinheiro para ninguém, nem eu nem ninguém, não havia dinheiro para pagar as pessoas - havia aqui um esquema que conseguimos desde o princípio que era uma senhora que ia lá abaixo para o antigo dispensário - era uma casinhota pequena que ainda lá está e hoje vivem lá duas famílias porque foi recuperada - era uma casa onde a gente entrávamos todos e nós dormíamos lá e tínhamos uma cozinha pequena e tinha duas salas maiores. Então, arranjam os aqui maneira de fazer beliche com três pisos, então, vivíamos todos. Habitualmente era um grupo de vinte e poucos. E, portanto, vivíamos todos naquela casa ali metidos, em beliche e, claro, unissexo todo misturado. Por isso, aquilo ainda hoje há aí malta que faz excursão àquela casa a dizer: "olha, meu filho, foste aqui feito!". Aquelas noites eram fantásticas! E na cozinha pequenina que havia, vinha uma senhora que nesta altura quem pagou ainda fomos nós com o dinheiro que eu trouxe da faculdade, mas depois rapidamente foi a Câmara que assumiu isso que era pagar a senhora que vinha lá fazer comida para todos nós. Ali se fazia a comida e ali se dormia. E à noite, que era a parte mais interessante desse período, quando vínhamos do trabalho a gente tinha só um pequeno quarto de banho. Portanto, íamos para o rio nadar e lavar e tirar o pó e a terra. E, depois, vínhamos todos para casa para comer. E, depois, à noite, mais fresca claro, tinha um pequeno terraço onde se comia e eram as grandes discussões políticas. E, então, iam para lá as pessoas da terra: o presidente da câmara, iam os políticos, os vereadores, os amigos, outros que levavam umas guitarras. E eram as grandes noites do debate dos problemas do mundo. Claro. A grande discussão. Eram grandes problemas. Foi um período muito importante deste debate que era o presidente da câmara, que tinha pertencido ao mesmo grupito político onde eu estava, mas para ser candidato aqui à Câmara tinha de se inscrever no Partido Comunista que era dominante.

Portanto, só podiam ser presidentes da câmara quem fosse afiliado. E, portanto, ele inscreveu-se no Partido Comunista e então toda a gente. Não havia mais nada, se não o Partido Comunista. Ninguém ousava sequer falar que havia qualquer oposição ao Partido Comunista, era impensável, muito menos de direita - que horror! -. Portanto, era o grande debate à noite, ali no dispensário. Principalmente eu era o grande interrogado, porque era a grande curiosidade: como é o comunismo no leste? Eu conhecia-o. Era a grande curiosidade: como é aquela sociedade, como é que funciona, como é que se fazia. Portanto, eram estes debates à noite muito curiosos em que se discutiam o futuro, o que é que se fazia ali numa dessas grandes fazendas dos grandes senhores da terra que tinham tido tudo. Como é que se ia fazer, guardar e não destruir, etc. E, depois, tudo era discutido do ponto de vista político: o desenvolvimento da região e todas as questões. Por exemplo, a câmara, ou melhor o espaço político do presidente da câmara, era no café central, era uma mesa em que estava toda a gente ali à volta a discutir com o presidente a ver o que queria, como é que ia fazer.

T.V. Isto ajudou a estabelecer algum critério de seleção do que vocês queriam escavar?

C.T. Nós, à partida, não havia nenhuma escolha possível. Era, a gente estava a escavar o criptopórtico.

T.V. Ah, foi tudo focado ali no criptopórtico.

C.T. Era gigantesco. Dali saíram praticamente o 60% dos nossos objetos que ainda hoje estão nos museus. Era uma lixeira. Dentro. Lá mesmo no fundo havia 18 esqueletos, mas eram diferentes, não era enterrados, foram lançados. Quando aquilo era cisterna e foi abandonada, portanto, aquele período anterior ainda ao Islão, século VI, do século VII. Foi nessa altura que foram ali lançados 18 homens e eram hipoteticamente homens de guerra.

T.V. Lançados literalmente, não havia...

C.T. Lançados, lançados. Alguns já iam mortos, outros lançados, outros morreram lá. Portanto, era uma espécie de prisão. Foram lançados. Depois, a gente não sabe que ainda havia alguns vivos, porque os vivos ainda organizaram os

mortos, arrumaram-nos. Só por isso. A acrópole era cá encima, depois, mais tarde é que começamos também cá encima a abrir, mas foi daí que saiu 4 era um processo muito importante, porque ia muita gente da terra a ajudar. Muitos também já tinham ido para lá a fazer buracos, como os miúdos na altura. Outros já tinham ido com os pais deles à procura também, portanto, havia um mito daquele buraco muito interessante. E havia também um rebentamento na muralha nesta altura, portanto, havia várias frentes para ir escavando lentamente. Foi muito cuidadosamente escavado felizmente, também todos nós aprendemos a metodologia devagar.

T.V. Tem uma questão interessante. Você vinha das artes e começa a trabalhar muito com arqueologia.

C.T. - Nunca tinha pegado.

T.V. Nunca tinha pegado. Como é que foi esse contacto com o método de trabalho arqueológico. Você teve alguma inspiração?

C.T. Teoricamente. Eram teorias, eram várias normativas. Eu tinha participado numa escavação no Danúbio. Era um fortim bizantino. Eu estive lá um verão a participar com a malta da universidade de Bucareste. Uma coisa pequenina em que eu participei muito pouco tempo. Foi a minha única participação em arqueologia antes de Mértola. Depois, aqui fomos ajudados - isso é fundamental dizer-se - pelo José Luís de Matos que era meu colega na Faculdade de Letras e ele já tinha escavado e ele é realmente pioneiro na investigação arqueológica. Nós, à partida, não havia nenhuma escolha possível ...a gente estava a escavar o criptopórtico.

T.V. Ah, foi tudo focado ali no criptopórtico.

C.T. Era gigantesco. Dali saíram praticamente o 60% dos nossos objetos que ainda hoje estão nos museus. Era uma lixeira. Dentro. Lá mesmo no fundo havia 18 esqueletos, mas eram diferentes, não era enterrados, foram lançados. Quando aquilo era cisterna e foi abandonada, portanto, aquele período anterior ainda ao Islão, século VI, do século VII. Foi nessa altura que foram ali lançados 18 homens e eram hipoteticamente homens de guerra.

T.V. Lançados literalmente, não havia...

C.T. Lançados, lançados. Alguns já iam mortos, outros lançados, outros morreram lá. Portanto, era uma espécie de prisão. Foram lançados. Depois, a gente não sabe que ainda havia alguns vivos, porque os vivos ainda organizaram os mortos, arrumaram-nos. Só por isso. A acrópole era cá encima, depois, mais tarde é que começamos também cá encima a abrir, mas foi daí que saiu 4 era um processo muito importante, porque ia muita gente da terra a ajudar. Muitos também já tinham ido para lá a fazer buracos, como os miúdos na altura. Outros já tinham ido com os pais deles à procura também, portanto, havia um mito daquele buraco muito interessante. E havia também um rebentamento na muralha nesta altura, portanto, havia várias frentes para ir escavando lentamente. Foi muito cuidadosamente escavado felizmente, também todos nós aprendemos a metodologia devagar.

T.V. Tem uma questão interessante. Você vinha das artes e começa a trabalhar muito com arqueologia.

C.T. Nunca tinha pegado.

T.V. Nunca tinha pegado. Como é que foi esse contacto com o método de trabalho arqueológico. Você teve alguma inspiração?

C.T. Teoricamente. Eram teorias, eram várias normativas. Eu tinha participado numa escavação no Danúbio. Era um fortim bizantino. Eu estive lá um verão a participar com a malta da universidade de Bucareste. Uma coisa pequenina em que eu participei muito pouco tempo. Foi a minha única participação em arqueologia antes de Mértola. Depois, aqui fomos ajudados - isso é fundamental dizer-se - pelo José Luís de Matos que era meu colega na Faculdade de Letras e ele já tinha escavado e ele é realmente pioneiro na investigação arqueológica do Islão em Portugal. Ele já tinha escavado e estava ainda a escavar Vila Moura, no Algarve, que é uma vila romana que foi ocupada em época islâmica. Portanto, ele da sua geração toda a gente ia limpar o que estava por cima do romano e o romano, como sabe, é sólido e aguenta. E, portanto, ele teve bom senso de escavar lentamente e recolher a grande informação que estava por cima do estrato de época islâmica. Portanto, começou a haver e ele próprio estudou e se transformou num bom islamólogo como arqueólogo e, depois, ele esteve aqui connosco também para ver

alguns dos paralelos que ele tinha em Vila Moura aqui no Algarve. Portanto, o José Luís de Matos foi muito importante aqui no arranque, aquele primeiro ano de arranque, e foi também com ele que nós aprendemos pequenas técnicas: a quadriculagem, as técnicas várias de estratigrafia, todas essas pequenas coisas e granes.

T.V. E a recepção dos colegas com esse início de um trabalho ligado ao Islão, como é que foi visto?

C.T. Nós estávamos muito longe e essa é a grande vantagem. E, depois, havia nesta altura estava tudo em convulsão - não podemos esquecer - as organizações de arqueólogos estava tudo pernas para o ar. As velhas organizações de arqueologia tinham morrido ou estavam a morrer, quer dizer havia aqui porque os dirigentes responsáveis da arqueologia antes do 25 de Abril estavam ligados ao regime - como é normal, a arqueologia era uma atividade patriótica.

T.V. Isso em Portugal como é que se dava na pesquisa, na hora de defender um projeto de pesquisa, era utilizado para fundamentar de que forma? O que aconteceu nos congressos de arqueologia ou na hora de entrega de um documento ou de uma pesquisa arqueológica em Portugal? Isso é uma coisa que me interessa.

C.T. Quer que... o problema é este: há o antes e o depois.

T.V. Sim, sim. claro que o antes você não estava aqui...

C.T. Mas eu sei.

T.V. E o que é que acontecia nos eventos e nos congressos?

C.T. Claro, claro. Nós... Por exemplo, um dos responsáveis... havia dois ou três grandes senhores da arqueologia portuguesa: um era o Afonso do Passo, era um militar; outro era informante da polícia política; o outro era desse género também. Portanto, pessoas com muito prestígio ligado ao poder central do país, com muito poder real e, portanto, também com muito dinheiro. Portanto, eram três ou quatro ou cinco grandes personagens que detinham todo o poder. Quem tinha medo era o Dom Fernando de Almeida, um aristocrata, que foi talvez, entre nós, o primeiro

que começou a trabalhar medieval. Ele começou a trabalhar na Linda a Velha que era e é um sítio, uma cidadezinha pequena toda muralhada e que tem dentro uma estrutura enorme que era considerada uma basílica cristã. E que ele andou ali muitos anos a escavar aquela basílica, portanto, abrir e depois reconstruir. Foi um dos seus locais de privilégio. E, portanto, construindo ideologicamente aquilo que seria uma das primeiras basílicas - não era paleocristã - cristãs. Ele fez a sua vida muito... Por exemplo, o José Luís de Matos foi aluno dele, portanto foi criado pelo Dom Fernando e outros. Aquela geração que nós apanhamos ainda ativa tinham sido alunos formados pelo Dom Fernando na altura. E, depois, mais tarde eu viria até a fazer um artigo sobre essa igreja precisamente a defender que teria sido uma mesquita. Mas isso foi muito mais tarde. Pela orientação e pela estrutura de um poema lindíssimo que havia nas ruínas. Foi uma mesquita, mas também uma mesquita pouco ortodoxa como acontecia nesta zona. É aqui mais a Norte, uma zona em que a ortodoxia mussulmana era pouco viável. Agora, outras... aquelas saladas que são lindíssimas, porque são misturas de influências. Mas esta história aqui foi e nunca deixou de ser, desde o princípio, projeto político que a pouco a pouco fomos todos. também a vinda dos voluntários, dos alunos, dos meus alunos que vinham da faculdade, também eram escolhidos em função deste projeto político, não era só científico.

T.V. Como assim?

C.T. Quer dizer, os meus alunos, os que eu trazia para cá para o período de férias e de voluntários, também eram escolhidos em função dos seus projetos políticos deles e da sua postura política perante a sociedade, não é afiliação, é a sua postura, aquilo que pretendiam fazer, e em função dos trabalhos que tinham feito, etc. Portanto, havia também uma escolha ideológica dos voluntários. E, depois, havia também uma formação. Nós fazíamos formação social. Isso fazíamos muito nas aulas antes de vir. Eles tinham de aprender a lidar com a população.

T.V. Isso é uma questão que eu vejo muito nos teus escritos, que é a questão da relação com a população, que vai desde como chegar à cidade a como se vestia até na própria cidade. De que forma isso influencia num projeto de pesquisa, pensando não num projeto meramente académico, mas de um

projeto de inserção social, dentro daquela comunidade?

C.T. Porque... está a ver?... habitualmente a arqueologia era até então... era fora dos centros urbanos, ou era da pré-história ou era romano. E o romano habitualmente aquilo que é feito entre nós sempre são as vilas romanas. Nós praticamente não temos nenhuma escavação romana intramuros das cidades atuais, só muito recentemente. Porque estão debaixo das casas atuais. Portanto, e a arqueologia que era feita, principalmente pré-históricas, é feita em zonas longe de qualquer habitabilidade atual, sempre por razões óbvias. E, aí a campanha arqueológica é um ato puramente científico: vai o grupo, vão os especialistas, vão os técnicos e fecham-se, vivem em barracas, fazem a sua vida científica completamente isolados do ambiente, do meio onde estão inseridos, porque não estão inseridos. Podem ir buscar ajudas, mas não estão inseridos. Ora, o fazer arqueologia urbana implica a estar em contacto todo o tempo com a população. Isso é que era a grande diferença. Portanto, o intervir dentro de um povoado, estar inserido dentro da comunidade é preciso primeiro não surgir como colonizador, como o senhor que vem de fora, vestido de outra maneira, ocupando o espaço, impondo a sua presença, obrigando os outros a cumprir regras. Toda esta postura de autoridade é aquela que destrói para sempre. Às vezes, qualquer tipo de relacionamento entre os dois mundos, o mundo dos senhores das cidades com o mundo dos indígenas. Há uma certa curiosidade inicial a ver os meninos e as meninas, como é que elas são e depois ela desaparece e passa-se à normalidade, a ter ali uma série de intrusos no seu meio que faz a sua vida, que faz o seu convívio, que fazem as suas festas, que comem de outra maneira e que usam a população simplesmente para quadro fotográfico.

T.V. Uma questão também que eu presenciei aqui e eu acho que tem um pouco a ver com a tua postura política até que você destacou de um projeto que tem que ter um vínculo ativo quotidiano com a comunidade, é uma questão que você destacou logo também no início da conversa que é algo que te marcou, que é algo que geralmente os exilados sentem, que é uma questão da saudade que não é uma saudade metafórica, mas é uma saudade sensorial, que vai desde os cheiros ao barulho. E eu, claro, nunca passei por isso porque não fui exilado, mas mudei de Estado e eu acho que uma das coisas que me chamou a

atenção é o cheiro e o barulho que existe na minha região. Eu acho que para alguém que é exilado deve ser muito mais forte. E essa é a questão. Eu vejo que aqui você tem um projeto com a comunidade desenvolvido com a equipe de arqueologia e educação patrimonial aqui, que é trabalho para dentro dos ossos, em que as crianças podem ter contacto próximo aos ossos, não há nenhuma recriminação contra tocar os objetos arqueológicos na cidade, eles podem ter uma experiência de toque mesmo, aqui. Você já tinha percebido isso? Porque isso não vejo em muito locais. Na maioria dos locais você tem uma experiência quase de higienização do sítio arqueológico que é muito bonito de ver. Na Inglaterra eles têm uns jardins bonitos e lindos em que ninguém pode andar encima. Mas que estranho! E aqui não. É uma visão completamente oposta disso.

C.T. Mas também você tem de ver isso também do outro ponto de vista e iria logo para Inglaterra. Coitadinhos! Eles têm realmente muito pouco e o que têm é o negativo, nem sequer é o positivo. Portanto, eles têm que ter mais cuidado. O Norte todo da Europa tem uma arqueologia muito mais do negativo do que do positivo, portanto, a procura das marcas do poste do que do próprio poste que já não pode lá estar. Portanto, é um bocado diferente. Aqui é a tal quantidade, a nossa riqueza a partir de Coimbra para baixo é a tal riqueza, a solidez e a quantidade impressionante. Como aqui à volta, a gente sai aqui e o saber olhar a paisagem, a gente já percebe que ali há um povoado, lá há outro povoado, porque, por exemplo, são pequenos indícios, como um conjunto de oliveiras. Assim, nem é preciso ir lá porque já se sabe que há ali um assentamento humano que habitualmente não tem limite. Vem desde quase o paleolítico, ou desde o neolítico pelo menos. E naquele sítio, porque não há outro. E a gente vai um pouquinho ali no vale. Nós fazemos prospecção arqueológica, por exemplo, aqui nós já estamos muito perto do Sahara, à procura de um poço de água. Se há um posto de água que a gente recolheu e sabe e aquele ali nunca seca, não é preciso lá ir. Já sabemos que há ali um assentamento não junto do poço, nunca junto do poço, porque junto do poço é a melhor terra, mas encima, nas imediações, nos pontos dominantes, estão assentamentos humanos desde sempre porque há ali um poço que nunca seca, de água. Portanto, são questões que já esta topografagem, esta compreensão do terreno, o que há como espécie, o que é que foi plantado, o que é que não foi

plantado já nos dão a informação perfeitamente clara e definitiva sobre aquilo que andamos à procura. E, portanto, nós, por exemplo, paramos, pelo menos você falou com a Tucha.

T.V. Com a Tucha?

C.T. Está naquela mesinha à entrada. Ela agora é que está a fazer a publicação do levantamento arqueológico da zona.

T.V. Sim.

C.T. Agora vai sair a publicação. Nós aqui também evitamos a publicação, a divulgação de um livro sobre o sítio arqueológico por causa do roubo, por causa dos detetores de metais.

T.V. Isso tem muito em Portugal.

C.T. Começa a andar em quantidades enormes.

T.V. Mas já aconteceu? Já?

C.T. Sempre. Mas como é proibido, ninguém sabe. Posso ser preso, confiscado. E, portanto, mas é terrível, porque destroem numa noite completamente.

T.V. Os caçadores de tesouros. Isso a gente passa também lá. E na região de fronteira fica mais perigos ainda.

C.T. Eu li. Pois. Portanto, a gente aí, ao localizarmos, ao topografarmos, ao cartografarmos a informação arqueológica, a gente está a dar de mão beijada toda a informação. E, portanto, até agora a gente tem sempre feito publicações parciais, mas agora há maior controlo, há também uma certa maneira de autocontrolo, começa a haver... o ver destruído um sítio arqueológico hoje já dá um certo mal estar. Não é como era o herói, o descobridor, que se sentia como arqueólogo porque encontrou. Já não é esse o caso neste momento. Há já uma outra formação, a passagem escolar, a informação geral, a pessoa já tem mais respeito e tem receio e também sabe que não ganha muita coisa, porque vai apanhar moeditas metálicas pouco interessantes, não há um mercado, não vai apanhar um tesouro de outro, não vai. Portanto, são questões que toda a gente agora também já está a ver e a sentir

necessidade de cartografar os sítios mais por causa do que está a suceder na paisagem. É a questão das grandes plantações. O eucalipto aqui já não vai haver, está proibido felizmente. Foi uma vitória nossa. Chegamos aqui a prender-nos às máquinas. Fomos ali prender todos. Tipo com correntes.

T.V. Isso no campo ou mais aqui próximo?

C.T. Aqui a uns 15 quilómetros daqui. Houve uma altura que foi a moda que era eucaliptar tudo. Depois, foi possível controlar. Foi na altura que eu era diretor do parque, então, era obrigatório eu dar um parecer técnico. E, então, o que é que eu fazia? Os meus pareceres assentavam naquilo que lhe disse há pouco. Todos os servicinhos sem ir lá assinalávamos: ali não dá, ali não dá. Portanto, ficava tudo furado. E eles já não tinham rentabilidade. Não lhe era rentável estar tudo furado por um espaço que não podiam entrar a direito com o trator.

T.V. E essas eram áreas com um potencial?

C.T. Possível potencial. Isso bastava o nosso parecer e ali não. Portanto, mesmo sem ir lá.

T.V. Pelo menos esta é a finalidade de qualquer carta arqueológica. São áreas conhecidas e áreas a conhecer com grande potencial.

C.T. E que criam certa proteção mesmo sem nada num sítio, mas cartografando já é um aviso para a plantação e principalmente para a passagem de máquinas. Porque hoje as gigantescas máquinas de arrasto destroem tudo. Qualquer um normal agora vai à direita, aquilo desaparece e não fica nada. E habitualmente essas protuberâncias na paisagem são muito importantes, porque, as vezes, tem pouca coisa, mas é qualquer coisa interessante que pode estar ali porque é uma zona dominante da paisagem ali, portanto, tem uma pequena torre e tem sempre alguma coisa ali fundamental que é preciso salvaguardar.

T.V. Agora, conduzindo a entrevista no final para não ficar aqui uma eternidade, nessa relação que vocês desenvolveram com a comunidade vocês têm que ter uma afinidade muito forte aqui no município com a política local de desenvolvimento de um quotidiano de gestão e entra numa óptica, num

desafio, na verdade, reconhecer como é que se dá a política numa região específica de Portugal. Nesses últimos anos como é que tem sido essa relação política vinculada ao município de Mértola e como é que você acredita que uma política arqueológica deve estar vinculada numa prática de desenvolvimento do próprio município?

C.T. Está a ver? Aqui é um caso que não é comum, pela simples razão de que nós, desde o princípio, desde 1985 que eu vim viver para cá, portanto já há muito tempo. E não só eu. Começou a vir gente da equipa a fixar-se. Portanto, desde a novidade que era a parte festiva da campanha arqueológica, que era aquilo que acontecia no verão. Vinha-se depois das aulas, depois dos exames, em vez de se ir para a praia, vinha-se para aqui. E era isso que era não só reconhecido como admirado pelos habitantes. Por que é que estes em vez de ir para a praia vêm para aqui, para esta fornalha? É um dos pontos mais quentes do país. E, portanto, a partir de junho começa a fazer um calor insuportável.

T.V. Chega a quantos graus aqui mesmo?

C.T. Sempre acima dos 30. E vai até aos 40 e mais até, portanto, é uma coisa brutal. E, portanto, estávamos numa situação de grande admiração pela população, porque viam pessoas que se sacrificavam para vir aqui para a terra delas sem ganhar nada, sem estar a tirar qualquer benefício que não seja o benefício científico, e estar aqui durante dois ou três meses a trabalhar. Isso era o normal não só aqui como em todos os sítios arqueológicos, porque a pessoa que vai e está a trabalhar. Por exemplo, eu andei também, durante uns tempos, aqui num castelo, único sítio onde estive no Alentejo também a aplicar um projeto, que é o castelo de Noudar aqui na fronteira, que é um castelo muito interessante, aqui a 100 quilómetros. E também era um projeto político ligado ao desenvolvimento local. Portanto, durante dois ou três anos, fizemos lá algumas campanhas e foi interessante porque ninguém ia a um sítio ao fim de mundo lá encima da fronteira e, portanto, foi bom e é ainda hoje uma pequena vila que tem orgulho do seu castelo. E, depois, por várias razões, e eu passei este projeto a outra malta mais nova e aquilo foi falhando por várias razões. Mas aqui este facto inicial da novidade dos senhores que vêm de fora, que se fixam e que estão aqui durante dois ou três meses, isso acabou rapidamente, porque começamos logo desde o princípio, mesmo que eu voltasse, porque estava

ainda na faculdade e tinha de ir lá para dar aulas, mas comecei a deixar ficar gente. Começaram a ficar cá a trabalhar e a ir fazendo. Qual é que foi o pretexto, o primeiro? Por exemplo, nós começamos a trabalhar a arte sacra, porque não era uma questão que fosse para mim fundamental, mas é o gesto político. Portanto, estar só à procura do passado islâmico e depois estar a assistir aqui numa zona onde começou a haver problemas com as igrejas. Roubo de algumas peças de altar. E, então, ainda com o primeiro presidente da câmara, ainda com o Fernão Martins, porque ele depois morreu num desastre de carros e foi um drama, fomos aí correr todo o concelho, todas as igrejas, uma a uma, a fazer a escolha das peças de arte sacra que não estavam a culto, que estavam nas sacristias já fora de serviço. Começar a juntar, fizemos uma reunião em todas estas aldeias com a população. O presidente da câmara juntava a população toda junto da igreja e explicávamos o que estávamos a fazer. Fazia-se uma espécie de comício, meeting grande e se explicava a questão da arte sacra e a importância da arte sacra como património da comunidade e, depois, começamos a preparar - e foi esse o primeiro museu - e a trazer para Mértola as peças que estavam em mau estado. Você não viu ainda, porque está fechado. É a Igreja da Misericórdia que é o museu de arte sacra.

T.V. Sim, eu passei por ela, mas não dá para entrar.

C.T. É. Está fechado ainda, porque anda em obras. E, então, começamos a juntar, porque as pessoas não queriam deixar sair as peças de arte sacra da sua aldeia. Mas, como era para Mértola, deixavam. Se fosse para Lisboa, nem pensar, porque nunca mais as viam. E, portanto, a gente arranjou a Igreja da Misericórdia, fez um primeiro arranjo e começou ali a juntar as peças todas, para as pessoas poderem vir cá ver que estão ali e que não foram para Lisboa. E juntamos 40 e tal peças estatuárias muito interessantes de arte popular. A maioria são do XVIII, há algumas do XVI e vai até ao XIX. E, como era o meu mundo da arte sacra e de história de arte, havia uma certa participação e conhecimento do que estava a fazer. E, então, depois, com esse conjunto de peças que ali juntamos na igreja a gente tinha que fazer qualquer coisa. Uma minha amiga, na altura, já nem me recordo porquê, de Paris, ela era restauradora no Louvre, restauradora de pintura sobre madeira.

T.V. Qual é o nome dela?

C.T. Já te digo. Monique. Coitadinha da Monique, já morreu. Então, pedi-lhe: "anda cá a ajudar-nos a preparar aqui um projeto sobre escultura". Pronto. E ela veio e foi fantástico. Ela trouxe uma amiga dela especialista em metais e, então, formamos aqui uma escola que estava a funcionar enquanto a gente dava aulas em Lisboa. Então, começou aqui a juntar indígenas, a Lígia participou aí, a Guilhermina, depois eram mais duas ou três. Portanto, um grupo de jovens que foram aprender com a Monique lá para baixo e fazer um trabalho que era na altura só feito em Portugal num Instituto José de Figueiredo em Lisboa e era um trabalho super-super-especializado. Só iam para lá as peças mais raras e depois estavam lá - sabes como é que é - anos, anos. E eram coisas incomparavelmente impossível de chegar. Então, a Monique, que era uma mocinha fantástica, inteligente, começou a fazer um curso de preparação em que não lhe chamou restauro inteligentemente, chamou-lhe estabilização. Porque são operações primárias, simples de fixação da policromia à madeira. Estava tudo aqui a saltar. A pintura antiga com a vida da própria madeira que estica e encolhe e a policromia estava a saltar toda. E, então, ela ensinou a elas e a nós, que participávamos alegremente neste curso da Monique, como é que se pode fixar sem dinheiro, baratinho, seguro e para sempre. Era com cera de abelha. Coisa mais simples do mundo. Portanto, só se compraram umas espatulzinhas elétricas que aqueciam. Portanto, pôr cera e depois derreter com cuidado para não estragar a pintura. Portanto, toda aquela policromia do século XVIII principalmente, que estava toda a escamar, meter tudo era entre a policromia e a madeira. E, depois, claro, com a espátula elétrica, depois fica bem. Há de ir ver lá abaixo. as peças estão lindíssimas, estabilizadas completamente. Portanto, começamos a ter aqui também, sem qualquer gasto para ninguém. Coitadinhas, só lhe davam comida à Monique, alojamento e comida, muito trabalhou, mas com a vontade e o prazer... tenho muita pena, porque depois morreu uma merdas de doenças, sei lá. Mas foi fundamental o seu entusiasmo, a sua vontade e o seu saber, porque era uma super-técnica altamente qualificada e que estava aqui no fim do mundo a dormir lá num beliche, enfim... Mas foi... É isso que era as pessoas que sentiam o prazer de estar, que vinham dispostas a tudo para dar uma mão. E esse caso da Monique foi um caso excepcional. Ah, e essas mocinhas começaram a ter primeiro um curso, depois era não sei o quê e sei que foi possível começarem a ser pagas muito cedo para não

se irem embora, porque passaram a ser elas próprias altamente especializadas e, portanto, a ser requisitadas pelos cabrões dos museus. E, portanto, elas próprias se foram segurando e foram fixando e aqui passou a ser uma escola importante, porque depois vinha mais gente, vinha a aprender connosco.

T.V. Mas isso eram vocês aqui do centro de arqueologia ou era o próprio município?

C.T. Não, éramos nós. Éramos os mesmo. E era essa a vantagem. Nessa altura, o município não tinha muitas condições, tínhamos o presidente que era nosso amigo total e absoluto. Ele estava sempre ao lado a participar, a escava, a levar baldes, a participar nos trabalhos de restauro, estava lá sempre a ver atento, era um homem fora de série. Um serrão.

T.V. Atualmente vocês conseguiram formar uma equipe considerável, muito boa, bem qualificada.

C.T. Mas não é nada do que era já, porque obviamente tem-se modificado. São 35 anos. E principalmente as raparigas casam-se. Que horror! São elas que vão atrás do marido, não é o contrário. Portanto, claro que muitas delas encontravam-se aqui com os futuros maridos que também vinham voluntários, porque o estudante universitário depois ia trabalhar com o Prof. Claro, todos. Era o único trabalho possível, portanto, iam dar aulas a qualquer parte do país. E lá ia a mulher atrás.

T.V. Tirando esses que ainda não casaram, atualmente são quantos aqui atuando com você?

C.T. Connosco a nossa equipa atualmente é de 16 pessoas de muito bons técnicos. Mas além disso temos um grupo, que é o chamado "grupo forte" da equipa, porque nós temos oito doutorados dentro da equipa, mas não estão todos cá. E, depois, começou a vir gente mais pesada. Sei lá. O José Mattoso vem para cá e compra aqui uma casa, uma terrinha e fixa-se aqui. Portanto, começa-se a receber monstros. E depois outros que vêm e querem fixar-se. Veio o Borges Coelho que é outro grande historiador português também, estava sempre aqui caído. Portanto, e eles, ainda hoje, por exemplo, o José Mattoso ainda hoje faz parte da nossa equipa oficialmente. É uma mais valia, se quiseres, científica da nossa equipa.

T.V. É uma massa crítica enorme.

C.T. Muito boa. Uma equipa fantástica. Mas o principal é realmente a malta nova que vem e que, infelizmente, ultimamente tem sido... porque a gente capta-os com projetos. Faz-se um projeto e depois mete gente nova.

T.V. Um projeto guarda-chuva.

C.T. Que os compromete. Eles passam a fazer parte da equipa, muitas vezes não estão aqui e estão noutra local. E, depois, pouco a pouco fomos alargando também por causa do prestígio que foi subindo. E, portanto, a gente começou a participar e a incluir na equipa as universidades. Portanto, por exemplo, Évora. Évora, a certa altura, faz-me Doutor *honoris causa* e isto criou uma ponte institucional à universidade. Depois, muitos dos professores de Évora foram meus alunos. Foram dez alunos que me passaram pelas mãos milhares de jovens ótimos que hoje são professores em várias universidades. Portanto, há uma rede e há solidariedades muito fortes que se vêm mantendo. E, portanto, a gente hoje trabalha com várias universidades não com acordo institucionais, com reitoria ou coisas do género, e sim com professores. Portanto, a gente tem um projeto. O que interessa é que aquele que é professor em Lisboa participe e, então a gente convida-o. Portanto, ele faz parte da nossa equipa desse projeto, embora esteja a dar aulas em Coimbra ou em Faro ou em Granada ou aqui em Évora. São aquelas com quem temos relações diretas muito fortes. Portanto, assim fomos alargando. E, por outro lado, começou também a haver, como era o grande único centro de investigação em arqueologia islâmica, todo o país e não só - também da zona da Andaluzia - começou a haver jovens e pessoas interessados em contractar-nos em trabalhar connosco, também estavam a apanhar níveis islâmicos. Portanto, isso também nos permitiu abrir mais a outros locais sem participar diretamente.

T.V. Mas em contacto, além da Europa, com a África, vocês se metem em contacto?

C.T. Mas isso agora... entretanto, fomos tendo contacto com Marrocos. Já não me recordo bem como principiou. Ah, já sei. Fomos fazer uma grande exposição de Mértola a Rabat. Levamos uma grande exposição sobre arte islâmica portuguesa a Rabat que foi uma novidade. Era em Marrocos e nem sabia bem onde é que é

essa história de Portugal e, por outro lado, a arte islâmica que eles não têm, porque no norte da África não há nada islâmico. Foi todo apagado em arqueologia. Têm islâmico do XIV, do XV, do XVI, do antigo não têm nada. Em todo o Marrocos há uma única mesquita almóada e uma torre aqui e um pedaço acolá, mas não há um único fragmento de cerâmica em Marrocos nos museus, porque os museus é só romano. Portanto, esta curiosidade, depois vieram...

T.V. Mas isso foi mais pelo interesse de pesquisa de pesquisadores europeus que iam para lá.

C.T. Eram franceses. Faziam...aquilo eram colónias, iam provar que aquilo era a França. Portanto, o impacto que era Islão para chegar perto do romano e o romano é a Europa, é a França. Todos os museus e não é só em Marrocos. É na Argélia, na Tunísia, na Líbia, aquilo é só romano. Uma monumentalidade impressionante. E todo o Islão que estava por cima foi limpo, não ficou nada. Agora, as vezes, está a aparecer em caixotes. Por exemplo, em Marrocos têm uns depósitos em que têm cheios de cerâmica almóada, claro porque estava por cima. Mas ninguém estudou, ninguém sabe o que é, não interessa. Portanto, queria dizer que começaram a vir quando se criou o INSAP que é o Instituto de Arqueologia Marroquina. Foi a primeira geração que veio cá a trabalhar connosco e estiveram cá durante 4 ou 5 anos, vinham todos os anos e aqui aprenderam a manusear, a ver, a conhecer a cerâmica islâmica medieval. E, portanto, essa malta toda, depois, foi a primeira geração dos museus marroquinos. Ainda hoje estão hoje, infelizmente, nunca mais fizeram arqueologia e agora estão diretores de museus, coisas burocráticas infelizmente. Mas há gente interessante dessa geração. Ainda há uma que há pouco tempo esteve a trabalhar, esteve a, gostava de escavar ou queria escavar a mesquita de Fés, mas não sei se ele chegou a fazer. Portanto, isto foi a primeira leva importante de contactos com o Norte de África, entretanto, a coisa esfriou e nós também não tivemos capacidade. As vezes a gente vai lá e eles vêm a congressos esporadicamente. Agora é que estamos a abrir, mais uma vez, uma frente e é mais uma vez uma frente política. Portanto, também, de certa maneira, contradizendo as vontades da Senhora Merkel para abrir ao Sul. Portanto, eles estão-nos a liquidar, a acabar com estes países do Sul: a Grécia, a Itália, a Espanha, Portugal, etc. Estamos a entrar todos a afundar, portanto, o capitalismo

feroz do neoliberalismo que até agora domina a Europa estes tipos de países não interessam, não são rentáveis. Portanto, neste momento, mais uma vez, também através da história e da arqueologia, nós estamos a olhar para o Mediterrâneo, começamos a abrir as portas para o Sul e tem que ser através da história e da arqueologia. É a grande abertura para o Sul. É aí que somos ricos. Eles são pobres os infelizes lá do Norte. E nós somos ricos.

T.V. Então, numa perspetiva política, mais uma vez...

C.T. Agora estamos a abrir, estamos a entrar em contacto, a organizar encontros. E agora várias tentativas outra vez em Marrocos. Aquilo não está bem. Está a anteceder convulsões. Aquilo é um regime de extrema direita, o rei e aquela aristocracia que tem uma vida fastuosa e tudo começa a rosar, como é normal. Aqueles palácios, aquelas famílias reais são coisas inacreditáveis, portanto, aquilo um destes dias estóira. A Argélia está a melhorar, porque já passou aquelas burrices que eles fizeram estúpidas que meteram aquela porcária daquele fundamentalismo e alimentaram-no. E agora está a melhorar, embora ainda não está completo. Nós começamos também a trabalhar com a Argélia, temos relações antigas.

T.V. E eles recebem bem?

C.T. Sempre. O meu pai esteve refugiado na Argélia durante anos e ele ali recolheu e abrigou uma parte importante da nossa oposição durante o fascismo. Tínhamos lá uma rádio importante. Foi uma época importante.

T.V. Tem uma historiadora brasileira (Emília Viotti) que destaca a questão do tempo de mudança e ela fez uma análise do período colonial, as plantações do café no Brasil e ela fez um estudo também sobre uma revolução em Demerara, na Guiana Inglesa, e ela destaca que todo o tempo é tempo de mudança, mas tem tempos que conglomeram uma quantidade incrível de mudanças que são momentos de crise. Deste ponto de vista, pelo que eu pude notar, você enxergue mesmo esse momento de crise com um aumento em que o próprio conhecimento arqueológico nacional pode encontrar uma característica favorável.

C.T. E não só. Não só a nossa arma identificadora, portanto, que nos dá e

nos permite dar força à nossa própria identidade como população e como zona e também o futuro para o próprio desenvolvimento. Porque isto está num desenvolvimento que vai passar por um turismo cultural, por um turismo arqueológico, por um turismo de património construído que vai ser, de certa forma, aquilo que vão procurar aqui em baixo no sul. Não é só o solo. Em princípio, já está a criar e a reorganizar uma rede diferente de questões ligadas ao fenómeno cultural e em que indubitavelmente o futuro o fenómeno cultural vai ser o grande fenómeno do futuro de desenvolvimento. Não é o milho. Porque é uma coisa que está e quem tem hoje esse peso histórico, esse peso arqueológico, esse peso patrimonial maior somos obviamente os mais pobres cá debaixo.

T.V. Ok. Acho que é isso, Cláudio. Acho que está bom já. Quero agradecer pela entrevista e eu vou preparar depois a decriptação da conversa e te passo uma cópia, ok? Muito obrigado.

C.T. Eu dou-lhe aqui uma coisa que saiu há pouco uma entrevista que talvez possa ser útil.

ANEXO C - Escavações em São Miguel¹

ID	Intervenção	Data Início	Data Fim	Arqueólogo	Localização	Observações	Coordenadas
1	Monitoramento Obra Instalação rede d'água	1987-04-07	04/12/87	Vera Thaddeu	Rua São Luiz, próximo ao Cotiguaçu	Embargo da obra de instalação de rede d'água - vala de 380 metros de extensão e 80 cm de largura, sendo a área com presença de material arqueológico atingida de 20 metros. Apresenta Croqui	A) x= 739.043,13 y= 6839.767,92 B) x= 739.006,7 y= 6839.383,32
2	Escavações nas quadras das habitações e na quinta	1994-10-10	21/10/94	José Otávio Catafesto de Souza/Matilde Villegas/Alejandra	1. Setor oeste da praça, correspondente as quadras (casas de índios) 1 e 2 e uma porção da rua situada entre elas. 2. Quinta: porção entre a igreja e o colégio.	Sem croqui. Superfície de escavação = (20 x7 m) 30 quadrículas de 2x2 metros (série 1 a 3) e 0,50 m (série 4). Citado no diário de José Otávio Catafesto de Souza.	A) x = 739.277,93 y = 6839784,68 B) x = 739289,76 y = 6839782,67 C) x = 739286,16 y = 6839761,39 D) x = 739274,26 y = 6839763,38
3	Programa Integrado de Valorização - IPHAN. Sondagens	1995-11-10		Claúdio Carle	Área de acesso entre a quinta e o conjunto principal	Evidenciou-se um muro de tijolos transversal ao muro da quinta. Realizadas duas sondagens. Na lateral do muro da quinta. Realizadas duas sondagens na lateral do muro e uma tradagem no limite sul do mesmo. Sem croqui.	A) x= 739266,32 y = 6839625,10 B) x = 739266,93 y = 6839618,9 C) X= 739260,41 y = 6839620,37
4	6 Sondagens e 2 trincheiras	1998-08-24	28/08/98	José Otávio Catafesto de Souza/ Claudio B. Carle	Lote nº 8, quadra 24, Avenida Borges do Canto, nº 1056, confluência com Avenida dos Jesuítas	C/ croqui - Escala 1:200 e c/ estratigrafia das trincheiras.	A) x = 739472,67 y = 6839712,31

¹ Este relatório foi realizado pela equipe técnica do escritório técnico do IPHAN em São Miguel das Missões com apoio do Setor de Arqueologia em Porto Alegre. Para tanto foram consultados relatórios e cadernos de campo dos arqueólogos responsáveis.

ID	Intervenção	Data Início	Data Fim	Arqueólogo	Localização	Observações	Coordenadas
5	Salvamento	05/09/1991	06/09/91	José Otávio Catafesto de Souza	Frontaria da Igreja	Diário de Campo de José Otávio Catafesto, com detalhamento das ações. Salvamento na abertura de poços na parte exterior da frontaria da Igreja. Conforme informação do diário evidenciou-se uma lixeira (cerâmica, telhas, ossos e carvão misturados). Informa documentação gráfica e fotográfica.	A) x = 739198,71 y = 6839724,38 B) x = 739203,42 y = 6839723,79 C) x = 739208,75 y = 6839723,42 D) x = 739213,64 y = 6839723,0132
6	6 Sondagens.	15/02/1993	17/02/93	José Otávio Catafesto de Souza	Fonte Sudeste de São Miguel	Diário de campo (nov. 1992/ março 1993), com detalhes e croquis. Objetivo: suporte ao trabalho de restauração arquitetônica. Evidencia o canal da fonte.	A) x = 739372,65 y = 6838967,75 B) x = 739412,14 y = 6838975,07
7	Vistoria e Salvamento em área afetada por maquinário	23/08/1993	02/09/93	José Otávio Catafesto de Souza	Terreno senhor Neri Pereira dos Santos, Vila Alegria,	Diário de campo. Com croquis. Senhor Neri queria terraplanar seu terreno, afirmou desconhecer noções sobre a proteção ao patrimônio e afirmou ter aval da prefeitura. Foram interrompidos os trabalhos e feitas sondagens nas áreas ainda não afetadas.	A) x = 738792,88 y = 6839517,72 B) x = 738811,90 y = 6839503,79 C) x = 738811,90 y = 6839501,77 D) x = 738791,50 y = 6839503,79
8	Drenagem Sacristia Velha	17/01/1994		José Otávio Catafesto de Souza	Sacristia Velha - porta menor parede leste	Diário, c/ Croquis das intervenções nas fundações. Trincheiras ao longo da face externa da parede sul da sacristia e da Igreja.	A) x = 739191,61 y = 6839640,20 B) x = 739212,46 y = 6839638,45 C) x = 739212,46 y = 6839636,46 D) x = 739191,53 y = 6839637,91
9	Limpeza atrás da sacristia	20/06/1994		José Otávio Catafesto de Souza	Parte posterior do alpendrado da sacristia, no limite com a Quinta.	Limpeza superficial. Marcação da Trincheira no eixo central da nova rua. Escavação foi iniciada na linha da janela da antiga sacristia.	A) x = 739209,62 y = 6839635,85 B) x = 739207,86 y = 6839620,06

ID	Intervenção	Data Início	Data Fim	Arqueólogo	Localização	Observações	Coordenadas
10	Salvamento	1987		Arno Kern	Local de construção da Guarita	"Financiada pela SPHAN/FNPM, em São Miguel, foi realizada uma escavação de 100 m², no decorrer do mês de janeiro, em área que receberá uma construção destinada a ser o pórtico de acesso ao sítio arqueológico, [...] (Foi escavada área de 100 m², no setor noroeste do sítio." Relatório de Atividades de Claudio Baptista Carle, constante no processo nº 01512.000116/2000-40)	A) x = 739090,09 y = 6839900,35 B) x = 739100,01 y = 6839899,10 C) x = 739098,76 y = 6839889,18 D) x = 739088,81 y = 6839890,43
11	Sondagens	2001		Cláudio Carle	Fundações da arcada interna da igreja do lado do evangelho entre os pilares VII e XI.	Descoberta de Ossadas	A) x = 739196,40 y = 6839697,68 B) x = 739195,81 y = 6839690,71 C) x = 739195,81 y = 6839683,73 D) x = 739194,61 y = 6839676,76 E) x = 739194,01 y = 6839669,78
12	Sondagens	2005		Cláudio Carle	Junto às bases dos pilares das duas arcadas internas da igreja, para averiguar a geometria das fundações.		A) x = 739208,19 y = 6839675,75 B) x = 739207,84 y = 6839668,60
13	Escavação	2007		Vera Thaddeu	Parque da Fonte Missioneira.	Escavação na região da fonte missioneira e no açude.	Tanque: 21 J X = 739366 y = 6838758 Terraço Sul: 21 J x = 739353 y = 6838956

ID	Intervenção	Data Início	Data Fim	Arqueólogo	Localização	Observações	Coordenadas
14	Escavação	2008/2009		Empresa Zanettini Arqueologia	Parque da Fonte Missioneira	Prospecção intensiva no terraço sul da fonte missioneira e no tanque localizado na área do parque, assim como nos seus arredores.	Fonte: 21 J x = 739359 y = 6838949 Tanque: 21 J x = 739366 y = 6838758 Terraço Sul: 21 J x = 739353 y = 6838956 G4: 21 J (face norte) x= 739329 y= 6838903 G4: 21 J (face sul) x = 739329 y = 6838899
15	Tradagens	1995		Claudio Carle	Área frontal do colégio	Relatório de atividades arqueológicas realizadas no sítio de São Miguel Arcanjo.	Sem localização precisa.
16	Tradagens	24/11/95	18/10/95	Claudio Carle	Área do muro de contenção na Quinta. Limite da Quinta com a área do conjunto principal	Relatório de atividades arqueológicas realizadas no sítio de São Miguel Arcanjo.	Sem Localização precisa.
17	Diagnóstico e Salvamento. Construção Parque Hotel. Parque da Fonte Missioneira	jun/97	jul/98	Taís Vargas Lima	Área destinada à construção de um hotel ao norte da cidade, próximo à fonte.	Relatório preliminar trabalho arqueológico realizado em setembro de 1997 para construção de edificação de grande porte em São Miguel das Missões/RS. Processo 01512.000122/1997-77. Fichas registro sítio no processo.	Caminho do amassador de barro: A) 28°33'42" S e 54°33'20" W GR B) 28°33'57" S e 54°33'12" W GR Amassador de Barro: A) 28°30'70" S e 54°33'03" W GR Sítio caçadores-coletores A)28°33'66" S e 54°33'04" W GR

*Like a row of captured ghost over old
dead grass.*

Was never much but we made the most.

(Welcome Home, Radical Face).

